



INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS

Relatório de Gestão

EXERCÍCIO 2013

Campi do IFAM

- 1 Campus Coari
- 2 Campus Lábrea
- 3 Campus Manaus Centro
- 4 Campus Manaus Distrito Industrial
- 5 Campus Manaus Zona Leste
- 6 Campus Maués
- 7 Campus Parintins
- 8 Campus Presidente Figueiredo
- 9 Campus São Gabriel da Cachoeira
- 10 Campus Tabatinga
- 11 Campus Eirunepé
- 12 Campus Itacoatiara
- 13 Campus Humaitá
- 14 Campus Manacapuru
- 15 Campus Tefé





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Manaus – Amazonas/2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013 e da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 133 de 22 de janeiro de 2013.

Manaus, março/2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS

Sumário

APRESENTAÇÃO	26
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES.....	29
1.1 Identificação da unidade.....	29
1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade	32
1.3 Organograma funcional.....	34
1.3.1 Macroprocessos finalísticos da unidade.....	38
1.4 Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade ...	39
1.5 Principais parceiros relacionados à atividade-fim da unidade	40
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	41
2.1 Planejamento da unidade.....	41
2.1.1 Plano Plurianual do Governo Federal	42
2.1.2 Plano Nacional de Educação - PNE	42
2.1.3 Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	43
2.1.4 Planejamento Estratégico	43
2.1.5 Dos Objetivos Estratégicos	45
2.1.6. Execução do Plano de Metas ou Ações.....	50
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	75
3.1 Estrutura orgânica de controle da unidade	75
3.2 Controles internos administrativos da unidade	84
3.3. Demonstração do cumprimento, pela instância de correção da unidade.....	86
3.3.1.Estrutura e atividade do sistema de correção da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.	86
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	88
4.1 Execução das despesas	88



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS

4.2 Movimentação orçamentária	89
Análise crítica da realização da despesa.....	102
4.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	104
4.4 Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.	106
5.1 Estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:.....	110
5.2 Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários.....	126
GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	148
6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros.....	148
6.1.1 Quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização;.....	148
6.1.2 Contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos;	148
6.1.3 Normas que regulamentam a gestão e o uso da frota;	148
6.1.4 Critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação;	149
6.1.5 Custos envolvidos.....	149
6.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade.....	150
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	150
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	151
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	152
7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI), conforme orientações da portaria prevista no inciso VI do caput do art. 5º desta decisão normativa.	152
7.1.1 Contextualização Histórico Administrativa	152
7.1.2 Estrutura Organizacional da Unidade de TI.....	153
7.1.3 Documentos Norteadores da Tecnologia da Informação no IFAM	154



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS

7.1.4. Indicadores	155
a) Planejamento da área.....	157
b) Perfil dos recursos humanos envolvidos	159
c) Segurança da Informação	160
d) Desenvolvimento de Sistemas.....	162
e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.	162
8.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.	166
8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados.	167
8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.....	169
Neste item serão apresentadas as políticas do IFAM para a redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.....	169
8.3.1 Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos;.....	169
9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	170
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU.....	170
9.2 Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.....	183
9.3 Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.	195
9.4 Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	200
9.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno e também.....	201
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	203



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	203
10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.	204
10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.	204
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	204
11.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.	204
11.2 Declaração do contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contresponsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.	205
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	208
12.1.Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação PPGI.....	208
12.1.1. Programas de Iniciação Científica – PIBICJr/FAPEAM, PAIC/FAPEAM, PIBIC CNPq, PIBIC/IFAM, PIBICJr/IFAM e PIBIT CNPq.	208
12.1.2. Programa de Auxílio aos Projetos de Iniciação Científica - Custeio	211
12.1.3 Projetos de Pesquisa Desenvolvidos no IFAM 2012/2013 que não estão inclusos nos Programas de Iniciação Científica.....	212
12.1.4. Apoio, Promoção e Participação em Evento Científico	214



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS

12.1.5. Publicação da Produção Científica, Acadêmica do IFAM/2013	217
12.1.6. Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu.....	217
12.2 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	218
12.2.1.Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	221
12.2.2.Proposição de Políticas de Gestão	222
12.2.3.Proposição de Diretrizes de Gestão	223
12.2.4.Departamento de Engenharia.....	224
12.3 Pró-Reitoria de Extensão.....	228
12.3.1. Incentivo e fomento às ações de extensão	228
12.3.2. Fortalecimento da cultura empreendedora.	229
12.3.3. Formação Profissional, com ênfase à certificação, formação inicial e continuada e à relevância social.	230
12.3.3.2. PRONATEC	232
12.3.4. A responsabilidade social da Instituição	234
12.3.5. Curso de Qualificação Profissional em Informática	238
12.3.5 .Políticas de Atendimento aos discentes.....	240
12.3.6. Relações Internacionais.....	242
12.3.7. EVENTOS	243
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PAES)	246
Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO)	246
13. Indicadores de Gestão das IFET nos termos do Acórdão TCU N° 2.267/2005	248

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

RG	– Relatório de gestão
IN	– Instrução Normativa
DN	– Decisão Normativa
TCU	– Tribunal de Contas da União
CGU	– Controladoria-Geral da União
Port.	– Portaria
PPGI	– Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PRODIN	– Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN	– Pró-Reitoria de Ensino
PROAD	– Pró-Reitoria de Administração
PROEX	– Pró-Reitoria de Extensão
CMC	– Campus Manaus Centro
CMDI	– Campus Manaus Distrito Industrial
CMZL	– Campus Manaus Zona Leste
CPRF	– Campus Presidente Figueiredo
CCO	– Campus Coari
CMA	– Campus Maués
CPIN	– Campus Parintins
CLAB	– Campus Lábrea
CTAB	– Campus Tabatinga
UJ	– Unidade Jurídica
PAIC	– Programa de Apoio de Iniciação Científica na Graduação
PIBIC Jr.	– Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica junior Ensino Técnico
IFAM	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CNPQ	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAPEAM	– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
CONSUP	– Conselho Superior

COLD	– Colégio de Dirigentes
PCIT	– Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica
TI	– Tecnologia da Informação
SBPC	– Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
DIPLAN	– Diretoria de Planejamento
GT	– Grupo de Trabalho
SGD	– Sistema de Gestão de Demandas
PPAD	– Plano Plurianual de Desenvolvimento do Governo Federal
PNE	– Plano Nacional da Educação
TAM	– Termo de Acordos e Metas
PDI	– Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI	– Planejamento Estratégico Institucional
PDA	– Plano de Desenvolvimento Anual
LOA	– Lei de Orçamento Anual
SIMEC	– Sistema de Monitoramento de Obras
PÓS-GRD	– Pós-Graduação

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Tabela 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	29
Tabela 2- Macroprocessos Finalísticos.....	38
Tabela 3 - Macroprocessos de apoio	39
Tabela 4 – Relatório das Ações 2013	51
Tabela 5 - Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS – Código 20RL	55
Tabela 6 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 20RG.....	56
Tabela 7 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 2994	57
Tabela 8 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 20TP.....	58
Tabela 9 Quadro A.2.2.3.1.– Ações – OFSS Código 09HB.....	59
Tabela 10 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 00G5.....	60
Tabela 11 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 0005	61
Tabela 12 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 0181	62
Tabela 13 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 6358.....	63
Tabela 14 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 2012.....	64
Tabela 15 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 2010.....	65
Tabela 16 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 6380.....	66
Tabela 17 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 2004.....	67
Tabela 18 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 2011.....	68
Tabela 19 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 20rj	69
Tabela 20 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 4572.....	70
Tabela 21 Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Registros a Pagar – OFSS Código 1H10.....	71
Tabela 22 Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Registros a Pagar – OFSS Código 2992.....	71
Tabela 23 Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Registros a Pagar – OFSS Código 7L90	72
Tabela 24 Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Registros a Pagar – OFSS Código 8650.....	73
Tabela 25 – Quadro A.3.2 - Avaliação do Sistema de Controle Internos da UJ.....	84
Tabela 26 – Quadro A.4.1.1 - Programação de Despesas Correntes	88
Tabela 27 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	89
Tabela 28 – Quadro A.4.2.2 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	92
Tabela 29 – Quadro A.4.1.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários – Total.....	93
Tabela 30 – Quadro A.4.1.3.2 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ.....	94
Tabela 31- Quadro A.4.1.3.3 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	95
Tabela 32 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ	97
Tabela 33 – A.4.1.3.5 - Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação	99
Tabela 34 – A.4.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	100
Tabela 35 Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	104
Tabela 36- Quadro A.4.4.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	106
Tabela 37 – Quadro A.4.4.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	107
Tabela 38 – Quadro A.5.1.1.1 Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013	110
Tabela 39 – Quadro A.5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	111
Tabela 40 –Quadro A.5.1.2.1 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	112
Tabela 41 – Quadro A.5.1.2.2 Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12	113
Tabela 42 – Quadro A.5.1.2.3 Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12.....	114
Tabela 43 - Quadro A.5.1.3 Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	115

Tabela 44 Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	116
Tabela 45 - Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	116
Tabela 46 - Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	117
Tabela 47 Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	117
Tabela 48 - Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	118
Tabela 49 - Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	118
Tabela 50 - Quadro de professores permanentes do IFAM	120
Tabela 51 - Quadro de Técnico-Administrativo Permanente	121
Tabela 52 - Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	126
Tabela 53 - Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....	126
Tabela 54 Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva Reitoria	127
Tabela 55 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CSGC	128
Tabela 56 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CMZL.....	129
Tabela 57 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CMC	130
Tabela 58 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CMDI	131
Tabela 59 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CCO	132
Tabela 60 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CPIN	133
Tabela 61 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CTAB	134
Tabela 62 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CMA	135
Tabela 63 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CLAB	136
Tabela 64 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de mão de obra - Reitoria.....	137
Tabela 65 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de mão de obra - CSGC	138
Tabela 66 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CMC	140
Tabela 67 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CMDI.....	141
Tabela 68 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CPIN	142
Tabela 69 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CTAB	144
Tabela 70 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CMA	145
Tabela 71 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CLAB	146
Tabela 72 - Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários.....	147
Tabela 73 - Quantidade de veículos	148
Tabela 74 - Média anual de quilômetros rodados.....	148
Tabela 75 - Idade média da frota de veículos	148
Tabela 76 - Custo associados à frota	149
Tabela 77 Quadro A.6.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União. 150	
Tabela 78 Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	151
Tabela 79 Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	163
Tabela 80 Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	166
Tabela 81 Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	168
Tabela 82 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 01	170
Tabela 83 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 02.....	171

Tabela 84 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 03.....	172
Tabela 85 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 04.....	173
Tabela 86 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 05.....	174
Tabela 87 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 06.....	175
Tabela 88 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 07.....	176
Tabela 89 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 08.....	177
Tabela 90 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 09.....	178
Tabela 91 Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício Ordem 01	180
Tabela 92 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 01	183
Tabela 93 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 02	184
Tabela 94 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 03	185
Tabela 95 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 04	186
Tabela 96 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 05	187
Tabela 97 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 06	188
Tabela 98 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 07	189
Tabela 99 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 08	190
Tabela 100 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 09	191
Tabela 101 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 10	192
Tabela 102 Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	194
Tabela 103 Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.	195
Tabela 104 Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;	198
Tabela 105 Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.	200
Tabela 106 Quadro A.9.6 - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	202
Tabela 107 Indicadores dos Projetos de Extensão	229
Tabela 108- Indicadores da AYTU	230
Tabela 109- Cursos de Qualificação Profissional (fora do PRONATEC).....	231
Tabela 110 - Pactuação e Conclusão em Curso do Pronatec	232
Tabela 111 - de Pactuação e conclusão em cursos do PRONATEC, por campus.	233
Tabela 112 - Programa Mulheres Mil.....	236
Tabela 113 - Atividades dos NAPNEs/Projeto Curupira.....	237
Tabela 114 - Atividades dos NAPNEs/Projeto Arumã.....	237
Tabela 115 - Indicadores de Atividades de Estágio.....	240
Tabela 116 - Indicadores de Visitas, Encontros, etc.....	241
Tabela 117 - Convênios celebrados.....	242
Tabela 118 - Outras Atividades	243
Tabela 119 - Realização e Participação em Eventos de Extensão, por Campus	243
Tabela 120 Relação Candidato por Vaga 2013	250
Tabela 121 Relação ingressos x alunos 2013	251
Tabela 122 Relação Concluintes X Alunos 2013	251
Tabela 123 Relação Eficiência Acadêmica 2013	252
Tabela 124 Retenção do Fluxo Escolar 2013	253
Tabela 125 Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005	256

Figura 1- Organograma funcional	34
Figura 2 - Fluxo do Planejamento	41
Figura 3 - Mapa de Negócios do IFAM	44
Figura 4 Organograma AUDIN IFAM	75
Figura 5 - Organograma da DGTI	153
Figura 6 - Investimento com capital	156
Figura 7 - Investimento com Custeio	156
Figura 8 - Quantidade de Ataques	161
Figura 9 Declaração do Contador	207
Figura 10 Gastos com pessoal, outros custeios e investimentos.....	259
Figura 11 Análise de gastos correntes com aluno	260



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

DILMA VANA ROUSSEFF

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULHA

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ALOIZIO MERCADANTE

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFAM

CONSELHO SUPERIOR

PRESIDENTE

REITOR JOÃO MARTINS DIAS

MEMBROS

REPRESENTANTE DOS DOCENTES

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO

ALDENIR DE CARVALHO CAETANO

LÍVIA DE SOUZA CAMURÇA LIMA

REPRESENTANTE DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

ANA CLAÚDIA TEIXEIRA DO NASCIMENTO

JÂNIO LÚCIO PAES ALVES

KÁTIA SILVA MACHADO

REPRESENTANTE DOS EGRESSOS

MÁRCIO SILVA DE LIRA

JOÃO FERNANDES FERREIRA LIMA

REPRESENTANTES DOS DIRETORES- GERAIS

ALLEN BITENCOURT DE LIMA

DARCÍLIA PENHA PINTO

ELIAS BRASILINO DE SOUZA

JORGE NUNES PEREIRA

REPRESENTANTES SETOR COMÉRCIO E INDUSTRIA

FLÁVIO JOSÉ ANDRADE DUTRA

GENOIR PIEROSAN

NELSON AZEDO DOS SANTOS

REPRESENTANTE SINDICATOS DE CLASSE

RÔMULO ROGÉRIO MARQUES DE LIMA

MARCOS CÉLIO DE SOUZA BESSA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

REPRESENTANTES DO SETOR PRIMÁRIO

AÉCIO FLÁVIO FERREIRA FILHO

MARCOS ANDERSON PINHEIRO NOGUEIRA

REPRESENTANTE DO MEC

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ



COLÉGIO DE DIRIGENTES

PRESIDENTE

REITOR JOÃO MARTINS DIAS

MEMBROS

PRÓ-REITORES

ANTÔNIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

NELSON BATISTA DO NASCIMENTO

ANA MENA BARRETO BASTOS

SANDRA MAGNI DARWICH

ANA MARIA ALVES PEREIRA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

DIRETORES – GERAIS DE CAMPUS

JÚLIO CÉSAR ARAÚJO DE FREITAS

ALLEN BITENCOURT DE LIMA

JURANDY MOREIRA MACIEL AIRES DA SILVA

ALDENIR DE CARVALHO CAETANO

JOSÉ PINHEIRO DE CARVALHO QUEIROZ NETO

ELIAS BRASILINO DE SOUZA

JAIME CAVALCANTE ALVES

JORGE NUNES PEREIRA

LEONOR FERREIRA NETA TORO

PAULO HENRIQUE ROCHA ARIDE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

CARGOS DE DIREÇÃO DO IFAM

REITOR

JOÃO MARTINS DIAS

ASSESSORIA ESPECIAL

MÁRIO GILSON SANTOS BORGES

ASSESSORIA JURÍDICA

CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA ARAÚJO

CHEFE DE GABINETE DA REITORIA

SIMONE SANTOS RODRIGUES

AUDITORIA INTERNA

SAMARA SANTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA FEDERAL

ADELSON MONTEIRO DE ANDRADE

COORDENAÇÃO DA UNIDADE DE CORREIÇÃO

ANTONIO CÉSAR CAVALHEIRO MOI



PRÓ-REITORES

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

ANA MARIA ALVES PEREIRA

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ANTÔNIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

NELSON BATISTA DO NASCIMENTO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ANA MENA BARRETO BASTOS

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

SANDRA MAGNI DARWICH



DIRETORIAS SISTÊMICAS

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

JOSÉ FERNANDES CARVALHO CAVALCANTE

DIRETORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARLOS TIAGO GARANTIZADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

JÂNIO LÚCIO PAES ALVES

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

JOÃO LUIZ CAVALCANTE FERREIRA

DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

GYOVANNI AUGUSTO AGUIAR RIBEIRO

DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

JOÃO BATISTA NETO

DIRETORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

LUCIENE FÁTIMA DE OLIVEIRA LOPES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

ANTONIO RIBEIRO DA COSTA NETO

DIRETORIA DE PROGRAMA, PROJETOS E AÇÕES EXTENSIONISTAS

DORANEIDE DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE TAHIRA



DIRETORES – GERAIS DOS CAMPI

CAMPUS MANAUS – CENTRO

JÚLIO CÉSAR ARAÚJO DE FREITAS

CAMPUS COARI

JURANDY MOREIRA MACIEL AIRES DA SILVA

CAMPUS MANAUS ZONA – LESTE

ALDENIR DE CARVALHO CAETANO

CAMPUS MANAUS – DISTRITO INDUSTRIAL

JOSÉ PINHEIRO DE QUEIROZ NETO

CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

ELIAS BRASILINO DE SOUZA

CAMPUS PARINTINS

ALLEN BITENCOURT DE LIMA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

CAMPUS TABATINGA

JAIME CAVALCANTE ALVES

CAMPUS LÁBREA

JORGE NUNES PEREIRA

CAMPUS MAÚES

LEONOR FERREIRA NETA TORO

CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

PAULO HENRIQUE ROCHA ÁRIDE

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento aos princípios da Administração Pública e demais determinações reguladoras e normativas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas- IFAM apresenta suas ações desenvolvidas durante o exercício de 2013.

O presente Relatório de Gestão está subsidiado nas determinações constantes nas legislações pertinentes, bem como nas orientações do Fórum dos Pró-Reitores de Administração e Planejamento – FORPLAN e do órgão de assessoramento do Conselho de Dirigentes dos Institutos Federais - CONIF, que dão respaldo a este documento, cujo mérito consiste no fato de ser resultado da interação com as comunidades interna e externa, numa atitude de extremo respeito ao crédito financeiro e político que esta Gestão recebe da sociedade, a genuína mantenedora do bem público.

Em 2013 o IFAM desenvolveu suas atividades complementares em Manaus e seus campi no interior do estado, os quais fazem parte da expansão fase I e II. Neste ano, ainda foram realizadas as licitações das Obras das expansões Fase III, que constam com quatro campi nos municípios de Itacoatiara, Tefé, Humaitá e Eirunepé. Atualmente o IFAM é responsável por Obras nos Estados do Acre e Rondônia.

O IFAM através do seu Departamento de Engenharia atuou de forma a cumprir grande parte dos contratos e obras em andamento, foram realizados os recebimentos provisórios: Prédio da Reitoria, Piscinas Semi-olímpicas de Tabatinga, Maués, Lábrea e Parintins, Coari, Alojamento de SGC, Ginásio Elias Bezency – CMC, Biblioteca do CMDI e Laboratórios de Lábrea. Foram acompanhados os processos licitatórios, registro no SIMEC para a Expansão fase III, e reformas das obras: Manacapuru, Eirunepé, Humaitá. No estado do Acre – Campus Cruzeiro do Sul foi realizado o recebimento Provisório e Sena Madureira – 57% da obra foi concluída, no Estado de Rondônia - Campus Porto Velho 82% de obra concluída. Além do projeto do estacionamento do prédio da Reitoria e Construção do bloco de sala de aula do CMDI, contribuiu ainda, com outros setores como apoio a licitação, responder documentos para os órgão de controle, como TCU, CGU e MP. Vale ressaltar, que o Departamento de engenharia tem um número exíguo de profissionais para atender essas demandas, as quais são executadas de forma a primar sempre pela solidez, qualidade, economicidade e segurança visando sempre o desenvolvimento sustentável para atingir os três segmentos da educação tecnológica: ensino, pesquisa e extensão.

Habitualmente, todas as ações empreendidas pela Instituição acham-se rigorosamente atreladas aos princípios constitucionais da Lei n.º 9.394/96 – das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais legislações que regem a Educação Profissional e Tecnológica, políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação.

A seguir demonstramos os quadros e itens que não se aplicam a instituição, não tiveram movimentação ou não constam do Regimento Interno da Instituição:

Comitê de Auditoria

Quadro A.2.2.1 – Programa Temático

Quadro A.2.2.2 - Objetivo

Quadro A.2.2.3.2.- Ação/Subtítulos-OFSS

Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Quadro A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Quadro A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Quadro A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Quadro A.4.6.1.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ

Quadro – A.4.6.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ

Quadro A.4.6.2.2. - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida 4.6.04

Quadro A.4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2013-2011

Quadro A.4.6.2.4.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas

Quadro A.4.6.2.4.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

Quadro A.4.6.2.5.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas

Quadro A.4.6.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

Quadro A.4.6.2.6 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ

Quadro A.4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Quadro A.4.6.2.8 - Comunicações à RFB

Quadro A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Quadro A.4.6.2.11 - Ações da RFB

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

11.3 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

11.4 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Os itens referentes às informações sobre a renúncia tributária e gestão de precatórios contidas na Decisão Normativa TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012, não se aplicam à natureza desta UJ. Também, informamos que não são apresentadas informações sobre suprimentos de fundo, relação de empregados terceirizados substituídos em decorrência de concurso público, tendo em vista que não existiram ocorrências no exercício de 2013.

. Os resultados expostos a seguir refletem o esforço desta gestão e exibem a dedicação para promover Educação Profissional de qualidade no continental Estado do Amazonas.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES.

Este capítulo tem como objetivo identificar o IFAM em aspectos orçamentários e de gestão. O subitem 1.1 trata da identificação da unidade jurisdicionada, informando os códigos SIAFI, SIORG e Unidades Gestoras das unidades.

Os subitens seguintes apresentam o IFAM em aspectos de gestão, informando a finalidade e competências institucionais (1.2), o organograma funcional (1.3), os macroprocessos finalísticos (1.4), e por fim, as instituições parceiras da gestão.

1.1 Identificação da unidade

Tabela 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas				
Denominação Abreviada: IFAM				
Código SIORG: 100910		Código LOA: 26403		Código SIAFI: 158142
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			CNPJ: 10.792.928/0001-00	
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico			Código CNAE: 8542-2	
Telefones/Fax de contato:		(092) 3621-6700	(092) 3621-6754	(092) 3621-6703
Endereço Eletrônico: gabinete@ifam.edu.br				
Página na Internet: http://www.ifam.edu.br				
Endereço Postal: Av. Sete de Setembro, 1975, Centro, CEP 69020-120 – Manaus / AM				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Reitoria	10.792.928/0001-00	158142	ativa	103731
Campus São Gabriel da Cachoeira	10.792.928/0011-81	158273	ativa	3917
Campus Manaus Zona Leste	10.792.928/0004-52	158444	ativa	103743
Campus Manaus Centro	10.792.928/0005-33	158445	ativa	103742
Campus Manaus Distrito Industrial	10.792.928/0006-14	158446	ativa	103744
Campus Coari	10.792.928/0008-86	158447	ativa	103745
Campus Parintins	10.792.928/0003-71	158560	ativa	103751
Campus Tabatinga	10.792.928/0009-67	158561	ativa	103750
Campus Presidente Figueiredo	10.792.928/0007-03	158562	ativa	103747

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Campus Maués	10.792.928/0010-09	158563	ativa	103749
Campus Lábrea	10.792.928/0002-90	158564	ativa	103748
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Lei n.º 11.892 de 29/12/2008				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Resolução IFAM n.º 02 de 28/03/2011				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Manual das orientações para o Planejamento do IFAM				
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2013 , de 20 de setembro de 2013 - Estabelece orientações, procedimentos, critérios e padrões a serem adotados no cadastro e monitoramento de obras informadas no SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - Módulo Monitoramento de Obras.				
Minha Tabuada em Libras , tem por objetivo facilitar a aprendizagem e também promover uma educação voltada integralmente para o atendimento da pessoa surda;				
Direitos no Trânsito – <i>Manual da Pessoa com Deficiência</i> , tem como objetivo disponibilizar a pessoa com deficiência, seus familiares, pessoas que trabalham ou atuam com eles e demais interessados, os instrumentos legais existentes e que amparam no que se refere aos objetos e ambientes necessários a sua locomoção no trânsito;				
Manual de Acessibilidade , é um instrumento de consulta para aplicação de recursos acessíveis na televisão para pessoa com deficiência auditiva e visual;				
Negrinho e Solimões , é o primeiro livro da Coleção Curupira de Literatura Inclusiva, é portanto uma proposta de experiência de inclusão;				
Super dicas de Bolso , é uma coletânea que nasce com o propósito de subsidiar o ato de lidar, abordar e conviver com a pessoa com deficiência;				
Passo a Passo Para a Construção de Materiais Pedagógicos , é o primeiro livro da Coleção Curupira: Educação para a Convivência, voltado para os profissionais, pais e sociedade em geral que se interessam pela temática.				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
158273	Campus São Gabriel da Cachoeira			
158444	Campus Manaus Zona Leste			
158445	Campus Manaus Centro			
158446	Campus Manaus Distrito Industrial			
158447	Campus Coari			
158560	Campus Parintins			
158561	Campus Tabatinga			
158562	Campus Presidente Figueiredo			
158563	Campus Maués			
158564	Campus Lábrea			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
26403	Campus São Gabriel da Cachoeira			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

26403	Campus Manaus Zona Leste
26403	Campus Manaus Centro
26403	Campus Manaus Distrito Industrial
26403	Campus Coari
26403	Campus Parintins
26403	Campus Tabatinga
26403	Campus Presidente Figueiredo
26403	Campus Maués
26403	Campus Lábrea
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158273	26403
158444	26403
158445	26403
158446	26403
158447	26403
158560	26403
158561	26403
158562	26403
158563	26403
158564	26403

Fonte: PROAD

1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) instituída através da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Sua estrutura foi constituída mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira.

O Decreto Nº 7.566 de 23/09/1909 criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Essas Escolas atualmente fazem parte da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, criada pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IFAM foi criado nos termos do item IV, do artigo 5º da Lei Nº 11.892/2008 e o estabelecimento dos campi, conforme consta no anexo, item IV, da Portaria Nº 4, de 6 de janeiro de 2009. Conforme o Art. 6º da Lei Nº 11.892/2008, a finalidade do IFAM:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa básica e aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
e
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

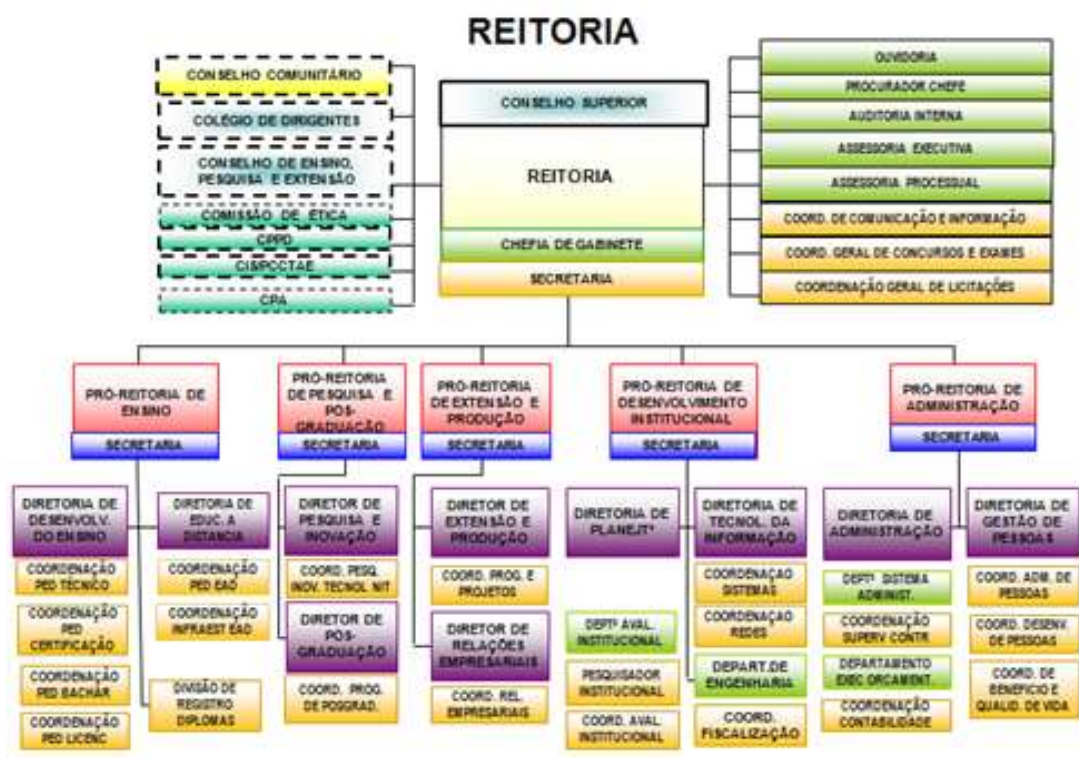
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas dispõe de Estatuto aprovado pela Portaria Nº 373/IFAM, de 31 de agosto de 2009, publicada no DOU de 1 de setembro de 2009 e Regimento Geral – Resolução Nº 2, CONSUP/IFAM, de 28 de março de 2011, publicado no DOU de 14 de abril de 2011, seção 1. O IFAM, em sua atuação, observa os princípios norteadores, a seguir:

- I. Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. Inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
- V. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

1.3 Organograma funcional

A figura abaixo representa a estrutura formal da Reitoria do IFAM através do organograma institucional. Salienta-se que abaixo da Reitoria se encontram as Diretorias dos Campi os quais, por sua vez, tem seu próprio organograma, não apresentado neste Relatório.

Figura 1- Organograma funcional



Fonte: Regimento do IFAM

Conselho Superior – órgão máximo da Instituição

Colégio de dirigentes - órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, de caráter consultivo e presidido pelo Reitor.

Reitoria - A Reitoria é o órgão executivo do IFAM, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Gabinete - é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

Procuradoria Jurídica - órgão de execução integrante da Procuradoria-Geral Federal, vinculado à Reitoria e à Procuradoria Federal no Estado do Amazonas, incumbida de prestar assessoramento e consultoria jurídica aos órgãos superiores da Administração do IFAM.

Auditoria Interna - o órgão de controle sistêmico, vinculado ao Conselho Superior do IFAM.

Ouvidoria - o órgão de assessoramento da Reitoria responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações da comunidade interna ou externa.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as implantações ou implementações das estratégias, diretrizes e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFAM.

Diretoria de Administração - responsável pelas atividades relacionadas à administração, à supervisão, à execução e à avaliação da política de administração financeira e orçamentária do IFAM.

Diretoria de Gestão de Pessoas - responsável pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação da política de gestão de pessoas do IFAM.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades no âmbito das estratégias, diretrizes e políticas do Ensino, nas suas diversas modalidades, com prioridade para a Educação Profissional e Tecnológica, além das ações relacionadas ao apoio, ao desenvolvimento do ensino e ao estudante do IFAM

Diretoria de Ensino de Graduação - responsável por planejar, coordenar e supervisionar a execução das políticas, diretrizes e estratégias do ensino de Graduação do IFAM.

Diretoria de Ensino Médio e Técnico - propor a atualização das diretrizes e regulamentos, assessorar na aplicação dos mesmos, fornecer orientação e apoio aos Campi na execução dos regulamentos e normas, manter atualizados, junto aos órgãos governamentais, os credenciamentos e as informações dos cursos, acompanhar o desenvolvimento de projetos e programas, acompanhar o trâmite de processos internos e organizar as informações visando à divulgação interna e externa dos cursos.

Diretoria de Educação a Distância - coordenar as ações e projetos institucionais desenvolvidos com uso de tecnologias de educação à distância, desenvolver ações com vistas à capacitação docente, disseminar a utilização educacional das tecnologias da informação e da comunicação na Instituição, elaborar projetos e relatórios, planejar e executar programas de inclusão educacional, promover o desenvolvimento e a utilização de tecnologias educacionais e multimídia no ensino, na pesquisa, na extensão, propor e acompanhar a implantação de projetos e superintender ações quanto à prestação de contas referentes aos projetos de educação à distância financiados por instituições externas.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e supervisiona as estratégias, diretrizes e políticas de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações e intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia do IFAM.

Diretoria de Pós-Graduação - prestar apoio e orientação aos Campi no encaminhamento dos processos de criação e avaliação dos cursos, fornecer orientação e apoio aos Campi na execução dos regulamentos e normas, assessorar a pró-reitoria na aplicação e atualização das diretrizes e regulamentos, elaborar editais e regulamentos, orientar os Campi nas questões internas e externas relacionadas aos cursos, organizar as informações visando à divulgação interna e externa dos cursos, avaliar e supervisionar o regulamento geral dos programas, implementar os planos de formação e aperfeiçoamento, propor os regulamentos, orientar, coordenar e avaliar as atividades acadêmicas, zelar pelo cumprimento dos regulamentos e normas, analisar a adequação dos projetos dos cursos e acompanhar os processos de avaliação dos cursos.

Diretoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica - fornecer orientação e apoio aos Campi na execução dos regulamentos e editais, criar o núcleo de inovação tecnológica, assessorar a Pró-Reitoria na aplicação e atualização das diretrizes, promover ações para a proteção das inovações tecnológica geradas no âmbito do IFAM, acompanhar o desenvolvimento dos projetos e coordenar o programa institucional de qualificação docente.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e supervisiona as estratégias, diretrizes e as políticas de extensão, inovação e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e a pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais ligados ao IFAM.

Diretoria de Extensão e Produção – responsável por assegurar a participação da Instituição em atividades de extensão social, estabelecer as diretrizes para implementação da política de desenvolvimento de atividades de extensão e produção, planejar, apoiar, supervisionar e avaliar as atividades, estabelecer programas junto à comunidade externa,

coordenar a formulação de uma política institucional, supervisionar consultorias, assessorias e a prestação de serviços e apoiar/coordenar a prestação de serviços no âmbito de consultorias e assessorias

Diretoria de Relações Interinstitucionais e Comunitárias – responsável por desenvolver a política de cooperação da Instituição, definir diretrizes para implementação nos Campi, normatizar os processos, fomentar a criação de instrumentos de acompanhamento do itinerário profissional e acadêmico do egresso, apoiar a interação das áreas acadêmicas dos Campi com o mundo do trabalho, incentivar a realização de consultorias, assessorias e apoios tecnológicos, acompanhar as atividades de extensão, fomentar e apoiar as iniciativas institucionais para a formação empreendedora e de proteção à propriedade intelectual, fomentar projetos sociais que agreguem ações, técnicas e metodologias e promover e gerir a realização de ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, destinadas à comunidade

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e supervisiona as estratégias, diretrizes e políticas de desenvolvimento institucional e a articulação entre as Pró-Reitorias e os Campi do IFAM.

Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação - órgão responsável pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação da política de Tecnologia da Informação do IFAM.

Diretoria de Planejamento - órgão superior da Reitoria responsável pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação das ações do desenvolvimento Institucional no IFAM.

1.3 Macroprocessos finalísticos da unidade

Os macroprocessos finalísticos do IFAM, são aqueles diretamente relacionados com o negócio e com a razão de existir da instituição. No quadro abaixo estão listados estes processos referentes a cada Pró-Reitoria.

Tabela 2- Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos finalísticos		
PROEN	PPGI	PROEX
Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas relativas à educação profissional técnica e tecnológica e aos cursos de formação de professores (licenciaturas).	Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas relativas à pesquisa e à pesquisa, pós-graduação de <i>lato e stricto sensu</i> e inovação.	Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas de extensão.
Normas e procedimentos para o funcionamento do registro acadêmico nos <i>campi</i> .	Coordenação e a supervisão dos projetos e dos grupos de pesquisas.	Avaliação das atividades relativas à extensão, à integração e ao intercâmbio da instituição.
Proposta e orientação de processos de aprendizado para a educação inclusiva e a distância.	Articulação com órgãos de apoio à pesquisa.	Articular-se com o setor produtivo, com a sociedade em geral para a melhoria dos perfis de ingresso discente.
Implementação das políticas dos cursos de formação inicial e continuada.	Fomento e criação de intercâmbio de alunos com outros órgãos de pesquisas científicas nacionais e internacionais.	Fomento e criação de políticas de acompanhamento de egressos.
Atende a: Comunidade acadêmica	Atende a: Comunidade acadêmica	Atende a: Comunidade acadêmica
Resultado: Promover a excelência do ensino por meio da formulação de políticas educacionais de qualidade socialmente referenciadas.	Resultado: Promover com excelência a pesquisa, pós-graduação e inovação.	Resultado: Interligar o conhecimento com a prática através da prestação de serviços de extensão para as comunidades interna e externa, com qualidade e comprometimento.

Fonte: Relatório de Gestão 2013

1.4 Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade

Os macroprocessos de apoio, essenciais ao funcionamento do IFAM para que este possa executar os processos finalísticos, são suportados pelas Pró-Reitorias de Administração e de Desenvolvimento Institucional. O quadro abaixo apresenta os principais Macroprocessos de apoio, o público a que estão destinados e os resultados esperados deles.

Macroprocessos de apoio

Tabela 3 - Macroprocessos de apoio

<i>Macroprocessos de Apoio</i>	
PRODIN	PROAD
Planejamento, coordenação, avaliação e controle das políticas relativas ao desenvolvimento institucional.	Execução de políticas institucionais para garantir a execução dos planos orçamentários, financeiros e patrimoniais.
Coordenação das atividades de avaliação institucional e de controle de dados institucionais.	Administração dos espaços físicos e infraestrutura utilizada pela Reitoria.
Planejamento e coordenação de atividades de articulação sistêmica do Ifam.	Elaboração da proposta orçamentária anual do IFAM.
Gestão do ambiente e da segurança da rede e de gestão tecnológica.	Realização e conformidade da gestão contábil.
Implantação de sistemas institucionais (SGD, Q-Acadêmico, Sistema de Gerenciamento de Conteúdo entre outros)	Execução da gestão de pessoas em consonância com as diretrizes legais.
Planejamento da aquisição de softwares, hardware e/ou serviços de TI.	Execução da política de capacitação de servidores.
Implantar e coordenar programas de responsabilidade ambiental.	Coordenação de programas de melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor.
<i>Atende a:</i> Gestão do Ifam	<i>Atende a:</i> Gestão do Ifam
Resultado: Promover o desenvolvimento institucional com responsabilidade socioambiental e inovação gerencial e tecnológica.	Resultado: Gerir recursos e pessoas, com eficiência e legalidade para suporte às atividades da comunidade interna e otimização da cadeia de suprimentos.

Fonte: Relatório de Gestão 2012

1.5 Principais parceiros relacionados à atividade-fim da unidade

O IFAM desenvolve ações e parcerias com diversas instituições de ensino superior (UTFPR, UFMG, UFAM, UEA, USP) e também com instituições de fomento (CNPq, FAPEAM, FINEP, CAPES, FAEPI entre outras) visando ao aperfeiçoamento e fortalecimento do campo científico e tecnológico da Instituição.

O IFAM também conta com a parceria do CREA no que diz respeito a aspectos concernentes à regularidade na execução de projetos, orçamentos, execuções de obras ou prestações de serviços que envolvam as áreas de engenharia e agronomia e atividades afins e correlatas desenvolvidas pelo quadro técnico do IFAM no atendimento a todos os seus campi, em especial o registro das ART's e referentes aos seguintes trabalhos técnicos:

- Análise e parecer sobre projetos, obras e serviços técnicos;
- Fiscalização de obras públicas;
- Elaboração e desenvolvimento de estudos;
- Projetos básicos, compreendendo projetos arquitetônicos, memorial descritivo, cronograma físico e financeiro, orçamento;
- Projetos executivos e complementares, quando executados pelo quadro técnico do IFAM.

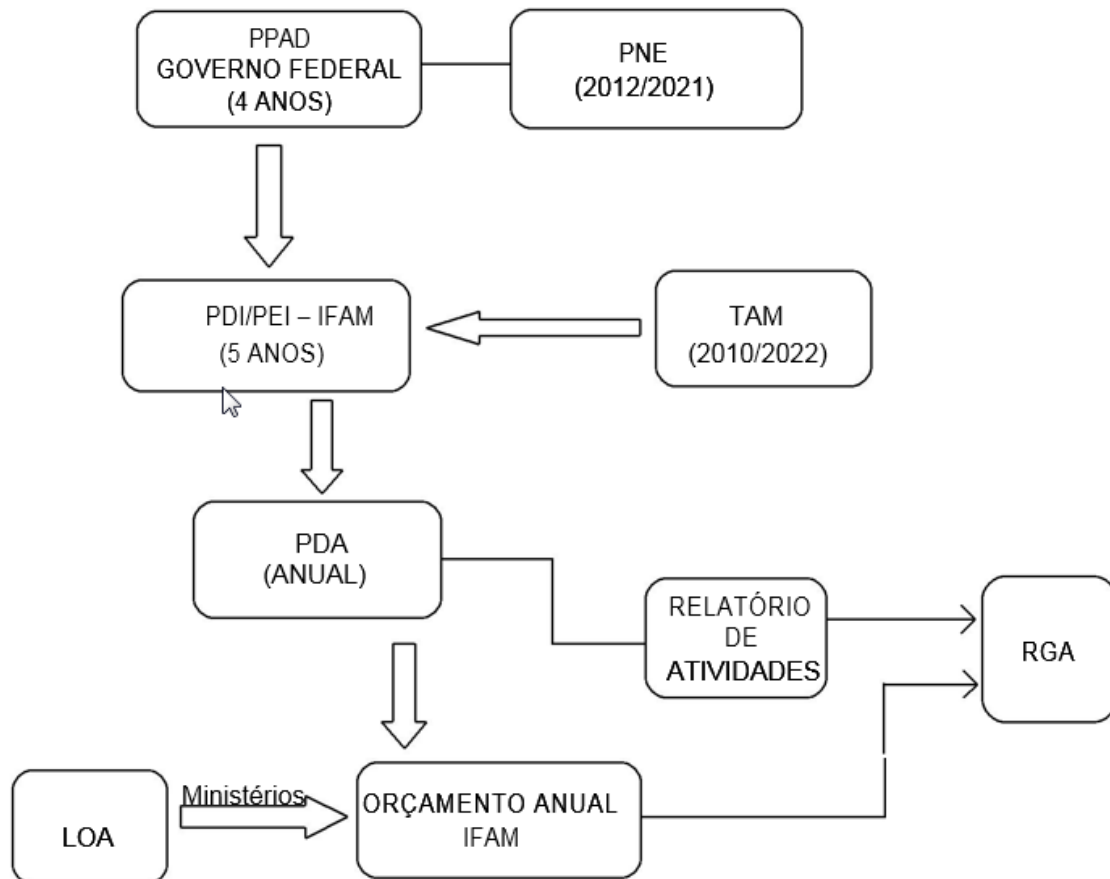
O Instituto tem buscado ampliar seus parceiros em relação aos processos finalísticos com vistas a ampliar suas possibilidades de atuação em áreas que não possui expertise, mas que são identificadas como fundamentais para o seu desenvolvimento e o cumprimento da sua missão.

Inclusive junto a instituições internacionais que possam oportunizar intercâmbio e pesquisa conjunta, além de capacitação de docentes e técnicos.

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

Figura 2 - Fluxo do Planejamento



Legenda:

LOA – Lei Orçamentária Anual
 PAD – Plano de Ação
 PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
 PNE – Plano Nacional de Educação
 PPAD – Plano Plurianual
 RGA – Relatório de Gestão Anual
 TAM – Termos e Acordos de Metas

Fonte: Manual das orientações para o Planejamento do IFAM

2.1.1 Plano Plurianual do Governo Federal

O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de 4 anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. É aprovado por Lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Neles constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvo, produtos a serem entregues à sociedade, etc.

2.1.2 Plano Nacional de Educação - PNE

PNE é o Plano de execução dos programas de educação do governo federal que estabelece seus programas em torno de quatro eixos norteadores: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Alfabetização. Esses programas estão sustentados em seis pilares:

- Visão sistêmica da educação;
- Territorialidade;
- Desenvolvimento;
- Regime de colaboração;
- Responsabilização e
- Mobilização social.

2.1.3 Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

Trata-se da principal ferramenta de planejamento que subsidia e orienta as ações da Gestão do IFAM. O PDI está baseado no planejamento institucional, construído de forma coletiva, identificando o IFAM no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orienta suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver. É o Plano que consolida o Planejamento Estratégico da Instituição para o interstício de 5 (cinco) anos, com previsão de execução de metas em períodos de curto, médio e longo prazos.

2.1.4 Planejamento Estratégico

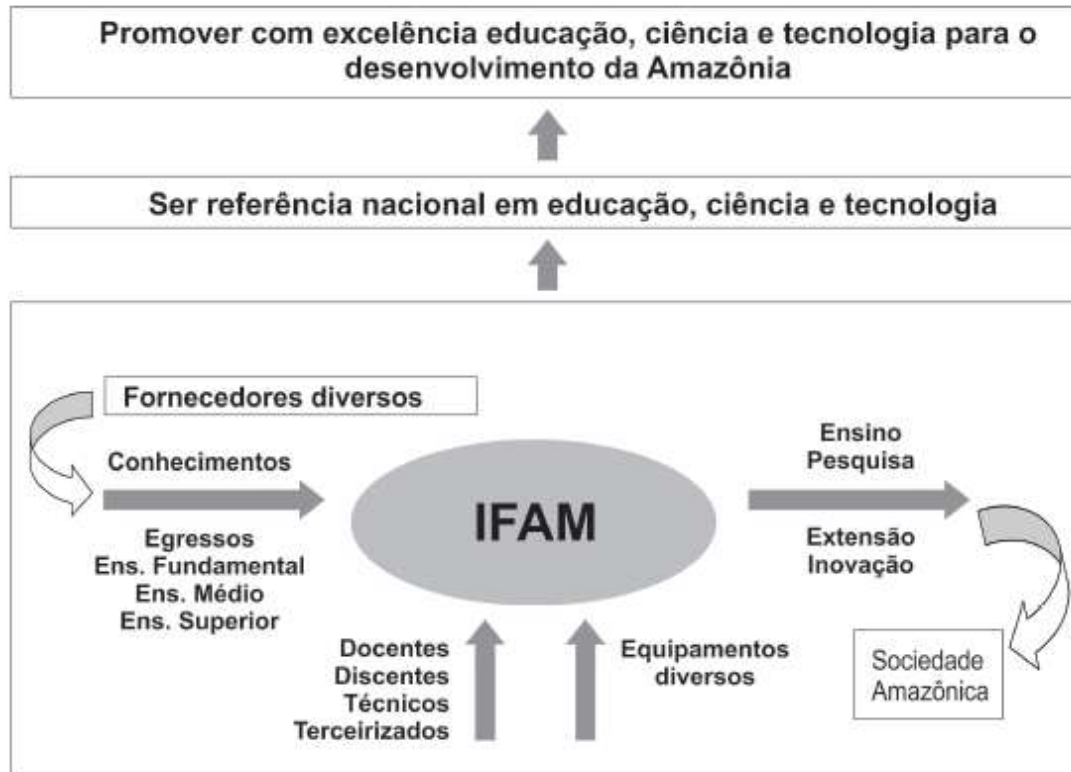
O planejamento estratégico é um conjunto de atividades técnicas que tem como finalidade apontar o futuro a ser construído pela organização e o caminho. É estratégico porque envolve toda a organização, desde os investimentos necessários até as responsabilidades pelo sucesso ou fracasso que devem ser pensadas com muita cautela, tanto do ponto de vista técnico quanto político.

O resultado do planejamento estratégico é o plano, um documento que contém, basicamente, o pensamento estratégico, o mapa de negócios e o mapa estratégico.

O pensamento estratégico é composto pelos valores, missão, visão e negócio organizacional. O mapa de negócios é a descrição da cadeia de valor da organização, ou seja, como ela maximiza os recursos disponíveis para gerar os melhores resultados possíveis; enquanto, o mapa estratégico é o caminho lógico que será percorrido para que o futuro se concretize.

A modernização gerencial do IFAM exige a adoção do planejamento estratégico como ferramenta básica. Os desafios que nossa instituição terá que superar ficará menos árduo com um plano consistente e que todos saibam atuar.

Figura 3 - Mapa de Negócios do IFAM

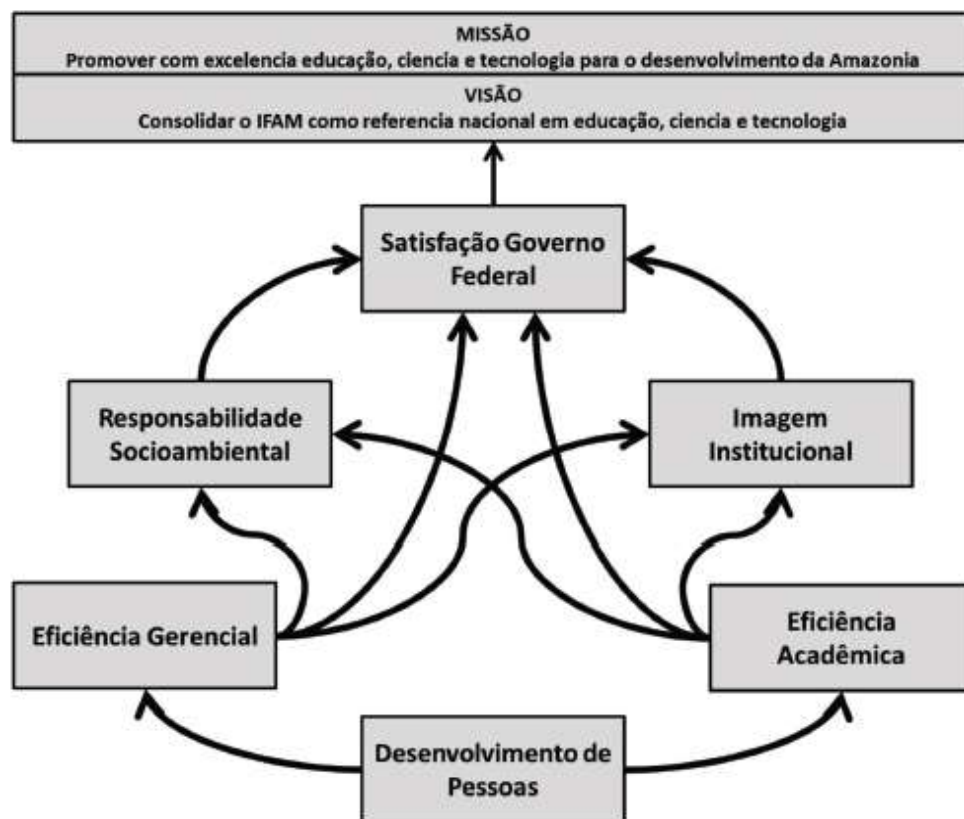


Fonte: Planejamento Estratégico do IFAM

2.1.5 Dos Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos do IFAM fazem parte de um conjunto de atividades técnicas conhecido como Planejamento Estratégico. Este tem como finalidade apontar o futuro a ser construído pela instituição, a partir de 06 (seis) objetivos:

Figura 4: Mapa estratégico do IFAM.



Fonte: Planejamento Estratégico do IFAM

Objetivo 1: Perspectiva Desenvolvimento de Pessoas

O investimento nas pessoas leva à obtenção da competência necessária para lidar com os desafios que deverão ser superados. Além disso, aumenta o grau de motivação e satisfação do servidor e melhora sensivelmente o clima e o ambiente de trabalho. Pelo sistema de avaliação a ser implantado, quanto maior o desempenho, maior será a bonificação.

Ações para Perspectiva Desenvolvimento de Pessoas:

- Aumentar as equipes multidisciplinares de fortalecimento ao setor pedagógico;
- Aumentar a quantidade de bolsas para o servidor pesquisador;
- Aumentar a quantidade de bolsas de mestrado e doutorado;
- Criar o Plano de Mobilidade do Servidor;
- Implantar programas de melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor;
- Implantar programas de cursos de idiomas para os servidores;
- Demandar ações junto ao Governo Federal visando o retorno do auxílio localidade aos servidores;
- Fortalecer o setor de saúde dos campi;
- Aumentar a produção científica de servidores;
- Construir centro de convivência do servidor nos campi.

Objetivo 2: Perspectiva Eficiência Gerencial

O investimento nas pessoas levará, também, à eficiência gerencial. O foco desta perspectiva é maximizar os recursos do IFAM visando suprir de forma eficiente e eficaz as necessidades de recursos das atividades-fim (ensino, pesquisa, extensão e inovação). Assim, quanto mais eficiente à gestão, maior a capacidade de captação e distribuição de recursos das atividades-meio.

Ações para Perspectiva Eficiência Gerencial:

- Institucionalizar a ouvidoria;
- Ampliar a autonomia orçamentária dos campi do IFAM;
- Aumentar o número de colegiados gerenciais;
- Melhorar o sistema de internet;
- Instalar a infraestrutura física da reitoria;
- Informatizar todas as bibliotecas da instituição;
- Adquirir barco regional para funcionamento da Unidade Móvel Fluvial do IFAM;
- Reestruturar a instituição para a gestão sistêmica;
- Racionalizar os processos das atividades meio;
- Racionalizar os processos das atividades fim;
- Capacitar gerencialmente o quadro docente e funcional.

Objetivo 3: Perspectiva Eficiência Acadêmica

O investimento nas pessoas levará, também, à eficiência acadêmica. O foco desta perspectiva é maximizar a capacidade de ensino, pesquisa, extensão e inovação dos docentes e corpo técnico do IFAM. Uma vez que a eficiência gerencial permitirá que as atividades-meio captem e distribuam os recursos, o quadro de pessoal das atividades-fim poderão se dedicar exclusivamente às suas peculiaridades.

Ações para Perspectiva Eficiência Acadêmica:

- Fazer avaliações periódicas dos projetos pedagógicos de todos os cursos;
- Aumentar a quantidade de certificações do programa CERTIFIC;
- Implantar um Centro de Idiomas;
- Avaliar o processo educacional periodicamente;
- Institucionalizar um programa de intercâmbio internacional para docentes e discentes;
- Ampliar e diversificar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu;
- Aumentar a quantidade de eventos esportivos entre os campi;
- Aumentar o número de ações de educação nos campi;
- Aumentar o número de programas de atendimento pedagógico discente;
- Aumentar a quantidade de bolsas de iniciação científica;
- Ampliar o quantitativo de workshops de pesquisa, pós-graduação e inovação;
- Aumentar a quantidade de incubadoras de empresas;
- Melhorar o acompanhamento dos egressos;
- Aumentar o número de bolsas de extensão;
- Criar um programa de Apoio ao Egresso;
- Ampliar subsídios a alimentação estudantil;
- Construir novos Centros de Documentação E Informação (CDI) nos campi e consolidar os existentes.

Objetivo 4: Responsabilidade Socioambiental

Ações para Responsabilidade Socioambiental:

- Aumentar a participação da sociedade civil na Escola Cidadã;
- Aumentar a quantidade de voluntários junto aos novos campi;
- Ampliar as ações de extensão no ensino Superior;
- Criar o observatório institucional sobre educação e trabalho;
- Aumentar a quantidade de incubadoras de empresas;
- Institucionalizar o Programa de Assistência Comunitária;
- Ampliar parceria com Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA);
- Ampliar parcerias com instituições de ensino em nível nacional e internacional;

- Ampliar o número de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT);
- Ampliar e diversificar ações de Responsabilidade Social;
- Construir um complexo esportivo para o atendimento de eventos;

A eficiência gerencial e acadêmica, quanto permanente, permitirá a efetividade institucional. Quando isso acontecer, o IFAM poderá cumprir com a sua responsabilidade socioambiental, etapa obrigatória rumo à institucionalização no ambiente amazônico, conforme prevê sua missão.

Objetivo 5: Melhoria da Imagem Institucional

Obtido o sucesso gerencial e acadêmico e cumprida a responsabilidade socioambiental, o IFAM terá dado os passos essenciais para estruturar a imagem institucional pela qual todos nós trabalhamos. Sua manutenção, contudo, exige que determinados objetivos sejam trabalhados constantemente.

Ações para Melhoria da Imagem Institucional:

- Aumentar as equipes multidisciplinares de fortalecimento ao setor pedagógico;
- Aumentar a quantidade de bolsas de mestrado e doutorado;
- Criar o Plano de Mobilidade do Servidor;
- Implantar programas de cursos de idiomas para os servidores;
- Demandar ações junto ao Governo Federal visando o retorno do auxílio localidade aos servidores;
- Fortalecer o marketing institucional;
- Fortalecer o endomarketing institucional;
- Aumentar a produção científica de servidores;
- Construir centro de convivência do servidor nos campi;
- Criar rádio via internet.

Objetivo 6: Satisfação com o Governo Federal

A melhoria da imagem institucional a partir do cumprimento de sua responsabilidade socioambiental certamente levará à satisfação com o governo federal, nosso principal patrocinador. Evidentemente que as perspectivas anteriores capacitarão o IFAM para gestão administrativa e financeira descentralizada, nos limites estabelecidos em lei, requisito essencial para autonomia institucional.

Ações para Satisfação com o Governo Federal:

- Desenvolver o plano Expansão 3
- Aumentar a eficiência institucional;
- Aumentar a eficácia institucional;
- Aumentar a relação estudante x professor;
- Ampliar e diversificar a oferta de curso e vagas para a educação profissional;
- Manter as vagas para a formação de professores e licenciaturas;
- Diversificar e ampliar a oferta de cursos PROEJA;
- Aumentar os projetos de melhoria da qualidade da educação básica;
- Aumentar a quantidade de projetos de formação inicial e continuada;
- Ampliar e diversificar a oferta de cursos em EaD;
- Diversificar a forma de acesso ao ensino técnico;
- Diversificar a forma de acesso ao ensino superior;
- Incentivar estudantes com elevados desempenho a programas apoiados;
- Ampliar a quantidade de projetos de pesquisa e inovação;
- Aumentar a quantidade projetos ação social;
- Institucionalizar o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);
- Aumentar os programas de ensino, pesquisas e extensão multicampi e interinstitucionais;
- Aumentar as adesões a programas de interesse coletivo;
- Implantar um programa de gerenciamento acadêmico com fornecimento de informações ao MEC/SETEC.

Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Com a elaboração do Planejamento Estratégico no exercício e a consequente definição de novos objetivos estratégicos, definiram-se estratégias para a avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos; revisão dos macroprocessos quando necessário; adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica e imobiliária; estratégias de divulgação interna dos resultados alcançados; além de outras estratégias consideradas relevantes para o negócio do Instituto, como pode ser visualizado no quadro abaixo.

2.1.6. Execução do Plano de Metas ou Ações

O Plano de Desenvolvimento Anual - PDA do IFAM encontra-se disponível no link abaixo:

<http://200.129.168.182:4030/attachments/download/2456/PLANO%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20ANUAL%202013.pdf>.

A Cultura do Planejamento está em desenvolvimento e ainda não alcançou a sua maturidade, a Diretoria de Planejamento elaborou um manual de orientações para a construção do Plano bem como o relatório, no entanto como pode ser constatado no ítem 12 deste relatório, as informações não estão agrupadas de forma a identificar com clareza as perspectivas, Ações e metas definidas no PDA-2013.

A Diretoria de Planejamento ao analisar os PDAs entregues construiu os quadros que podem ser acessados nos links abaixo:

Total de ações por unidade

<http://200.129.168.182:4030/attachments/download/2454/Quantitativo%20de%20A%C3%A7%C3%B5es%20por%20Unidade.pdf>

Total de Ações por perspectivas

<http://200.129.168.182:4030/attachments/download/2455/Quantitativo%20de%20a%C3%A7%C3%B5es%20por%20perspectiva.pdf>

E pode concluir que ainda tem muito a trilhar para alcançar ações conjuntas de todas as unidades administrativas, mas esse é o nosso desafio, contribuir para através da conscientização e o entendimento dos conceitos da Administração chegemos a uma unidade de ações, nos servindo dos instrumento como balizadores e não apenas para caráter ilustrativo mas como instrumento melhoria da eficiência do processo.

O IFAM está revisando seu regimento e se reorganizando para melhor atender as suas demandas. O Novo PDI está em fase de conclusão, ele será a base para o alinhamento do PEI com novas perspectivas, Objetivos estratégicos e metas que serão disseminados e que esperamos com isso alcançar maior eficiência e eficácia neste processo.

No quadro abaixo estão descritos alguns objetivos estratégicos ou perspectivas, execução das ações planejadas, e a indicação dos resultados ou resultados parciais no exercício, os demais encontram-se no ítem 12 deste relatório em função de não terem sido informados de forma a facilitar a construção do quadro, mas queremos nos próximos, com a conscientização das unidades administrativas, construir um quadro que demonstre com clareza as perspectivas, objetivos estratégicos e ações que foram alcançadas no exercício.

Tabela 4 – Relatório das Ações 2013

Objetivo	Ações	Resultado	Resultado parcial
Aperfeiçoar a infraestrutura de comunicação e tecnologia.	Participação de 100% dos cursos oferecidos pelo Contrato de Gestão e do Plano de Capacitação Anual do FORTI até 2013	Executado	-
	Aquisições de soluções de TI estejam 50 % alinhadas com as especificações técnicas do SISP até 2013	Executado	
	Viabilizar a participação dos servidores da área de TI em todos os Cursos oferecidos	Executado	
	Elaborar o Plano de Capacitação dos Servidores de TI	Executado	
	Disseminar na rede dos servidores de TI a ferramenta egrouphware	Executado	
	Reforma da Coordenação de Infraestrutura de Redes	Executado	
	Aquisição do Datacenter	Executado	
	Regularizar aquisições de TI através de Documento de Oficialização de Demanda DOD	-	Parcialmente executado
	Mapear 100% dos Processos de TI até 2013	-	Parcialmente executado
	Executar o Plano de Redimensionamento de Mão de Obra	-	Parcialmente executado
	Aquisição de Equipamentos conforme o PDTI	-	Parcialmente executado
Aquisição de Serviços de TI conforme o PDTI	-	Parcialmente executado	
Aumentar a quantidade de bolsas de iniciação	Oferta de 98 bolsas do Programa de Apoio de Iniciação Científica na Graduação; PIBIC Jr- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica junior – Ensino Técnico.	Executado	-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

	Oferta de 235 bolsas dos programas IFAM, CNPq e FAPEAM.	Executado	-
	Programa de Auxílio aos Projetos de Iniciação Científica – Custeio no montante de R\$ 61.016,00.	Executado	-
	Execução de R\$ 6.000,00 em 2013 de Projetos de Pesquisa Desenvolvidos no IFAM 2012/2013 que não estão inclusos nos Programas de Iniciação Científica	Executado	-
Ações para Perspectiva Eficiência Acadêmica	Execução de R\$ 95.636,50 no Apoio, Promoção e Participação em Evento Científico	Executado	-
	Participação do IFAM no VI Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica – montante do investimento R\$ 133.850,00	Executado	-
	Participação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, na 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – 65ª SBPC.	Executado	-
	Publicação da Revista Igapó edição 6 com artigos que são resultados de trabalhos dos servidores do Programa de Mestrado de Engenharia de Produção da UFAM em convênio com o IFAM	Executado	-
Ampliar e diversificar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu	Oferta de 200 vagas para cursos de Especialização em PROEJA.	Executado	-
Perspectiva Desenvolvimento de Pessoas	Oferta de 22 vagas no Programa de Mestrado.	Executado	
	Liberação de 10 servidores para Doutorado	Executado	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

	Liberação de 17 servidores para Mestrado	Executado	
Eficiência Gerencial	Monitoramento das ações implementadas pela PPGI	Executado	
	Fiscalização das obras sob responsabilidade do Departamento de Engenharia	Executado	
	Reuniões técnicas nos 10 campus para tratar do Plano de Desenvolvimento Anual, sustentabilidade e Sistemas de Informação(SGD) PRODIN	Executado	
Aumentar o número de bolsas de extensão	Oferta de 75 (setenta e cinco) bolsas do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento de Programas e Projetos de Extensão	Executado	

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Neste capítulo estão apresentados os resultados orçamentário, físicos e financeiros alcançados pela gestão relativos aos programas, objetivos, iniciativas e ações de responsabilidade do IFAM, no que diz respeito a Reitoria, unidade consolidadora e aos seus campi, unidades consolidadas.

A informação está estruturada em duas partes. A primeira parte relaciona as Ações do Plano Plurianual do ano de 2013 relacionadas ao Instituto, e a segunda parte demonstra e analisa o desempenho do IFAM na execução orçamentária e financeira de seus recursos.

2.2.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Neste subitem serão apresentados os programas do Plano Plurianual que estiveram de forma integral ou parcial, sob a responsabilidade da Reitoria e dos *Campi* do IFAM, através da identificação do programa, informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira, avaliação dos resultados dos indicadores associados, reflexos de contingenciamento sobre os resultados e os reflexos dos restos a pagar na execução dos mesmos.

Os quadros sobre programas temáticos, objetivos vinculados a programas temáticos e iniciativas vinculadas a programas temáticos de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada não foram incluídos neste capítulo por não terem acontecido no exercício de 2012.

2.2.2 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Este item trata de todas as Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade do IFAM, identificados nos quadros que seguem:

Tabela 5 - Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS – Código 20RL

Identificação da Ação						
Código	20RL		Tipo:			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação-Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Objetivo	Código					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
52.208.640,00	58.629.242,00	46.368.904,78	29.828.826,17	28.557.401,48	1.271.424,69	16.540.078,61
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aluno matriculado		Unidade	12121	12121	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
9.396.492,65	7.058.485,75		Aluno matriculado		unidade	15556

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 6 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 20RG

Identificação da Ação						
Código	20RG			Tipo:		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Objetivo	Código					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo:
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.652.477,00	37.652.477,00	37.237.967,41	17.362.787,22	17.182.371,32	180.415,90	19.875.180,19
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Vaga disponibilizada		Unidade	6764	6764	3177	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.297.461,60	3.080.815,67		Vaga disponibilizada		unidade	3177

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 7 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 2994

Identificação da Ação						
Código	2994		Tipo:			
Título	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A5–Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.					
Objetivo	Código					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo:
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.339.780,00	7.339.780,00	6.628.803,37	6.497.985,55	6.488.153,57	9.831,98	130.817,82
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aluno Assistido		Unidade	9622	9622	8519	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
41.956,09	7.691,50		Aluno Assistido		unidade	0

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 8 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 20TP

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
63.825.574,00	84.858.998,00	84.857.597,68	84.857.597,68	83.180.298,73	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 9 Quadro A.2.2.3.1.- Ações – OFSS Código 09HB

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: Operações Especiais			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional.					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.666.635,00	15.077.072,00	14.853.360,60	14.853.360,60	13.612.083,30	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 10 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 00G5

Identificação da Ação						
Código	00G5		Tipo: Operações Especiais			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - No Estado do Amazonas.					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		Código: 0901		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.063,00	18.063,00	18.063,00	18.063,00	18.063,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 11 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 0005

Identificação da Ação						
Código	0005		Tipo: Operações Especiais			
Título	Cumprimento de Setença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		Código: 0901	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
164.207,00	151.902,00	151.901,45	151.901,45	151.901,45	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 12 Quadro A.2.2.3.1. – Ações – OFSS Código 0181

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: Operações Especiais			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amazonas					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código: 0181 Tipo:		
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.017.000,00	20.998.404,00	20.809.478,23	20.809.478,23	20.809.478,23	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 13 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 6358

Identificação da Ação						
Código	6358			Tipo: Finalístico		
Título	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	2031		Código:		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
209.853,00	209.853,00	162.011,38	116.699,35	115.567,15	1.132,20	45.312,03
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	Montante
Pessoa capacitada		unidade	40,00	40,00	40,00	40,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 14 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 2012

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: Finalístico			
Título	Auxílio alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	2109	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.960.000,00	5.253.700,00	5.211.366,79	5.211.366,79	5.211.366,79		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		unidade	1.086,00	1.084,00	1.084,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 15 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 2010

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: Finalístico			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares					
Iniciativa	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, que tenham filhos em idade pré-escolar.					
Objetivo	Código					
Programa	2109	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26403					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
180.000,00	200.000,00	196.664,30	196.664,30	196.664,30	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
Crianças atendidas		unidade	227,00	217,00	217,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 16 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 6380

Identificação da Ação						
Código	6380		Tipo: Finalístico			
Título	Fomento ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	2031	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26403					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
700.000,00	700.000,00	555.485,23	343.762,82	339.475,35	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Atender os campi do IFAM		unidade	5,00	5,00	5,00	5,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 17 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 2004

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: Finalístico			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	2109		Código:		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26403					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.236.316,00	1.295.000,00	1.251.237,60	1.251.237,60	1.251.237,60	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		unidade	947,00	496,00	496,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 18 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 2011

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: Finalístico			
Título	Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	2109	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26403					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
959.016,00	759.016,00	659.058,83	659.058,83	659.058,83	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		unidade	444,00	637,00	637,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 19 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 20rj

Identificação da Ação						
Código	20rj		Tipo: Finalístico			
Título	Apoio a Capacitação e formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para Educação Básica.					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	2003	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26403					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
965.680,00	1.866.659,00	607.991,03	606.741,83	606.741,83	0	1.249,20
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		Realizado	
			Previsto	Reprogramado		
Pessoa beneficiada		unidade	220,00	220,00	220,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
214.786,34	217.786,34		Pessoa beneficiada		unidade	217.786,34

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 20 Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS Código 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					Tipo: Finalístico
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	2109	Código:			Tipo:	
Unidade Orçamentária	26403					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
835.000,00	1.285.552,00	249.688,23	190.228,19	187.951,07	2.277,12	59.460,04
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		unidade	230,00	89,00	89,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
137.739,45	67.820,86	-	Servidor Capacitado		unidade	89,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 21 Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Registros a Pagar – OFSS Código 1H10

Identificação da Ação						
Código	1H10				Tipo: VER	
Título	Construção, ampliação, reforma, aquisição de equipamentos e mobiliários das novas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.					
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			Código: 1062 Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	Caso Positivo (x) Sim () Não () PAC () Brasil sem fronteiras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
225.903,94	60.621,32	1.161,60	1	unidade	1	

Tabela 22 Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Registros a Pagar – OFSS Código 2992

Identificação da Ação						
Código	2992				Tipo:	
Título	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, bem como manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.					
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			Código: 1062 Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Ação Prioritária	Caso Positivo (x) Sim () Não () PAC () Brasil sem fronteiras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
1.503.549,96	428.979,44	78.378,80	1	un	1	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 23 Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Registros a Pagar – OFSS Código 7L90

Identificação da Ação					
Código	7L90			Tipo:	
Título	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			Código: 1062 Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas				
Ação Prioritária	Caso Positivo (x) Sim ()Não () PAC () Brasil sem fronteiras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
75.933,67	0,00	0,00		unidade	

Tabela 24 Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Registros a Pagar – OFSS Código 8650

Identificação da Ação					
Código	8650			Tipo:	
Título	Adequação das entidades da rede federal de educação profissional e tecnológica, por meio de construção, ampliação, reforma, aquisição de imóveis, equipamentos e mobiliários, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.892/2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.				
Iniciativa					
Objetivo	Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades e melhorar a qualidade do ensino.				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			Código: 1062 Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas				
Ação Prioritária	Caso Positivo (x) Sim () Não () PAC () Brasil sem fronteiras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
599.216,90	111.685,26	6.593,81	1	unidade	

2.2.3 Análise Situacional

Execução das metas:

As metas físicas das ações orçamentárias apreciadas resultaram em sua maior parte de sua execução plena, exceto para as metas estabelecidas para a construção de obras da expansão fase 3, que se iniciaram no final do semestre de 2013, com pouquíssimo impacto na execução financeira.

Fatores intervenientes:

No exercício 2013 a unidade enfrentou diversas situações que corroboraram para que o Instituto não executasse o orçamento na sua totalidade, tais como falta de pessoal, falta de qualificação do pessoal, principalmente do pessoal ligado a compras e licitação, alta rotatividade de pessoal entre setores específicos da administração. Nesse caso, mais especificamente do pessoal ligado à matriz ou unidade administrativa principal do IFAM denominada Reitoria.

De outro lado a unidade por diversas vezes deixou de cumprir cláusulas concernentes ao pagamento de faturas de fornecedores por atraso na liberação de recursos financeiros.

Muito embora a ocorrência desses fatores sujeitaram a unidade a não dispor de capacidade de execução. Em 2013 a unidade conseguiu contratar os serviços especializados de empresa responsável por aplicar o concurso público referente às vagas de disponibilizadas pelo MEC, porém ainda não é o ideal para a instituição agir para implementação de suas estratégias e execução de seus planos estratégico, tático e operacional.

Restos a pagar:

Apenas as ações 20RG e 20RL foram representativas. A primeira, em sua maioria, apresenta valores que foram empenhados para obras de engenharia dos Campi da Expansão Fase 3, enquanto que a segunda foi utilizada basicamente em investimentos, tais como: aquisição de serviços de obras e material permanente, cerca de 64,5% por cento, a diferença foi inscrita nas despesas de manutenção da Instituição.

Ações Prioritárias na LDO:

Não foram detectadas Ações Prioritárias com execução abaixo de 50% do total das dotações iniciais.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura orgânica de controle da unidade

Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, et. Descrevendo de maneira suscita a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.

3.1.1 Unidade de Auditoria

01 Auditor-Chefe

03 Auditores em pleno exercício

01 Auditor gozando de férias e em processo de licença por interesse particular

Conforme art. 51 do Regimento Geral do IFAM

ORGANOGRAMA AUDIN IFAM

Auditoria Federal do Sistema de Controle Interno do IFAM

Figura 4 Organograma AUDIN IFAM



Base normativa:

- ✓ art. 70 ao 75 da Constituição Federal do Brasil de 1988;
- ✓ Decreto N° 3.591, de 06 de setembro de 2000;
- ✓ Instrução Normativa n° 07, de 29 de dezembro de 2006;
- ✓ Instrução Normativa N° 01, de 03 de janeiro de 2007;

Atribuições (Conforme o Regimento Geral do IFAM vigente):

I - Prestar assessoramento técnico aos gestores e orientar os Órgãos e Unidades Administrativas da Instituição, buscando agregar valores à gestão, observados os Princípios e Normas de Controle Interno vigentes;

II - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

III - Assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo e da realização das metas do Plano Plurianual, no âmbito da entidade, visando a comprovar o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

IV - Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos, de suprimento de bens e serviços e demais controles de gestão;

V - Promover estudos periódicos das normas e orientação internas, com vistas a sua atualização e adequação à situação em vigor;

VI - Examinar a prestação de contas anual e as tomadas de contas especiais da entidade, emitindo os respectivos pareceres quando a legislação assim exigir;

VII - Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, contendo a programação dos trabalhos de auditoria interna do exercício seguinte, devendo ser encaminhado ao órgão de controle interno a que o IFAM esteja jurisdicionado, até a data determinada pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal conforme determinado;

VIII - Elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, contendo a descrição dos trabalhos de auditoria interna do exercício anterior, devendo ser encaminhado ao órgão de controle interno a que o IFAM esteja jurisdicionado, até a data determinada pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal conforme determinado;

IX - Verificar a consistência e a segurança dos instrumentos de controle, de guarda e de conservação dos bens e valores da Instituição ou daqueles pelos quais ela seja responsável;

X - Buscar condições para o exercício do controle sobre as ações da Entidade, quando couber, bem como a atualização dos mecanismos de controle em funcionamento no âmbito da organização;

XI - Verificar a fidelidade das informações e a regularidade das contas com base nos registros contábeis e na documentação comprobatória das operações;

XII - Elaborar relatórios, assinalando os pontos merecedores de reparo, para que os dirigentes tenham elementos necessários à tomada de decisões e correções;

XIII - Realizar trabalhos de auditoria de interesse do Conselho Superior do IFAM quando for requisitado;

XIV - Elaborar seu Regimento Interno e submetê-lo a aprovação do Conselho Superior do IFAM.

Forma de atuação:

A Auditoria Federal de Controle Interno do IFAM atua através de atividades de Auditoria de Conformidade, Operacional e Preventiva.

As auditorias são planejadas anualmente, conforme avaliação de risco realizada pela própria AUDIN. Todas as ações são documentadas através do PAINT (Plano Anual de Auditoria Interna) e são submetidas à apreciação do Conselho Superior do IFAM e da CGU/AM, antes de serem executadas, salvo extraordinária necessidade de realização de atividade de auditoria não planejada.

O Regimento Geral do IFAM está sendo revisado para as devidas alterações, exclusões e inclusões, de modo que os normativos de atuação da AUDIN serão apreciados pelo CONSUP, ainda esse ano de 2014.

3.1.2 Conselhos Fiscais

Os conselhos normativos e consultivos, bem como outros colegiados criados para apoiar as atividades administrativas e acadêmicas, são detentores de regimentos internos próprios aprovados pelo Conselho Superior, respeitadas as disposições da legislação federal aplicável, do estatuto e deste regimento geral.

A administração do IFAM é realizada por seus órgãos colegiados, pela reitoria, e pela direção geral dos campi, com apoio numa estrutura organizacional que define a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFAM, tendo a sua composição e competências definidas no Estatuto do Instituto.

Para apoiar a gestão administrativa e acadêmica, o IFAM conta com os seguintes colegiados consultivos:

I - No âmbito da organização sistêmica:

1. Colégio de dirigentes;
2. Conselho de ensino, pesquisa e extensão;
3. Comitê de administração;
4. Comitê de ensino;
5. Comitê de extensão;
6. Comitê de pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica;
7. Comitê de desenvolvimento institucional;
8. Comitê de gestão de pessoas;

II - No âmbito da unidade gestora - *Campus*:

1. Conselho educacional;
2. Conselho de curso.

3.1.3 Comitês de Avaliações

A Comissão Própria de Avaliação é responsável por coordenar a autoavaliação institucional, desde a elaboração do método, passando por sua implementação e sistematização dos resultados, até a elaboração do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional, que subsidia os Planejamentos Administrativo e Pedagógico da Instituição e é usado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e MEC (Ministério da Educação) para o recredenciamento institucional e reconhecimento dos cursos, entre outras atividades.

Conforme Regimento Geral do IFAM, em seu artigo 65 "A Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão de assessoria da Reitoria, é detentora de regimento interno próprio aprovado pelo Conselho Superior, respeitadas as disposições da legislação federal aplicável, do Estatuto e deste Regimento Geral."

O Regimento Interno da CPA do IFAM está em fase de elaboração e o objetivo é que em 2014 o mesmo seja submetido/deliberado/aprovado pelo CONSUP (Conselho Superior) do IFAM.

A Autoavaliação Institucional está em obediência à Legislação de Ensino Superior do MEC que estabelece o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei Nº 10.861 de 14/04/2004, Portaria MEC Nº 2.051 de 09/07/2004 e Decreto Nº 5.773, de 09/05/2006). Nesse contexto, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) também está prevista na Lei Nº 10.861, de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e prevê em seu artigo 2º, inciso IV, que a avaliação institucional deverá assegurar "a participação do corpo DISCENTE, DOCENTE e TÉCNICO-ADMINISTRATIVO das instituições de educação superior, e da SOCIEDADE CIVIL, por meio de suas representações".

Nesse sentido, o presente Relatório contém dados avaliativos internamente, aplicados apenas aos segmentos de DISCENTES de cursos de nível superior, dos campi onde são oferecidos tais cursos (Licenciaturas, Tecnologias e Engenharias), bem como os DOCENTES e TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS (sem distinção, para todas as unidades do IFAM). Não foi realizada avaliação institucional ao segmento da SOCIEDADE CIVIL, em virtude da pouca representatividade de tal segmento nesta CPA. Além disso, em virtude de a Comissão ter sido criada apenas no 2º semestre de 2013, houve pouco tempo para planejarmos as ações, que basicamente limitaram-se à elaboração dos questionários para os três segmentos, aplicação dos questionários e tabulação de dados para emissão deste Relatório, que contou com um total de **2.085 participantes**, conforme abaixo:

DISCENTES = 1.286

DOCENTES = 681

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS = 118

APRESENTAÇÃO DA CPA

A CPA é elemento obrigatório para todas as instituições de ensino superior do País e tem por objetivo avaliar a IES (Instituição de Ensino Superior) de forma autônoma, apresentando seu Relatório Anual de Avaliação Institucional para o dirigente institucional e para o INEP, possibilitando à IES o aperfeiçoamento de seus processos internos no que diz respeito as dez (10) dimensões do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), a seguir:

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

Dimensão 3: Responsabilidade Social

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Dimensão 9: Políticas de Atendimento ao Estudante

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Os pilares da Avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) no SINAES são:

- ✓ Avaliação Interna (Auto-Avaliação) – Realizada pela CPA
- ✓ Avaliação Externa (Comissões de Avaliação *In loco*) – Realizada pelo INEP/MEC
- ✓ Avaliação do Desempenho dos Estudantes – Realizada pelo INEP/MEC através do ENADE

A avaliação própria é um processo contínuo com o qual a Instituição adquire conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

As informações obtidas a partir das Avaliações elaboradas pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) compõem o Relatório Anual de Avaliação Institucional. Seus objetivos são atender à exigência legal dos incisos I, II, III e IV do artigo 2º da Lei 10.861, de 14/04/2004, mas também identificar suas Forças (elementos da instituição considerados vantajosos, ou seja, suas boas práticas) para socializar e reconhecer

internamente, assim como suas Fragilidades (inconformidades, pontos da instituição que devem ser melhorados), para buscar a melhoria contínua para o IFAM.

O antigo CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas) registra desde 2002, anterior ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, experiências na área de avaliação institucional. No entanto, foram ações incipientes que não caracterizavam uma política de avaliação, mas desde então preparavam a instituição para inserção de uma cultura avaliativa futura, com objetivo de promover melhorias.

Em 2005, após a publicação da Lei Nº 10.861 de 14/04/2004 e a Portaria MEC Nº 2.051 de 09/07/2004, o Diretor Geral do CEFET-AM, por meio da Portaria Nº 149 GDG/CEFET-AM de 05/04/2005, constituiu a primeira composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), tendo como critério para a participação da pesquisa, servidores que já tinham atuado em processos de avaliação institucional da instituição e, principalmente, pessoas com interesse e disponibilidade para contribuir.

Em 2008, com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira, e posteriormente, com o projeto de expansão da rede federal para os municípios do interior do Estado do Amazonas, perfazendo o total de 10 campi do IFAM, o crescimento da instituição impôs à CPA novos desafios, tais como: a reformulação do regimento interno criando as comissões setoriais de avaliação, considerando a expansão do ensino superior para todas as unidades; a criação de um novo projeto de avaliação, considerando a nova realidade institucional; a ampliação do sistema de avaliação para todos os níveis e modalidades de ensino.

Na página oficial do IFAM é possível acessar os Relatórios de Autoavaliação Institucional dos anos de 2010, 2011 e 2012, bem como o presente Relatório, que se refere ao exercício de 2013, além das legislações referentes a este processo avaliativo (Lei Nº 10.861 de 14/04/2004, Portaria MEC Nº 2.051 de 09/07/2004 e Decreto Nº 5.773, de 09/05/2006). Também é possível visualizar o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), que está em fase de reformulação, bem como as Portarias emitidas em 2013, informando a composição da CPA (Anexo 1).

<http://www.ifam.edu.br/portal/ifam/reitoria/cpa>

No IFAM, a atual CPA (2013) foi inicialmente instituída através da Portaria Nº 1123 GR/IFAM, de 19/08/2013 (Anexo 2), e posteriormente alterada através da Portaria Nº 1442 GR/IFAM, de 07/11/2013 (Anexo 3), objetivando alcançar uma maior representatividade

dos segmentos DISCENTES, DOCENTES, TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS e SOCIEDADE CIVIL. Infelizmente, apenas um campus indicou representante deste último segmento, inviabilizando a aplicação desta avaliação institucional a este segmento.

A Portaria N° 1442 GR/IFAM, de 07/11/2013 é composta por membros representantes do Campus Manaus Centro (CMC), Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI), Campus Manaus Zona Leste (CMZL) e Campus São Gabriel da Cachoeira (CSGC), em virtude destas unidades oferecerem cursos de graduação. Além destes membros, a CPA conta ainda com a participação da **Coordenação de Avaliação Institucional (CAI)** e **Coordenação de Estatística e Pesquisa Institucional (CEPI)**, cuja finalidade é aproximar a atuação destas Coordenações às ações desta CPA.

Através dos resultados desta pesquisa, foram constatados diversos pontos de melhoria que serão apresentados por segmento (DOCENTES, DISCENTES e TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS) e por campus.

Um ponto que deve ser destacado é a própria atuação desta CPA, que reconhece aqui, sua dificuldade em sensibilizar todos os segmentos quanto à sua importância institucional. Num breve histórico, relatamos que a atual composição da CPA se deu a partir do 2º Semestre de 2013, através da Portaria N° 1.123 GR/IFAM, de 19/08/2013, e posteriormente alterada através da Portaria N° 1.442 GR/IFAM, de 07/11/2013 (ambas em anexo), cuja alteração se deu justamente objetivando envolver uma maior representatividade dos segmentos e dos campi avaliados.

Na primeira Portaria a composição da CPA era uma repetição dos membros da CPA anterior (2012). Buscou-se então formar uma equipe que representasse inicialmente os Campi onde são oferecidos Cursos de Nível Superior, tendo em vista que a essência desta avaliação destina-se a este público, conforme preceitua o próprio SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). No caso, a representatividade deu-se nos Campus Manaus Centro (CMC), Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI), Campus Manaus Zona Leste (CMZL) e Campus São Gabriel da Cachoeira (CSGC).

Desta forma, pode-se observar que na segunda Portaria, houve a indicação dos Diretores daqueles campi, de membros que representassem os públicos DOCENTES, DISCENTES e TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. Apenas o CSGC indicou ainda um membro representante da Sociedade Civil Organizada. Além destes, nesta Portaria há também a representatividade da Coordenação de Avaliação Institucional e Coordenação de Pesquisa Institucional, ambas subordinadas à PRODIN (Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional).

AValiação INSTITUCIONAL 2013

Os questionários elaborados pelos membros da CPA foram aplicados nos três segmentos da comunidade acadêmica: DISCENTES, DOCENTES e TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS. O processo de sensibilização ocorreu parcialmente. Foi encaminhado à PROAD (Pró Reitoria de Administração), Termo de Referência para confecção de material de divulgação para ação de sensibilização do Público Interno (docentes, discentes e técnicos administrativos), referente à avaliação institucional. A intenção da CPA era de divulgar junto aos três segmentos, em uma ação “corpo-a-corpo”, todos os ambientes de salas de aula, salas dos professores e ambientes administrativos a importância em participar da avaliação institucional. Infelizmente, não foi possível confeccionar os folders e as camisetas, e a sensibilização ocorreu apenas virtualmente na página do IFAM, bem como através de envio de e-mail aos servidores.

Os questionários foram disponibilizados no Q-Acadêmico para os segmentos DISCENTES e DOCENTES no período de 27/11/2013 a 31/12/2013 e prorrogado para 17/01/2014. Para o segmento formado por TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS, foi enviado correio eletrônico à lista de servidores, informando link de acesso ao questionário destinado a este público. As três (3) avaliações aplicadas encontram-se ao final deste Relatório.

Com o objetivo de ampliar a amostra de pesquisa, as avaliações foram aplicadas para DOCENTES e TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS de todas as Unidades do IFAM. Para o segmento de DISCENTES, as avaliações foram aplicadas apenas aos alunos de nível superior, totalizando 16 Cursos distribuídos entre as seguintes Unidades: Campus Manaus Centro (CMC), Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI), Campus Manaus Zona Leste (CMZL) e Campus São Gabriel da Cachoeira (CSGC).

3.2 Controles internos administrativos da unidade

O quadro abaixo tem como objetivo demonstrar a percepção do IFAM, representada pelo seu nível estratégico, da qualidade do funcionamento dos controles internos e administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediências às leis e regulamento que o regem; a salvaguardas dos seus recursos; e a eficácia e eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

Tabela 25 – Quadro A.3.2 - Avaliação do Sistema de Controle Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3. Demonstração do cumprimento, pela instância de correção da unidade

3.3.1. Estrutura e atividade do sistema de correção da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.

a) Estrutura:

A Unidade de Correção do IFAM não possui uma estrutura organizacional definida, bem como ainda não há um Regimento Interno que a estabeleça. É razoável supor que essa indefinição ainda persista até hoje em função de que o próprio **Decreto nº 5.480/2005**, que criou o Sistema de Correção, não deixou claro em que categoria se enquadra a Unidade de Correção, que até então pensávamos ser uma Unidade Seccional, especificamente por tratar-se de uma Autarquia Federal. Nem mesmo o órgão central mediante consulta conseguiu dirimir essa dúvida; destarte, esse status continua indefinido.

Em 2013 a UNICOR tinha em seu quadro 01 (um) Coordenador-Geral e 01 (um) Assistente em Administração

b) Atividades:

Instauração, registro no CGU-PAD, condução, orientação e acompanhamento de Processos Disciplinares envolvendo servidores da sede e dos campi do interior.

c) Base Normativa:

Em função da inexistência de um Regimento Interno conforme relato acima no item “a)”, procuramos balizar os trabalhos da Unidade pelo **art. 2º, inciso III e art. 5º, incisos I a IX do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005**.

3.3.2. Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no Relatório de Gestão.

Apenas alguns processos tiveram seu cadastro efetuado, devido a problemas com a gestão e operação do sistema, bem como em função de demora ou indefinição no encaminhamento dos problemas.

3.3.3. Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.

Conforme relatado no item “a)” acima, a UNICOR não dispõe de um Regimento Interno que contemple a utilização de indicadores para avaliação de desempenho; considerando que o quadro atual da Unidade é insuficiente para as atividades administrativas de rotina. E a insuficiência de servidores habilitados a integrarem Comissões de Processos Disciplinares está gerando um acúmulo de processos interrompidos. Para se ter uma ideia, o Coordenador Geral da Unidade atualmente está envolvido em, pelo menos, seis Comissões Disciplinares.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este grupo de demonstrativos compreende as informações sobre a programação orçamentária do IFAM.

4.1 Execução das despesas

Tabela 26 – Quadro A4.1.1 - Programação de Despesas Correntes

Unidade Orçamentária :26403			Código UO:26403		UGO:158142		
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes				
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			93.691.479,00			56.401.125,00	
CRÉDITOS	Suplementares		27.425.265,00			8.287.502,00	
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados		-12.305,00			-356.316,00		
Outras Operações							
Dotação final 2013 (A)			121.104.439,00			64.332.311,00	
Dotação final 2012(B)							
Variação (B/A-1)*100							
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL			49.922.227,00				
CRÉDITOS	Suplementares		13.331,00	1.000.000,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	16.040.743,00				
		Reabertos					
Créditos Cancelados		-16.040.743,00					
Outras Operações							
Dotação final 2013 (A)			33.894.815,00	1.000.000,00			
Dotação final 2012(B)							
Variação (A/B-1)*100							

O quadro sobre a movimentação orçamentária por grupo de despesa compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de Unidade Gestora não associada ao IFAM.

As movimentações de créditos do exercício 2013, em sua maioria são decorrentes de créditos da LOA, concedidos ou descentralizados no âmbito do IFAM, onde a Reitoria é mantenedora principal ficando responsável pela descentralização e monitoramento da execução orçamentária dos Campi. Em relação às movimentações externas são as diversas ações recebidas de programas em fase de execução, tais como: Mulheres Mil, Prolind, Curupira, Parfor, Merenda Escolar, etc.

4.2 Movimentação orçamentária

Tabela 27 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158142		0005	151.902,00		
Concedidos	158142		00G5	18.063,00		
Recebidos		158142	20RJ			159.991,03
Concedidos	158142	158273	20RJ			159.991,03
Recebidos		158142	20RL			1.029.325,34
Recebidos		158142	20RL			28.411.069,98
Concedidos	158142	158143	20RL			30.000,00
Concedidos	158142	158273	20RL			3.192.336,46
Concedidos	158142	158444	20RL			4.342.245,22
Concedidos	158142	158445	20RL			6.608.692,25
Concedidos	158142	158446	20RL			3.087.106,17
Concedidos	158142	158447	20RL			1.920.655,44
Concedidos	158142	158560	20RL			1.706.951,58
Concedidos	158142	158561	20RL			2.393.362,15
Concedidos	158142	158562	20RL			1.508.714,04
Concedidos	158142	158563	20RL			1.848.065,16
Concedidos	158142	158564	20RL			2.008.722,71
Recebidos	158444	158142	20RL			246.746,64
Recebidos	158445	158142	20RL			307.455,46
Recebidos	158446	158142	20RL			198.964,03
Recebidos	158447	158142	20RL			87.313,09
Recebidos	158561	158142	20RL			87.162,90
Recebidos	158562	158142	20RL			67.083,86

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Recebidos	158563	158142	20RL			240.380,56
Recebidos	158142		2994			7.000.813,22
Recebidos	158142		2994			47.574,23
Concedidos	158273	158142	2994			401.105,00
Concedidos	158444	158142	2994			604.032,75
Concedidos	158445	158142	2994			2.430.841,00
Concedidos	158446	158142	2994			926.403,22
Concedidos	158447	158142	2994			469.947,01
Concedidos	158560	158142	2994			540.763,95
Concedidos	158561	158142	2994			373.662,38
Concedidos	158562	158142	2994			362.923,52
Concedidos	158563	158142	2994			433.155,74
Concedidos	158564	158142	2994			457.978,65
Recebidos	158444	158142	2994			47.574,23
Recebidos	158142		4572			272.040,36
Concedidos	158273	158142	4572			32.260,36
Concedidos	158444	158142	4572			45.500,00
Concedidos	158445	158142	4572			59.535,85
Concedidos	158447	158142	4572			27.780,00
Concedidos	158560	158142	4572			39.998,15
Concedidos	158562	158142	4572			20.666,00
Concedidos	158564	158142	4572			46.300,00
Recebidos	158444	158142	4572			27.375,63
Recebidos	158142		6358			162.099,57
Concedidos	158273	158142	6358			32.119,77
Concedidos	158446	158142	6358			70.000,00
Concedidos	158561	158142	6358			59.979,80
Recebidos	158142		6380			446.079,21
Concedidos	158445		6380			64.652,19
Concedidos	158447		6380			70.000,00
Concedidos	158560		6380			69.997,26
Concedidos	158561		6380			69.986,20
Concedidos	158562		6380			36.444,88
Concedidos	158563		6380			64.998,68
Concedidos	158564		6380			70.000,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos		158142	20RG	1.000,00		
Concedidos	158142	158273	20RG	171.079,89		
Concedidos	158142	158444	20RG	4.360.169,29		
Concedidos	158142	158445	20RG	9.504.813,81		
Concedidos	158142	158446	20RG	649.045,60		
Concedidos	158142	158447	20RG	353.061,28		
Concedidos	158142	158560	20RG	433.654,62		
Concedidos	158142	158561	20RG	1.560.932,58		
Concedidos	158142	158563	20RG	237.416,57		
Concedidos	158142	158564	20RG	1.266.429,83		
Recebidos	158444	158142	20RG	1.000,00		
Recebidos		158142	20RG	18.536.603,47		
Recebidos		158142	20RG	1.000.000,00		
Concedidos	158142	158446	20RG	1.000.000,00		
Recebidos		158142	20RL	5.189.054,95		
Concedidos	158142			211,12		
Concedidos	158142	158273	20RL	722.347,03		
Concedidos	158142	158444	20RL	1.645.334,22		
Concedidos	158142	158445	20RL	472.062,53		
Concedidos	158142	158446	20RL	438.838,44		
Concedidos	158142	158447	20RL	1.790,00		
Concedidos	158142	158560	20RL	902.710,91		
Concedidos	158142	158562	20RL	264.942,04		
Concedidos	158142	158563	20RL	579.299,46		
Concedidos	158142	158564	20RL	161.730,32		
Recebidos	158444	158142	20RL	211,12		
Recebidos	158142		6380	162.942,94		
Concedidos	158142	158445	6380	14.586,00		
Concedidos	158142	158447	6380	30.000,00		
Concedidos	158142	158560	6380	29.837,00		
Concedidos	158142	158562	6380	28.824,04		
Concedidos	158142	158563	6380	29.695,90		
Concedidos	158142	158564	6380	30.000,00		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 28 – Quadro A.4.2.2 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos			00G5	18.063,00		
Recebidos			0005	151.902,00		
Concedidos	158142	158143	20RL			30.000,00
Concedidos	26401	158142	20TP	287.300,00		
Concedidos	26291	158142	20RJ			24.959,13
Concedidos	26298	158142	8744			48.734,89
Recebidos	158273	158142	8744			48.734,89
Recebidos	158444	158142	8744			61.423,61
Concedidos	26298	158142	20RW			11.664.359,40
Concedidos	158142		20RW			656.230,00
Recebidos	158273	158142	20RW			482.910,41
Concedidos	158444	158142	20RW			1.035.555,05
Concedidos	158445	158142	20RW			635.401,83
Concedidos	158446	158142	20RW			389.053,83
Concedidos	158447	158142	20RW			520.938,40
Concedidos	158560	158142	20RW			245.125,85
Concedidos	158561	158142	20RW			509.097,80
Concedidos	158562	158142	20RW			424.515,62
Concedidos	158563	158142	20RW			336.166,00
Concedidos	158564	158142	20RW			937.164,70
Recebidos	26298	158142	8252			1.258.992,05
Concedidos	158142		8252			128.019,48
Concedidos	158444	158142	8252			928.340,94
Recebidos	26429	158142	20RL			217,44
Recebidos	53101	158142	20N9			234.029,00
Concedidos	158142	158561	20N9			234.029,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	26298	158142	8252	7.020,14		
Recebidos	158444	158142	8252	132.616,00		
Recebidos	53101	158142	20N7	1.294.170,20		
Concedidos	158561	158142	20N7	1.294.170,20		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

O quadro abaixo discrimina as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores da despesa liquidada e paga nos exercícios de 2012 e 2013.

Tabela 29 – Quadro A.4.1.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: 26403		Código UO: 26403		UGO:158142	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	30.786.715,26	35.772.441,53	29.612.515,30	34.240.724,88	
a) Convite	198.886,48	461.320,94	197.153,01	455.251,48	
b) Tomada de Preços	2.087.648,15	1.426.185,53	2.060.832,42	1.423.532,10	
c) Concorrência	13.125.233,64	15.867.542,93	12.971.633,47	15.745.082,71	
d) Pregão	15.374.946,99	18.017.392,13	14.382.896,40	16.616.858,59	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	12.224.683,97	5.880.510,95	11.990.313,80	5.607.555,91	
h) Dispensa	10.998.894,28	5.105.364,72	10.866.301,48	4.899.265,13	
i) Inexigibilidade	1.225.789,69	775.146,23	1.124.012,32	708.290,78	
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	124.389.667,53	1.808.962,92	121.461.644,35	1.775.493,39	
k) Pagamento em Folha	123.210.319,76	531.146,63	120.291.743,51	518.887,33	
l) Diárias	1.179.347,77	1.277.816,29	1.169.900,84	1.256.606,06	
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)	167.401.066,76	43.461.915,40	163.064.473,45	41.623.774,18	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

O quadro abaixo discrimina as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores da despesa liquidada e paga nos exercícios de 2011 e 2012.

Tabela 30 – Quadro A.4.1.3.2 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: 26403		Código UO: 26403		UGO:158142	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	30.756.715,26	35.772.441,53	29.582.515,30	34.240.724,8	
a) Convite	198.886,48	461.320,94	197.153,01	455.251,48	
b) Tomada de Preços	2.087.648,15	1.426.185,53	2.060.832,42	1.423.532,10	
c) Concorrência	13.125.233,64	15.867.542,93	12.971.633,47	15.745.082,71	
d) Pregão	15.344.946,99	18.017.392,13	14.352.896,40	16.616.858,59	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	12.224.683,97	5.880.510,95	11.990.313,80	5.607.555,91	
h) Dispensa	10.998.894,28	5.105.364,72	10.866.301,48	4.899.265,13	
i) Inexigibilidade	1.225.789,69	775.146,23	1.124.012,32	708.290,78	
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	131.036.055,53	105.460.380,41	128.107.663,15	105.439.170,18	
k) Pagamento em Folha	129.856.707,76	104.303.787,92	126.937.762,31	104.303.787,92	
l) Diárias	1.179.347,77	1.156.592,49	1.169.900,84	1.135.382,26	
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)	174.017.454,76	147.113.332,89	169.680.492,25	145.287.450,97	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

O quadro abaixo apresenta as despesas correntes por grupos e elementos de despesa dos créditos originários da Unidade Jurisdicionada do IFAM.

Tabela 31- Quadro A.4.1.3.3 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: 26403				Código UO: 26403			UGO: 158142	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada			Liquidada	RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	78.246.167,03	62.601.955,07	78.246.167,03	62.601.955,07			76.622.764,19	62.601.955,07
OBRIGACOES PATRONAIS	15.819.995,60	12.936.447,51	15.819.995,60	12.936.447,51			14.524.822,19	12.936.447,51
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	15.760.311,65	12.892.629,94	15.760.311,65	12.892.629,94			15.760.311,65	12.892.629,94
Demais elementos do grupo	10.863.926,68	15.872.755,40	10.863.926,68	15.872.755,40			10.863.926,68	15.872.755,40
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	12.793.514,27	9.272.822,30	9.761.653,49	7.367.554,03	3.031.860,78	1.905.268,27	9.505.532,95	6.906.407,41
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	12.789.399,36	11.746.102,61	11.750.279,44	11.057.503,00	1.039.119,92	688.599,61	11.260.779,47	10.529.945,17
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	7.155.251,38	4.754.888,04	6.991.580,57	4.415.637,97	163.670,81	339.250,07	6.988.820,57	4.296.232,97
Demais elementos do grupo	16.951.193,74	8.140.704,86	15.046.451,62	6.261.634,56	1.904.742,12	1.879.070,30	14.682.498,59	5.847.555,62



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
OBRAS E INSTALACOES	41.968.375,48	19.430.906,49	17.880.635,09	17.516.550,73	24.087.740,39	1.914.355,76	17.700.219,19	17.391.437,08
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	7.445.575,20	8.853.060,26	883.016,11	2.201.421,49	6.562.559,09	6.651.638,77	706.396,19	1.870.043,49
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	27.530,83	73.512,54	27.296,68	34.522,54	234,15	38.990,00	27.296,68	34.522,54
Demais elementos do grupo	1.035,65	799,98	1.035,65	799,98			1.035,65	799,98
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 32 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: 26403				Código UO: 26403		UGO: 158142		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	78.246.167,03	12.892.629,9	78.246.167,03	12.892.629,9			76.622.764,19	12.892.629,9
PENSOES, EXCLUSIVE DO RGPS	15.819.995,60	4.061.018,45	15.819.995,60	4.061.018,45			14.524.822,19	4.061.018,45
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.760.311,65	3.490.531,72	15.760.311,65	3.490.531,72			15.760.311,65	3.490.531,72
Demais elementos do grupo	10.693.962,23	83.859.607,8	10.693.962,23	83.859.607,8			10.693.962,23	83.859.607,8
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	12.789.399,36	0	11.750.279,44	0	1.039.119,92		11.260.779,47	0
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	12.763.514,27	0	9.731.653,49	0	3.031.860,78		9.475.532,95	0
DIÁRIAS - CIVIL	7.155.251,38	1.202.510,26	6.991.580,57	1.156.592,49	163.670,81	45.917,77	6.988.820,57	1.135.382,26
Demais elementos do grupo	16.951.193,74	32.712.007,55	15.046.451,62	27.945.737,07	1.904.742,12	4.766.270,48	14.682.498,59	26.444.758,91



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	41.968.375,48	73.512,54	17.880.635,09	34.522,54	24.087.740,39	38.990,00	17.700.219,19	34.522,54
OBRAS E INSTALACOES	7.445.575,20	19.430.906,4	883.016,11	17.516.550,7	6.562.559,09	1.914.355,76	706.396,19	17.391.437,0
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	27.530,83	8.853.060,26	27.296,68	2.201.421,49	234,15	6.651.638,77	27.296,68	1.870.043,49
Demais elementos do grupo	1.035,65	799,98	1.035,65	799,98			1.035,65	799,98
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 33 – A.4.1.3.5 - Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	30.756.715,26	35.772.441,53	29.582.515,30	34.240.724,88
a) Convite	198.886,48	461.320,94	197.153,01	455.251,48
b) Tomada de Preços	2.087.648,15	1.426.185,53	2.060.832,42	1.423.532,10
c) Concorrência	13.125.233,64	15.867.542,93	12.971.633,47	15.745.082,71
d) Pregão	15.344.946,99	18.017.392,13	14.352.896,40	16.616.858,59
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	12.224.683,97	5.880.507,95	11.990.313,80	5.607.555,91
h) Dispensa	10.998.894,28	5.105.364,72	10.866.301,48	4.899.265,13
i) Inexigibilidade	1.225.789,69	775.143,23	1.124.012,32	708.290,78
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	959262,87	105460380,4	869699,17	105439170,2
k) Pagamento em Folha	855.670,10	104.303.787,92	771.841,37	104.303.787,92
l) Diárias	103.592,77	1.156.592,49	97.857,80	1.135.382,26
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	43.940.662,10	147.113.329,89	42.442.528,27	145.287.450,97

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 34 – A.4.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	78.246.167,03	62.642.332,78	78.246.167,03	62.642.332,78			76.622.764,19	62.601.955,07
OBRIGACOES PATRONAIS	15.819.995,60	12.936.447,51	15.819.995,60	12.936.447,51			14.524.822,19	12.601.955,07
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	15.760.311,65	12.892.629,94	15.760.311,65	12.892.629,94			15.760.311,65	12.892.629,9
Demais elementos do grupo	10.863.926,68	19.737.394,22	10.863.926,68	19.737.394,22			10.863.926,68	19.737.394,22
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	12.789.399,36	11.746.102,61	11.750.279,44	11.057.503,00	1.039.119,92	688.599,61	11.260.779,47	10.529.945,17
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	12.763.514,27	9.272.822,30	9.731.653,49	7.367.554,03	3.031.860,78	1.905.268,27	9.475.532,95	6.906.407,41
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	7.155.251,38	4.754.888,04	6.991.580,57	4.415.637,97	163.670,81	339.250,07	6.988.820,57	4.296.232,97
Demais elementos do grupo	16.951.193,74	8.140.704,86	15.046.451,62	6.261.634,56	1.904.742,12	1.879.070,30	14.682.498,59	5.847.555,62



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
OBRAS E INSTALACOES	41.968.375,48	19.430.906,49	17.880.635,09	17.516.550,73	24.087.740,39	1.914.355,76	17.700.219,19	17.391.437,08
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	7.445.575,20	8.853.060,26	883.016,11	2.201.421,49	6.562.559,09	6.651.638,77	706.396,19	1.870.043,49
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	27.530,83	73.512,54	27.296,68	34.522,54	234,15	38.990,00	27.296,68	34.522,54
Demais elementos do grupo	1.035,65	799,98	1.035,65	799,98			1.035,65	799,98
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise crítica da realização da despesa

Depois de preenchidos esses quadros, o gestor deverá realizar uma análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ analisando as seguintes questões, quando pertinentes:

Alterações significativas ocorridas no exercício: Principais razões de alterações observadas na realização de despesa, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo e elemento de despesa.

Resposta:

As principais alterações ocorridas nas despesas do exercício de 2013 foram causadas por casos fortuitos provenientes de obras, serviços de engenharias e serviços com terceirizados, com isso a administração teve que pactuar contratos emergenciais.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: Razões que determinaram as contratações em volumes significativos com base na dispensa e inexigibilidade.

Resposta:

O aumento decorrente das despesas realizadas em 2013 com dispensa de licitação, comparadas ao de 2012 foram provocadas pela súbita paralisação dos contratos de terceirização com a empresa Rudary Prestadora de Serviços do Amazonas Ltda por via judicial, fato este que contribuiu para abertura de vários processos emergenciais de contratação deste tipo de serviço em praticamente todas as Unidades Gestoras do IFAM, haja vista tratar-se de serviços de caráter continuado. Também atribuímos a despesas dessa natureza com uma obra emergencial realizada no Estado do Acre para sanar um problema local que estava comprometendo a vida de pessoas.

No caso das inexigibilidades de licitação a variação de 2012 e 2013 decorreu do aumento da contratação de empresas de treinamento e capacitação, de despesas com telecomunicação e de comunicação em geral, mais especificamente nos Campi do interior do Estado.

Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam.

Resposta:

No exercício de 2013, houve contingenciamento de 7,4% no orçamento de custeio realizado pelo Governo Federal, todavia, não houveram despesas que fossem comprometidas por conta do contingenciamento.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: Relação de eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ, tais como problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte.

Resposta:

Na instituição, há uma carência de servidores (técnicos administrativos) na Comissão Geral de Licitação, Coordenação de Material e Patrimônio e Coordenação de Compras subordinados à Pró-Reitoria de Administração - Proad, assim como nas Diretorias de Administração e Planejamento- DAP dos Campi. Tal carência impossibilitou o atendimento de algumas demandas relacionadas ao processo de aquisição de bens e serviços.

Além disso, no exercício de 2013, houve algumas restrições de repasses de recursos financeiros originários do órgão central que prejudicaram o pagamento das despesas com serviços e obras de engenharia bem como serviços de mão de obra terceirizada em tempo hábil, ocasionando uma série de problemas de cunho contratual.

Além dessas questões, o gestor poderá abordar outras que considere relevantes para explanação da Execução Orçamentária de Créditos, tanto originários da LOA, quanto recebidos por movimentação interna e externa.

Resposta:

Um dos pontos principais que tem influenciado negativamente na execução orçamentária 2013, tanto qualitativamente como quantitativamente, pautou-se na deficiência de disponibilidade de servidores para trabalhar na área de gestão de compras e licitação, aliado a pouca capacitação de servidores naquele exercício. A grande responsabilidade perante os órgãos de controle nesta área, e os baixos salários pagos a estes profissionais contribuiu em muito para desmotivação de servidores para atuar nesta área da administração pública. Essa falta de interesse de servidores para atuar nesta área causou o acúmulo de processos licitatórios e dificultou a implementação de uma série de ações própria da administração.

4.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

Este item apresenta as informações quantitativas sobre o pagamento de Restos a Pagar dos exercícios anteriores, de modo a demonstrar os impactos dessas despesas financeiras no exercício em questão.

O quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de 2012.

Tabela 35 Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	2.596.544,67	20.023,66	2.480.359,04	96.161,97
2011	142.456,17	2.851,92	90.655,95	48.948,30
2010	20.223,65			20.223,65
2009	5.844,05			5.844,05
2008	1.444,60			1.444,60
2007	30,00			30,00
2006	6.229,85			6.229,85
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	18.245.236,43	489.892,92	13.897.935,66	3.857.407,85
2011	2.730.783,86	241.338,04	1.030.089,59	1.459.356,23
2010	386.046,04	20.086,66	22.937,30	343.022,08
2009	239.382,13			239.382,13

Fonte: SiafiGerencial

Análise Crítica

O IFAM, bem como suas unidades gestoras subordinadas empenhou-se para que as despesas inscritas em restos a pagar fossem quitadas dentro do prazo determinado no Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no entanto este órgão ainda não possui um almoxarifado estruturado, ou seja, há deficiência no quadro de pessoal, espaço físico, informatização e comunicação, por isso este saldo não tem sido eliminado.

Os saldos relevantes de restos a pagar não processados por mais de um exercício financeiro foram decorrentes da execução de obras relativas à implantação dos Campi vinculados a expansão do IFAM, ao IF-Acre e IF-Rondônia. Entende-se que estes restos a pagar estão de acordo com o disposto no Decreto n.º 93.872 de 23 de dezembro, em seu artigo 68 e §3, II, c).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

4.4 Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

Tabela 36- Quadro A.4.4.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante											
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS											
CNPJ: 10.172.928/0001-00					UG/GESTÃO: 158142/26403						
Informações sobre as Transferências											
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.		
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim			
3	SEM NÚMERO	02.806.229/0001-43	539.268,55	0,00	0,00	480.317,00	2010	2014	1		
3	SEM NÚMERO	10.791.831/0001-82	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00	2013	2013	1		
<p>LEGENDA</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado </td> </tr> </table>										Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso	Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso	Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado										
Fonte: Coordenação de Prestação de Contas/Reitoria/Ifam											

Tabela 37 – Quadro A.4.4.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
CNPJ:	10.172.928/0001-00					
UG/GESTÃO:	158142/26403					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	0	0	30.000,00		329.998,00
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: Coordenação de Prestação de Contas/Ifam/Reitoria

4.5 Análise crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UJ.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado fazer, importa que a UJ informe sobre:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Resposta:

Informamos que o Ifam Reitoria não possui prestação de contas inadimplente, todavia não foram descentralizados os recursos orçamentários previstos no plano de trabalho simplificado no valor de R\$ 58.951,55 por causa dos seguintes motivos:

- ✓ O recurso orçamentário é destinado no plano de trabalho para auxiliar financeiramente a defesa das dissertações, as quais há pendências.

Tal descentralização dos recursos orçamentários deverá ocorrer até março de 2014 e que o Termo de Cooperação teve sua vigência prorrogada até de junho/2014.

- ✓ Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;

Resposta:

Informamos que o Ifam Reitoria descentralizou recurso orçamentário por meio de Termo de Cooperação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal para que ele pudesse gerir de forma centralizada os gastos com locação de estandes para 65º Reunião

Anual da Sociedade Brasileira para o progresso da ciência na cidade de Recife, sendo isso definido em reunião do Fórum de Pro-reitores de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

- ✓ Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta:

Informamos que não oportuno se falar em prestação de contas, pois os termos de cooperação ainda estão vigentes.

- ✓ Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Resposta:

Em razão da vigência do termo de cooperação pactuado ter sido prorrogada, não cabe neste momento se falar sobre a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como sobre a disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais.

- ✓ Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta:

O termo de cooperação em questão está sendo acompanhado pela Pró-Reitoria de Pós Graduação de Desenvolvimento Institucional – PPGI por meio de controle das defesas e dissertações dos alunos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

- ✓ Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.

Resposta:

Um das metas do Ifam é qualificar o seu quadro de servidores por meio de mestrado e doutorado. Isso foi previsto no acordo de metas assinado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM que até o ano de 2022 terá de qualificar 40% dos seus servidores a nível de mestrado e 20% a nível de doutorado, considerando todo o seu efetivo do quadro de pessoal.

Para o cumprimento da meta, necessitamos da pactuação com outros entes por meio de transferências voluntárias.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Este capítulo tem como objetivo demonstrar as informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos do IFAM, de forma a possibilitar a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional na dimensão estratégica.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

Neste item serão apresentadas a composição da força de trabalho do Instituto, as situações que o reduzem, a distribuição dos cargos em comissões e em funções gratificadas, o perfil etário dos servidores e o perfil escolar.

Tabela 38 – Quadro A.5.1.1.1 Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Dec. N.º	1065	46	23
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	1065	46	23
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Dec. N.º	1060	45	23
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	01	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Art. 84 da Lei n.º 8.112/90	01	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	03	01	00
2. Servidores com Contratos Substitutos e Temporários	Lei n.º	137	99	52
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	01	00	00
4. Total de Servidores (1+2+3)	--	1.203	145	75
Fonte: SIAPE – DEZ//2013				

Tabela 39 – Quadro A.5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	31/12/2013
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	09
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	09
1.2. Exercício de Função de Confiança	00
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	00
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	17
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	01
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	16
3. Removidos/Redistribuídos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	02
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	00
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	01
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de Saúde	00
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	00
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	49
4.1. Doença em Pessoa da Família	49
4.2. Capacitação	00
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	00
5.2. Serviço Militar	00
5.3. Atividade Política	00
5.4. Interesses Particulares	05
5.5. Mandato Classista	00
6. Outras Situações - motivo de doença do servidor	289
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	366
Fonte: SIAPE – DEZ//2013 E RELATORIO SIASS	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 40 –Quadro A.5.1.2.1 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
(Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos de Direção	Não há	78	06	00
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	00	00	00
1.2. Cargos de Direção	Não há	76	00	00
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	76	06	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	01	00	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	00	00	00
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	01	00	00
1.2.5. Aposentados	Não há	00	00	00
2. Funções Gratificadas	Não há	236	13	00
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	234	13	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	02	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	314	19	00
Fonte: SIAPE – DEZ//2013				

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 41 – Quadro A.5.1.2.2 Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	152	278	258	148	53
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	109	221	229	140	53
1.3. Servidores com Contratos Temporários	43	57	29	08	00
2. Provimento de Cargo em Comissão	47	92	110	52	13
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00
2.2. Cargos de Direção	07	17	32	15	07
2.3. Funções Gratificadas	40	75	78	37	06
3. Totais (1+2)	199	370	368	200	66
Fonte: SIAPE – DEZ//2013					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 42 – Quadro A.5.1.2.3 Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provisamento de Cargo Efetivo	00	00	02	10	107	205	302	216	47
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	00	00	06	10	103	139	266	185	43
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00	66	36	31	04
2. Provisamento de Cargo em Comissão	00	02	00	02	41	79	119	45	26
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Cargo de Direção	00	00	00	00	00	16	33	14	15
2.3. Funções Gratificadas	00	02	02	02	41	63	86	31	11
3. Totais (1+2)	00	02	02	12	148	284	421	261	73
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									
Fonte: SIAPE – DEZ//2013									

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 43 - Quadro A.5.1.3 Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão											
Exercícios	2013	65.636.797	460.794	24.231.192	4.454.639	5.706.103	16.948.475	555.375	51.193	735.690	118.780.258
	2012	53.489.991	259.656	19.230.078	2.767.448	4.916.623	13.940.381	521.929	34.550	1.704.219	96.864.876
	2011	45.883.214	375.416	5.484.130	2.540.827	89.753	942.312	171.912	0	391.263	55.878.827
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	4.101.879	0	356.997	32.314	194.125	1.427.174	0	0	0	6.112.489
	2012	2.998.861	0	254.314	237.357	0	733.353	0	0	0	4.223.885
	2011	2.505.295	0	0	0	0	0	0	0	0	2.505.295
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	0	3.037.901	0	0	0	0	0	0	0	3.037.901
	2012	0	2.538.904	0	0	0	0	0	0	0	2.538.904
	2011	0	3.150.623	0	0	0	0	0	0	0	3.150.623
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	0	782.972	0	0	0	0	0	0	0	782.972
	2012	0	892.048	0	0	0	0	0	0	0	892.048
	2011	0	1.293.800	0	0	0	0	0	0	0	1.293.800

Fonte: SIAFI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 44 Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	173	05
1.1 Voluntária	161	05
1.2 Compulsória	03	00
1.3 Invalidez Permanente	09	00
1.4 Outras	00	00
2. Proporcional	38	00
2.1 Voluntária	34	00
2.2 Compulsória	04	00
2.3 Invalidez Permanente	00	00
2.4 Outras	00	00
3. Totais (1+2)	211	05
Fonte: CGGP/DGP/IFAM		

Tabela 45 - Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	127	04
1.1. Integral	106	
1.2. Proporcional	21	
2. Em Atividade	03	
3. Total (1+2)	130	07
Fonte: CGGP/DGP/IFAM		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 46 - Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	141	262	141	262
Concessão de aposentadoria	05	00	05	00
Concessão de pensão civil	07	12	07	12
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	00	03	00	03
Totais	153	277	153	277
Fonte: CGGP/DGP/IFAM				

Tabela 47 Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	71	121	71	121
Cancelamento de concessão	00	00	00	00
Cancelamento de desligamento	00	00	00	00
Totais	71	121	71	121
Fonte: CGGP/DGP/IFAM				

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 48 - Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	06	09	54	72
Concessão de aposentadoria	00	00	00	05
Concessão de pensão civil	00	00	00	07
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	00	00	00	00
Total	06	09	54	72
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	71	00	00	00
Cancelamento de concessão	00	00	00	00
Cancelamento de desligamento	00	00	00	00
Total	71	00	00	00
Fonte: SIAPE – DEZ//2013				

Tabela 49 - Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	00	00	00	00
Outros atos fora do SISAC (especificar)	00	00	00	00
Totais	00	00	00	00

5.1.1 Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No âmbito deste Instituto Federal do Amazonas o controle interno com vistas a detectar possíveis acumulações é o preenchimento anual da declaração de acúmulo ou não de cargos/empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria. Pela assinatura dessa declaração, fica possível verificar quantos e quais são os servidores que possuem mais de uma jornada de trabalho. No entanto, não temos como afirmar que essa ferramenta é cem por cento eficiente.

5.1.2 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

No decorrer do exercício de 2009, por força do **ACÓRDÃO N.º 672/2009-TCU- PLENÁRIO**, foi aberto **Processo Administrativo Disciplinar n.º 23042.000233/2009-68**, para apurar possíveis irregularidades no que se refere ao acúmulo indevido de cargos/empregos, funções públicas. Esse processo, pelas dificuldades encontradas e pelas divergências de entendimentos entre a Comissão Processante e a Unidade de Correição, somente foi concluído em 2013. Como resultado final desse processo, neste mês de março, estamos notificando a vinte e três servidores que os mesmos deverão repor ao erário público os valores referentes à parcela da dedicação exclusiva.

No decorrer de 2013, temos a salientar que de acordo com a Unidade de Correição - órgão encarregado de apurar possíveis irregularidades no âmbito deste Instituto Federal do Amazonas, inclusive no que se refere ao acúmulo de cargos - foi aberto o **Processo Administrativo Disciplinar n.º 23443.000525/2013-64**. Porém, até a presente data, nenhum servidor foi notificado.

5.1.3 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

A missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas é: “Promover com excelência educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, de forma a atender às expectativas de crescimento regional, como difusor de conhecimento e propulsor do progresso em toda sua área de abrangência.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

O quadro de servidores permanentes é atualmente composto de 1066 servidores ativos entre técnicos-administrativos e docentes, 137 contratos por tempo determinado, 92 estagiários de nível médio e/ou superior, distribuídos nos diversos campus. Saliente-se que estes últimos visam suprir a demanda de servidores que ainda é bastante reduzido em relação ao número de atividades desempenhadas.

Desses 1066 servidores ativos, 586 (quinhentos e oitenta e seis) são docentes e 480 (quatrocentos e oitenta) são técnico-administrativos com o seguinte grau de escolaridade, respectivamente:

Tabela 50 - Quadro de professores permanentes do IFAM

ESCOLARIDADE	NÚMERO DE DOCENTES	PERCENTUAL
MÉDIO	01	0,17
GRADUAÇÃO	80	13,65
APERFEIÇOAMENTO	12	2,05
ESPECIALIZAÇÃO	230	39,25
MESTRADO	195	33,26
DOUTORADO	66	11,28
PÓS-DOUTORADO	02	0,34
TOTAL	586	100

Fonte: DGP

Tabela 51 - Quadro de Técnico-Administrativo Permanente

ESCOLARIDADE	NÚMERO DE TÉCNICOS	PERCENTUAL
ALFABETIZADO S/ CURSO	02	0,42
ENSINO FUNDAMENTAL	02	0,42
ENSINO FUNDAMENTAL	11	2,29
MÉDIO	148	30,83
GRADUAÇÃO	137	28,54
APERFEIÇOAMENTO	01	0,21
ESPECIALIZAÇÃO	143	29,79
MESTRADO	36	7,5
DOUTORADO	00	00
PÓS-DOUTORADO	00	00
TOTAL	480	100

É de fundamental importância que a Diretoria de Gestão de Pessoas possua um conjunto de indicadores que lhe permita conhecer e medir seu próprio desempenho, comparar seus resultados, identificar pontos de melhoria e subsidiar ações de transformação. No entanto, o Instituto Federal do Amazonas/IFAM ainda não possui esses indicadores, mas tivemos como parâmetro de nossas realizações as diretrizes e metas que foram pré-estabelecidas no Planejamento Estratégico 2009/2013.

Dessa forma, e considerando os principais temas de interesse assinalados pelo Tribunal de Contas da União na Portaria n.º 277/10, vamos trabalhar os seguintes indicadores:

O absenteísmo pode ser atribuído a causas conhecidas e a causas ignoradas. Dentre as conhecidas, estão todas as amparadas por lei e que são, por isso mesmo, justificadas ao empregador, solicitando-lhe a permissão de ausência. É o caso de férias, casamentos, nascimentos, óbitos e mudanças de domicílio. As ignoradas, são justificadas geralmente por problemas de saúde do trabalhador, e ou de seus dependentes ou de fatores aleatórios dos mais diversos.

Souto (1980), afirma que as principais causas do absenteísmo são consideradas: doença efetivamente comprovada e não comprovada, razões diversas de caráter familiar, atrasos involuntários ou por motivos de força maior, faltas voluntárias por motivos pessoais, dificuldades

e problemas financeiros, problemas de transporte, baixa motivação para trabalhar, supervisão precária da chefia, políticas inadequadas da organização.

No que refere ao presente indicador e considerando o **quadro 5.1.1.2**, onde consta que 289 (duzentos e oitenta e nove) servidores estiveram afastados por motivo de doença e 49 (quarenta e nove) por motivo de doença em pessoa da família, o que nos dá um total de 338 servidores efetivos afastados, em sua grande maioria dos Campus da Expansão I e II, chega-se à conclusão de que 28% (vinte e oito por cento) dos 1.206 (um mil e duzentos) servidores que compõem o nosso potencial de recursos humanos esteve comprometido no decorrer do exercício de 2013.

Para alguns especialistas o percentual tolerável de absenteísmo é de 2% (dois por cento) ao mês. Se pegarmos o percentual anual de 28% (vinte e oito por cento) do IFAM e dividirmos por 12 (doze), vamos chegar ao percentual mensal de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento), o que excede ao tolerável.

Sobre essa situação, temos a supor que o excesso de servidores afastados por motivo de doença se dá como consequência de que os candidatos aprovados nos concursos públicos ofertados por este Instituto Federal do Amazonas/IFAM, serem, em sua maioria, de outra regiões mais desenvolvidas do País, onde os municípios contam com infraestrutura de desenvolvidos ou em desenvolvimento e os meios de transportes são rodoviários ou ferroviários, o que torna o custo de vida menos oneroso.

Esses mesmos candidatos, não conhecem a realidade de nossos municípios os quais não contam com infraestrutura adequada e os meios de transporte tanto de mercadorias como de pessoas são hidroviários ou aéreos, o que torna o custo de vida mais caro, esses candidatos se desiludem e, por motivos físicos ou psicológicos, começam a apresentar patologias diversas.

Tentando minimizar essas situações, o IFAM vem realizando concurso público onde as provas escritas são realizadas somente nos municípios para onde os candidatos estão concorrendo. Assim, de início esses candidatos já fazem uma análise da realidade que vão enfrentar no decorrer de sua vida funcional.

Indicadores de **rotatividade ou turnover** são utilizados para captar os provimentos e vacâncias no quadro de pessoal e conseqüentemente avaliar o impacto potencialmente negativo de uma rotatividade não desejada ou não planejada na organização. A alta rotatividade de pessoal pode indicar problemas nas relações e condições de trabalho que potencialmente são geradoras de doenças ocupacionais.

Assim como no absenteísmo, a rotatividade de servidores no âmbito do Instituto Federal do Amazonas é alto. Pois, diversos servidores dos Campus da Expansão I e II foram removidos por motivos de doenças, para desenvolver suas atividades funcionais nos Campus em Manaus e o Campus de origem, nesses casos, não podem realizar processo seletivo para substituí-los. Acrescente-se ainda outros tipos de pedidos como de redistribuições e de exonerações os quais vem gerando desconfortos para os administradores dessas Unidades.

Porém, com a advento dos Decretos nº 7.311 e 7.312/2010, foram criados o banco de professor-equivalente e o quadro de referência de servidores técnico-administrativos, respectivamente, que garantem aos Institutos Federais autonomia para prover cargos vagos dentro dos limites estabelecidos pelos citados diplomas legais. Destarte, com essa autonomia, o IFAM tem a prerrogativa de prover de imediato, à exceção dos casos de remoção, os cargos vagos desocupados em razão de redistribuições, exonerações, posses em outro cargo inacumulável, aposentadorias, etc. Não obstante a criação dos bancos, ainda não foram criados indicadores para cálculo direto do *turnover* e do quantitativo de aposentadorias que são automaticamente repostas através do provimento dos cargos desocupados.

Os Indicadores **de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais** devem ser considerados básicos e essenciais pela organização, em função da necessidade de preservação da saúde e da dignidade do trabalhador que afetam diretamente a produtividade, a qualidade e as despesas

No que se refere a esses indicadores, temos a salientar que apesar de ainda não termos um programa de prevenção à acidentes de trabalho, até a presente data, não tomamos conhecimento de que os servidores apresentaram alguma patologia a eles relacionadas. No que se refere às doenças ocupacionais, temos a salientar também que em meados de 2013 o Instituto Federal do Amazonas passou a contar no quadro de seus servidores com uma profissional da área de segurança do

trabalho, a qual já está trabalhando na elaboração dos laudos periciais de Insalubridade e Periculosidade de todas as Unidades que compõem este IFAM, o que poderá contribuir para que esses indicadores sejam sempre 100 % (cem por cento) negativos.

Clima organizacional - esse indicador objetiva auxiliar na compreensão dos aspectos, dos fatores ou das dimensões capazes de dar visibilidade ao nível de qualidade do ambiente organizacional, além do grau de satisfação, integração e disposição dos servidores. Nesta categoria de indicadores são utilizadas afirmações acerca de diversos aspectos das organizações que são submetidas ao julgamento dos servidores para avaliar os graus de satisfação com os colegas de serviço do mesmo nível hierárquico, com seus superiores, com as políticas e práticas de recursos humanos e com a organização.

Embora essa meta esteja prevista no Planejamento Estratégico, temos a salientar que o Instituto Federal do Amazonas/IFAM, ainda não desenvolveu um projeto/programa visando a melhoria do clima e do ambiente organizacional.

Disciplina – Nesta categoria de indicadores temos que considerar questões ligadas ao regime disciplinar e ao código de ética do serviço público federal, abordados principalmente nas Leis n.º 8.112/90 e n.º 9784/99, e no Decreto n.º 1.171/94. Assim, os procedimentos administrativos disciplinares do IFAM são abertos conforme ocorrências que lhes dêem causa e apurados por comissões específicas designadas pela Reitoria. A sistematização dos julgamentos efetuados e dos resultados apurados em processos de sindicância e processos disciplinares são feitos pela Unidade de Correição/UNICOR.

Os indicadores de **educação continuada ou de treinamento** são utilizados para avaliar os investimentos financeiros, o tempo e a qualidade dos processos de qualificação e desenvolvimento da força de trabalho.

No que se refere a educação continuada, temos a salientar que a meta da atual gestão era de chegar ao final do ano de 2013 com pelo menos 60 (sessenta) servidores com o Título de Doutor e de 180 (cento e oitenta) com o Título de Mestre. Essa meta foi completamente atingida, é só compararmos o Relatório de Gestão de 2009 (início do Planejamento Estratégico) com o atual quadro de servidores com essas titulações, ou seja, em 2009 tínhamos em nosso quadro de pessoal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

somente 29 (vinte e nove) Doutores, 01 (um) Pós-Doutor e 137 (cento e trinta e sete) Mestres docentes e 06 (seis) administrativos), hoje contamos com o quantitativo de 66 (sessenta e seis) Doutores, 02 (dois) Pós-Doutores e 195 (cento e noventa e cinco) Mestres, todos docentes e mais 36 (trinta e seis) administrativos.

Acrescente-se que, atualmente, estamos com 16 (dezesesseis) servidores docentes e 02 (dois) administrativos afastados para cursar Pós-Graduação em nível de Mestrado e mais 14 (quatorze) docentes em nível de Doutorado.

Atualmente, temos convênio com as seguintes Universidades: UFAM, UFPA, UNISINOS, UNISUL, UNINORTE e ESBAM, e estamos fechando convênio com a UFRO, UFRRJ e Faculdades Maurício de Nassau. Assim, temos que no IFAM a educação continuada é uma das áreas que se tem dado maior atenção, tendo em vista a necessidade de manter e ampliar o nosso capital intelectual as competências dos nossos servidores.

Quanto à questão dos treinamentos, temos a salientar que a nossa previsão de capacitação nessa modalidade de eventos foi de até 5% (cinco por cento) no decorrer de 2013. No entanto, 241 (duzentos e quarenta e um) servidores entre docentes e técnicos-administrativos participaram de eventos/treinamentos/cursos de curta e média duração, sendo todos relacionados ao cargo ocupado, a função exercida ou ao ambiente organizacional onde o servidor está lotado. Assim, temos que 22% (vinte e dois por cento) de nossos servidores estão melhor qualificados para o desempenho de suas atividades. Saliente-se que a participação desses servidores nesses eventos/treinamento/cursos se deu em Escolas de Governo e em alguns casos, nas Unidades do IFAM.

Do acima exposto, observa-se que a capacitação e a educação continuada são áreas em que o Instituto Federal do Amazonas tem dado maior atenção, tendo em vista a necessidade de estar sempre capacitando e qualificando os seus servidores.

No decorrer do exercício de 2014, este Instituto Federal do Amazonas estará definindo como mensurar os Indicadores Gerenciais acima descritos.

5.2 Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários.

Tabela 52 - Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Não há	00	00	00	00	00
	00	00	00	00	00
	00	00	00	00	00
	00	00	00	00	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
O IFAM não possui servidores terceirizados que ocupem ou exerçam cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos de que trata a Lei n.º 11.091/05. Portanto, o Quadro A.5.2.1 (Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada) não se aplica ao Instituto.					

Tabela 53 - Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Não há	00	00	00
	00	00	00
	00	00	00
Como já dissemos, com os Decretos nº 7.311 e 7.312/2010, foram criados o banco de professor-equivalente e o quadro de referência de servidores técnico-administrativos, respectivamente, que garantem aos Institutos Federais autonomia para prover cargos vagos dentro dos limites estabelecidos pelos citados diplomas legais. Porém, no IFAM só são terceirizados os serviços de vigilância ostensiva, manutenção de prédios e de aparelhos, conservação e limpeza, cujos cargos são extintos ou em extinção. Dessa forma, não temos como realizar concurso público para o provimento desses cargos.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 54 Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva Reitoria

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Reitoria													
UG/Gestão: 158142/26403							CNPJ: 10.792.928/0001-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	14/2009	07.030.464/0001-90	01/06/2009	30/06/2013			58	58			P
2008	L	O	01/2008	00.984.730/0001-74	01/11/2008	31/10/2013	2	2					E
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Reitoria



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 55 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CS GC

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus São Gabriel da Cachoeira													
UG/Gestão: 158273/26403							CNPJ: 10.792.928/0011-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	03/2012	09.406.386/0001-00	27/03/2012	26/03/2014			08	08			P
2012	L	O	05/2012	63.690.770/0001-23	20/08/2012	19/08/2014	09	09					P
Observações: Contrato 03/2012 – Serviço de Vigilância Armada; Contrato 04/2012 – Serviço de Limpeza e Conservação. Houve termos aditivos aos contratos.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Campus São Gabriel da Cachoeira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 56 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CMZL

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – Manaus Zona Leste													
UG/Gestão: 158444/26403							CNPJ: 10.792.928/0004-52						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	18/2013	15.615.817/0001-41	06/11/2013	05/11/2014	20	20	0	0	0	0	A
2012	L	O	18/2012	13.511.850/0001-04	31/05/2013	30/05/2014	-	-	-	-	-	-	P
<p>Observações: O Edital de certame gerador do Contrato nº 18/2012 que trata da prestação de serviço de Limpeza, Conservação e Apoio e Logística cuja empresa contratada é a G.B. da Rocha não faz exigência de nível mínimo de escolaridade para exercício das atribuições delegadas aos contratados. No entanto, vale informar que dos contratados em exercício 05 (cinco) deles possuem Ensino Médio, quais sejam, Encarregado (01), Motorista de Ônibus (03) e <i>motoboy</i> (01); e os 26 (vinte e seis) restantes possuem o Ensino Fundamental Completo ou Incompleto (sendo a experiência pré-requisito para alguns cargos) distribuídos entre os cargos de auxiliar de limpeza (09), auxiliar de jardinagem (10), artífice (01), auxiliar de portaria diurno (04) e auxiliar de portaria noturno (02).</p>													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: Processos 23073.000662/2013-54 e 23073.000111/2012-18 - Campus Manaus Zona Leste



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 57 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CMC

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS MANAUS CENTRO - IFAM													
UG/Gestão:158445/26403							CNPJ: 10.792.928/0005-33						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	(L)	(E)	16.2013	03.056.570/0001-91	02.12.2013	03.06.2014	54	54	02	02	-	-	(A)
Observações: Empresa ALDRI SERVIÇOS LTDA. - 53 serventes de limpeza, 01 jardineiro e 02 encarregados.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: *Manaus Centro*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 58 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CMDI

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL -CMDI													
UG/Gestão: 158446/26403							CNPJ: 10.792.928/0006-14						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	03/2012	00.984.730/0001-74	01.06.2012	02.06.2013	21	21	01	01			E
2013	L	E	06/2013	08.940.297/0001-87	04.06.2013	04.12.2013	21	21	01	01			E
2013	L	E	08/2013	08.940.297/0001-87	19.09.2013	15.11.2013	01	01					E
2013	L	O	13/2013	12.447.703/0001-41	18.11.2013	18.12.2014	01	01					A
2013	L	E	14/2013	08.940.297/0001-87	05.12.2013	02.06.2014	21	21	01	01			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Manaus Distrito Industrial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 59 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CCO

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS CAMPUS COARI														
UG/Gestão: 158447/26403							CNPJ: 10.792.928/0008-86							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	L	E	Nº 01/2013	08.940.297/0001-87	1º/7/2013	1º/7/2014	9	9	13	13	0	0	P	
2014	V	E	Nº 01/2014	07.030.646/0001-90	1º/2/2014	1º/5/2014	0	0	4	4	0	0	A	
Observações: No Contrato de Limpeza e Higiene é exigido, no mínimo, o Ensino Fundamental; No Contrato de Vigilância é exigido, no mínimo o Ensino Médio e Curso de Formação de Vigilantes.														
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: Departamento de Administração e Planejamento – DAP / Campus Coari



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 60 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CPIN

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Parintins.													
UG/Gestão: 158560/26403							CNPJ: 10.792.928/0003-71						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	14/2009	07.030.464/0001-90	01/07/2013	30/06/2014	-	-	-	06	-	-	P
2010	L	O	10/2010	00.984.730/0001-74	01/02/2012	31/01/2013	-	19	-	06	-	-	E
2012	L	E	07/2012	00.984.730/0001-74	01/12/2012	31/05/2013	-	10	-	06	-	-	E
2013	L	E	01/2013	08.940.297/0001-87	10/07/2013	09/01/2014	-	10	-	09	-	-	E
Observações: <ol style="list-style-type: none"> O Contrato nº 14/2009 possui o Termo Aditivo nº 010/2013 e é referente a serviços de vigilância e segurança patrimonial sendo que o mesmo é gerenciado pela Reitoria cabendo esta Unidade Gestora a responsabilidade pela fiscalização e pagamento dos serviços executados na unidade; O Contrato nº 10/2010 é referente a serviços contínuos de Limpeza e Conservação, possuía o Termo Aditivo nº 003/2013, conforme vigência descrita e foi encerrado. O Contrato Emergencial nº 07/2012 é referente a serviços contínuos de Limpeza e Conservação, e foi rescindido. O Contrato Emergencial nº 01/2013 é referente a serviços contínuos de Limpeza e Conservação, e o período contratual de encerramento foi em 09/01/2014. 													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: DAP/IFAM – CPIN



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 61 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CTAB

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS TABATINGA.													
UG/Gestão: 158561/26403							CNPJ: 10.792.928/0009-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	(L)	(E)	05-2013	12.403.043/0001-05	01/07/2013	28/12/2013	09	09	10	10			(E)
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Campus Tabatinga



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 62 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CMA

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS MAUÉS														
UG/Gestão: 158563/26403							CNPJ: 10.792.928/0010-09							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	V	O	14/2009	07.030.464/0001-90	01/07/2013	30/06/2014			06	06				P
2010	L	O	08/2010	00.984.730/0001-74	25/01/2013	30/06/2013	16	16	03	03				E
2013	L	E	02/2013	15.538.207/0001-91	19/07/2013	14/01/2014	19	19						P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: IFAM/CMA/2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 63 Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância ostensiva CLAB

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Lábrea													
UG/Gestão: 158564/26403							CNPJ: 10.792.928/0002-90						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	E	01/2013	12.403.043/0001-05	22/07/2013	19/01/2014	0	12	0	8	0	1	E
Observações: Vale lembrar que o contrato de vigilância ostensiva é gerido pela Reitoria e o de limpeza e conservação até o 1º semestre de 2013 também era um contrato para todos os campi.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: DAP Lábrea



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 64 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de mão de obra - Reitoria

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - REITORIA													
UG/Gestão: 158142/26403						CNPJ: 10.792.928/0001-00							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	5	O	06/2009	07.783.832/0001-70	30/01/2009	01/02/2014			15	15			P
2009	2	O	06/2009	07.783.832/0001-70	30/01/2009	01/02/2014			04	04			P
2009	9	O	19/2009	05.417.288/0001-18	14/08/2009	13/08/2013			02	02			E
2009	9	O	19/2009	05.417.288/0001-18	14/08/2009	13/08/2013			02	02			E
2009	9	O	19/2009	05.417.288/0001-18	14/08/2009	13/08/2013			02	02			E
2009	9	O	19/2009	05.417.288/0001-18	14/08/2009	13/08/2013			02	02			E
2009	9	O	19/2009	05.417.288/0001-18	14/08/2009	13/08/2013	08	08					E
2006	9	O	07/2009	00.984.730/0001-74	02/02/2009	02/02/2013			12	12			E

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;	7. Telecomunicações;
2. Transportes;	8. Manutenção de bens móveis
3. Informática;	9. Manutenção de bens imóveis
4. Copeiragem;	10. Brigadistas
5. Recepção;	11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
6. Reprografia;	12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Fonte: Reitoria

Tabela 65 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de mão de obra - CSGC

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus São Gabriel da Cachoeira													
UG/Gestão: 158273/26403							CNPJ: 10.792.928/0011-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2012	12	O	04/2012	63.690.770/0001-23	20/08/2012	19/08/2014	03	03					P
2012	12	O	05/2012	63.690.770/0001-23	20/08/2012	19/08/2014	08	08					P
2012	12	O	06/2012	63.690.770/0001-23	23/08/2012	22/08/2014			03	03			P
2012	12	O	06/2012	63.690.770/0001-23	23/08/2012	22/08/2014	01	01					P
2013	9	O	07/2013	63.690.770/0001-23	11/07/2013	10/07/2014	02	02					A
2013	9	O	07/2013	63.690.770/0001-23	11/07/2013	10/07/2014	01	01					A
2013	9	O	07/2013	63.690.770/0001-23	11/07/2013	10/07/2014	01	01					A
2013	9	O	07/2013	63.690.770/0001-23	11/07/2013	10/07/2014	02	02					A
2013	2	O	08/2013	63.690.770/0001-23	08/07/2013	07/07/2014			04	04			A
2013	5	O	09/2013	63.690.770/0001-23	04/03/2013	03/07/2014			01	01			A
Observações: Contrato 04/2012: 03 (três) Auxiliar de Cozinha; Contrato 05/2012: 08 (oito) Auxiliar de Serviços Gerais; Contrato 06/2013: 03 (três) Inspetor de Aluno; 01(um) Auxiliar de Almoxarifado; Contrato 07/2013: 02 (dois) Pedreiros; 01(um) Bombeiro hidráulico; 01(um) Eletricista; 02 (dois) Servente de Obras; Contrato 08/2013: 04 (quatro) Motoristas Cat. D; Contrato 09/2013: 01 (um) Telefonista; Houve Termos Aditivos para os Contratos de N° 04/2012, 05/2012 e 6/2012.													



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis.
9. Manutenção de bens imóveis.
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Contratos/Campus SGC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 66 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CMC

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – Manaus Centro													
UG/Gestão: 158445/26403						CNPJ: 10.792.928/0005-33							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					Sit.	
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P		C
2013	09	(O)	17.2013	05.517.351/0001-98	04.12.2013	05.12.2014	05	05	05	05	-	-	(A)
Observações: Empresa VALE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – EPP. = Eletricista 01, Bombeiro Hidráulico 01, Pedreiro 01, Pintor 02, Serventes de Obras 05.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Manaus Centro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 67 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CMDI

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL - CMDI													
UG/Gestão: 158446/26403						CNPJ: 10.792.928/0006-14							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	02/2011	00984730/0001-74	15.08.2011	15.08.2013			2	2			E
2013	12	O	11/2013	07.781.620/0001-54	25.11.2013	23.11.2014			2	2			A
2013	09	O	16/2013	05.517.351/0001-98	17/12/2013	16.12.2014	4	4	4	4			A
Observações:													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
1.	Segurança;		7.	Telecomunicações;									
2.	Transportes;		8.	Manutenção de bens móveis									
3.	Informática;		9.	Manutenção de bens imóveis									
4.	Copeiragem;		10.	Brigadistas									
5.	Recepção;		11.	Apoio Administrativo –									
6.	Reprografia;			Menores Aprendizizes									

Fonte: Manaus Distrito Industrial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 68 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CPIN

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Parintins.														
UG/Gestão: 158560/26403				CNPJ: 10.792.928/0003-71										
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	12	O	01/2011	13.353.495/0001-84	06/04/2013	05/04/2014	-	-	-	-	-	-	-	P
2011	12	O	04/2011	02.341.467/0001-20	11/04/2011	10/04/2016	-	-	-	-	-	-	-	P
2012	06	O	02/2012	12.698.592/0001-46	02/02/2013	01/02/2014	-	-	-	-	-	-	-	P
2012	12	O	03/2012	00.984.730/0001-74	03/02/2012	02/02/2013	-	-	-	06	-	-	-	E
2012	03	O	04/2012	06.556.008/0001-15	11/05/2012	10/05/2013	-	-	-	01	-	-	-	E
2012	09	O	04/2012*	63.717.045/0001-00	16/12/2012	27/09/2013	-	-	-	-	-	-	-	E
2012	12	E	05/2012	13.941.476/0001-79	18/01/2013	17/03/2013	-	-	-	-	-	-	-	E
2012	09	O	06/2012	63.717.045/0001-00	10/08/2012	01/04/2013	-	-	-	-	-	-	-	E
2012	12	O	08/2012	09.576.343/0001-73	21/11/2012	20/11/2013	-	-	-	-	-	-	-	E
2012	07	O	11/2012	34.028.316/0003-75	14/11/2012	13/11/2013	-	-	-	-	-	-	-	E
2013	12	O	02/2013	13.941.476/0001-79	22/07/2013	21/07/2014	-	-	-	-	-	-	-	P
2013	12	E	03/2013	63.690.770/0001-23	06/08/2013	05/02/2014	-	-	-	06	-	-	-	A
2013	07	O	04/2013	34.028.316/0003-75	03/10/2013	03/10/2014	-	-	-	-	-	-	-	A
2013	02	O	05/2013	88.611.835/0008-03	04/12/2013	11/05/2014	-	-	-	-	-	-	-	A
2013	02	O	06/2013	59.104.273/0001-29	04/12/2013	03/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	A

Observações:

1. O Contrato nº 01/2011 é referente aos serviços de emissão de bilhetes e passagens, possui o Termo Aditivo nº 002/2013, conforme vigência descrita;
2. O Contrato nº 04/2011 é referente ao serviço de fornecimento de energia elétrica sendo que o mesmo está sendo gerenciado pela Reitoria cabendo esta Unidade Gestora a responsabilidade pela fiscalização e pagamento dos serviços executados na unidade;
3. O Contrato nº 02/2012 é referente aos serviços reprográficos, possui o Termo Aditivo nº 001/2013, conforme vigência descrita;
4. O Contrato nº 03/2012 é referente aos serviços contínuos de Recursos Humanos (Apoio Administrativo), e foi rescindido;
5. O Contrato nº 04/2012 é referente ao serviço de assistência técnica em informática e foi encerrado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

<p>6. O Contrato nº 04/2012* é referente à construção de uma piscina semiolímpica e foi encerrado, houve duplicidade de números devido à inobservância da Administração;</p> <p>7. O Contrato Emergencial nº 05/2012 é referente a concessão de espaço físico para serviços de lanchonete e foi encerrado;</p> <p>8. O Contrato nº 06/2012 é referente à instalação do grupo gerador e foi encerrado;</p> <p>9. O Contrato nº 08/2012 é referente à aquisição de combustível e foi encerrado;</p> <p>10. O Contrato nº 11/2012 é referente aos serviços de Correios e Telégrafos sendo que o mesmo foi gerenciado pela Reitoria cabendo esta Unidade Gestora a responsabilidade pela fiscalização e pagamento dos serviços executados na unidade;</p> <p>11. O Contrato nº 02/2013 é referente a concessão de espaço físico para serviços de lanchonete;</p> <p>12. O Contrato Emergencial nº 03/2013 é referente aos serviços contínuos de Recursos Humanos (Apoio Administrativo);</p> <p>13. O Contrato nº 04/2013 é referente aos serviços de Correios e Telégrafos;</p> <p>14. O Contrato nº 05/2013 é referente a aquisição de micro-ônibus;</p> <p>15. O Contrato nº 06/2013 é referente a aquisição de ônibus.</p>	
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras 	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
<p>Fonte: DAP/IFAM – CPIN</p>	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 69 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CTAB

Unidade Contratante													
UG/Gestão: 158561/26403						CNPJ: 10.792.928/0009-67							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	12	(E)	04/2013	12.403.043/0001-05	11/09/2013	10/03/2014			06	06			(E)
Observações: Auxiliar de Escritório													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Área: 1. Segurança; 7. Telecomunicações; 2. Transportes; 8. Manutenção de bens móveis 3. Informática; 9. Manutenção de bens imóveis 4. Copeiragem; 10. Brigadistas 5. Recepção; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 6. Reprografia; 12. Outras Fonte: Campus Tabatinga													



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 70 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CMA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS MAUÉS													
UG/Gestão: 158563/26403							CNPJ: 10.792.928/0010-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	01/2012	00.984.730/0001-74	01/02/2013	30/06/2013			05	05			E
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras 													

Fonte: IFAM/CMA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 71 Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra - CLAB

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Lábrea													
UG/Gestão: 158564/26403							CNPJ: 10.792.928/0002-90						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	06/2012	01.004.429/0001-10	20/07/2013	19/07/2014	-	1	-	1	-	-	P
2013	9	O	03/2013	17.722.176/0001-50	22/11/2013	21/11/2014	-	-	1	1	-	-	A
Observações:													
LEGENDA													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
1. Segurança;				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
2. Transportes;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
3. Informática;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													

Fonte: DAP Lábrea



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Tabela 72 - Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)	
	1º Trimestre	2º	3º	4º Trimestre		
1. Nível superior	00	50	62	75	296.409	
1.1 Área Fim	00	05	07	15		
1.2 Área Meio	00	45	55	60		
2. Nível Médio	00	15	22	17		
2.1 Área Fim	00	05	07	06		
2.2 Área Meio	00	10	15	11		
3. Total (1+2)	00	65	84	92		
DESPESA	00	58.865	113.950	123.594		
Fonte: Siape/dez/2013						

GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

6.1.1 Quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização;

Tabela 73 - Quantidade de veículos

Quantidade de veículos	
Discriminação	Quantidade
Veículos Institucional	1
Veículos Serviços Comuns	100

Fonte:PROAD

Tabela 74 - Média anual de quilômetros rodados

Média anual de quilômetros rodados	
	Quantidade
Veículos Institucional	1133
Veículos Serviços Comuns	

Fonte:PROAD

Tabela 75 - Idade média da frota de veículos

Idade média da frota de veículos	
	Quantidade
Veículos Institucional	5
Veículos Serviços Comuns	5,29

Fonte:PROAD

6.1.2 Contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos;

Os veículos da Instituição são praticamente novos, possuem a média de vida útil equivalente a 6 (seis) anos. Neste aspecto, ressalta-se que a frota anual de veículos tem importância bastante significativa nas atividades da Instituição.

6.1.3 Normas que regulamentam a gestão e o uso da frota;

A gestão da frota de veículos está sendo feita, observando o disposto nas seguintes legislações: DECRETO 6.403/2008 e INSTRUÇÃO NORMANTIVA N° 3, DE 15 DE MAIO DE 2008.

O controle da frota de veículo é feita com base numa Instrução Normativa. No ano 2013 foi feito o Manual de Utilização de veículos oficiais terrestres automotores, o qual foi encaminhado para o Conselho Superior para fins de aprovação.

No ano de 2013 seria implantado o módulo no SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública denominado Gestão de Veículos em todos os campi, no entanto foi decidido que será implantado o SIG- Sistema Integrado de Gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o qual encontra-se em processo de aquisição.

Além disso, há carência de pessoal nas Coordenações de Manutenção e Logística para efetuar o controle.

6.1.4 Critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação;

Tendo em vista a mudança de endereço o Ifam Reitoria havia a necessidade de aquisição de veículos. A comissão de Licitação encontra-se sem membros, ou seja, seu quadro de servidores está incompleto. Diante do exposto, como o governo dispunha de modalidade de licitação no Sistema Comprasnet, esta Assessoria optou pelo SRP- Sistema de Registro de Preços a qual foi solicitada a carona do Ifam/Campus São Gabriel da Cachoeira, que foi aceita. Como resultado foram empenhados 07 veículos da marca MITSUBHI, tendo como responsável a Pró-Reitoria por meio da Coordenação de Transportes e Logísticas. Em tempo, o Ifam Reitoria possui outros veículos oriundos de procedimentos similares de licitação própria no ano de 2009, adquiridos da Montana Veículos e Solimões Veículos ambos com ano de fabricação em 2009, 2012 e 2013.

6.1.5 Custos envolvidos.

Tabela 76 - Custo associados à frota

Custo associados à frota	
	Valor
Material para manutenção de veículos	274.186,46
Combustível e lubrificante	16.012,14
Manutenção e Conservação de veículos	52.864,52

Fonte: PROAD

6.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Este item trata da gestão dos bens imóveis sob responsabilidade do IFAM, está estruturado através de dois quadros, a saber: Distribuição Especial de Bens de Uso Especial de Propriedade da União e Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ. Informa-se ainda que o Instituto não possui nenhum bem de uso especial locado de terceiros.

Tabela 77 Quadro A.6.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	AMAZONAS	11	11
	Manaus	4	4
	São Gabriel da Cachoeira	1	1
	Coari	1	1
	Parintins	1	1
	Tabatinga	1	1
	Presidente Figueiredo	1	1
	Maués	1	1
	Lábrea	1	1
Total		11	11

Fonte:PROAD

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

O quadro abaixo está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas em 2013.

Tabela 78 Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
15814	-	12	05	1.120.000,00	28/02/20	1.870.282,3	0,00	0,00
15827	0283.0022.500	03	03	13.789.147,75	28/02/20	21.182.007,	0,00	19.647,00
15844	0255.00750.50	21	03	67.247.715,60	28/02/20	74.581.055,	0,00	206.149,00
15844	0255.00736.50	21	03	33.088.774,30	28/02/20	47.607.261,	0,00	72.034,00
15844	0255.00847.50	21	02	10.688.205,88	28/02/20	11.884.818,	0,00	80.921,00
15844	0225.00026.50	12	05	4.500.000,00	28/02/20	5.743.473,6	0,00	644,00
15856	-	12	01	4.869.851,20	28/02/20	5.334.210,0	0,00	11.948,00
15856	-	12	01	5.179.333,00	28/02/20	5.854.352,2	0,00	34.848,00
15856	9841.00022.50	12	01	4.993.824,00	28/02/20	6.262.863,9	0,00	0,00
15856	0261.0016.500	12	01	4.730.638,58	28/02/20	5.218.640,2	0,00	12.529,00
15856	-	12	01	5.105.844,00	28/02/20	5549.556,92	0,00	1.900,00
Total							0,00	440.620,00
Fonte: DAF / PROAD / SIAFI GERENCIAL/SIMEC								

Os imóveis que se encontram sem o RIP, estão em processo de cadastramento junto ao órgão Responsável pelo processo de cadastramento.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI), conforme orientações da portaria prevista no inciso VI do caput do art. 5º desta decisão normativa.

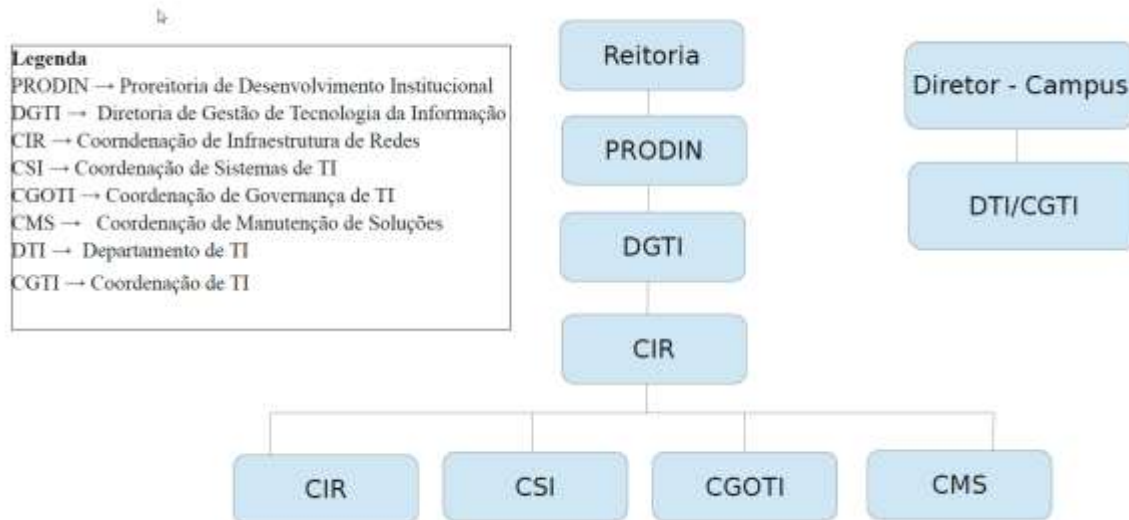
7.1.1 Contextualização Histórico Administrativa

Com o projeto de expansão do Governo Federal que criou os Institutos Federais em todo o Brasil, o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) deu lugar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) agregando a Agrotécnica de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira, as Unidades Descentralizadas do Distrito Industrial e de Coari e a antiga sede passaram a ser Campi do Instituto. A estes foram adicionados outros cinco Campi novos localizados em Presidente Figueiredo, Parintins, Lábrea, Maués e Tabatinga, totalizando assim sete Campi no interior, três na capital e a reitoria. O IFAM portanto vem tomando dimensões cada vez maiores, além de ser uma exigência da Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI no 4 de 12 de novembro de 2010 que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos Órgãos integrantes do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.

Foram alinhadas as políticas e objetivos do Planejamento Estratégico do IFAM no que diz respeito a investimentos na área TI com a finalidade de adequar as Soluções de TI da Instituição para o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão.

7.1.2 Estrutura Organizacional da Unidade de TI

Figura 5 - Organograma da DGTI



Fonte: DGTI

7.1.3 Documentos Norteadores da Tecnologia da Informação no IFAM

O IFAM possui quatro documentos que são responsáveis por direcionar, padronizar, gerenciar e administrar a Gestão da Tecnologia da Informação, são eles:

- PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, esse documento trabalha a parte estratégica da Instituição, possui os princípios e diretrizes da TI no IFAM.
- PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação, possui a parte tática e operacional da TI dentro do IFAM, nesse documento constam as metas, ações e indicadores.
- PUSTI – Política de Uso dos Sistemas de Tecnologia da Informação – Possui as regras de uso aos Sistemas de Comunicação e Dados do IFAM.
- PSI – Política de Segurança da Informação, apesar de constar como Documento de Tecnologia da informação, possui uma abrangência muito maior e normatiza outras áreas da Instituição.

Juntos esses quatro documentos compõem o **Aporte Documental de TI**, que tem como finalidade gerar base para ações que envolvam a TI em todo o IFAM.

7.1.4. Indicadores

No ano de 2013 os indicadores de gestão utilizados pela instituição referem-se aos que compõe o Acórdão TCU nº2.267/2005, apresentadas no presente relatório, além das metas físicas estabelecidas no do Plano Plurianual vinculado ao SIMEC.

Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do indicador	Valores em 2013
Gestão da Tecnologia da Informação	Nº de processos de administrativos informatizados	Identificar o volume de processos administrativos informatizados	110
	Percentual de tempo de disponibilidade de Serviços	Verificar a Confiabilidade dos Serviços	97,00%
	Percentual de Tempo de disponibilidades de Sistemas	Verificar a Confiabilidade dos Sistemas	95,20%
	Percentual de chamados Resolvidos para os campi do IFAM - Redes	Analisar o índice de soluções da Coordenação de Redes	97,30%
	Percentual de Tempo de disponibilidade de link de internet	Verificar a confiabilidade do link de internet	94,00%
	Quantidade de Capacitações dos Servidores de TI	Analisar se a Instituição tem investido no corpo técnico	26
	Percentual de chamados Resolvidos para os campi do IFAM – Sistemas	Analisar o índice de soluções da Coordenação de Sistemas	75,00%
	Porcentagem de processos que foram instruídos pela IN04	Verificar a Aplicação da IN04 na Instituição	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

	Valor de Investimento em Capital de Tecnologia da informação	Verificar o montante que o IFAM veem investido nos últimos anos na área de Tecnologia da Informação	Figura 5
	Valor de Investimento em Serviços de Tecnologia da informação	Verificar o montante que o IFAM veem investido nos últimos anos na área de Tecnologia da Informação	Figura 6

Figura 6 - Investimento com capital

	Coari	Labrea	CMZI	CPIN	CPRF	CIB	OMA	Reitoria	CMC	CMZL	CSGC
	R\$ 86.896,68	R\$ -	R\$ 23.352,00	R\$ 99.124,26	R\$ 1.000,00	R\$ 6.717,00	R\$ 5.885,00	R\$ 719.607,28	R\$ 72.890,93	R\$ -	R\$ 270,00
			R\$ 16.931,47	R\$ 45.866,11	R\$ 10.315,07	R\$ 1.793,30		R\$ 72.514,33			R\$ 21.930,20
			R\$ 73.841,37		R\$ 17.982,00			R\$ 374.528,70			
			R\$ 75.230,56					R\$ 4.800,00			
								R\$ 6.777,86			
								R\$ 9.543,99			
Total p/ Campus	R\$ 86.896,68	R\$ -	R\$ 86.896,68	R\$ 144.990,37	R\$ 29.297,07	R\$ 174.287,44	R\$ 5.885,00	R\$ 1.187.772,16	R\$ 72.890,93	R\$ -	R\$ 22.200,20
Total IFAM	R\$ 1.811.116,53										

Fonte: Portal da Transparência Pública

Figura 7 - Investimento com Custeio

	Coari	Labrea	CMZI	CPIN	CPRF	CIB	OMA	Reitoria	CMC	CMZL	CSGC
	R\$ 16.608,00	R\$ 0,00	R\$ 52.348,94	R\$ 16.367,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 31.316,93	R\$ 16.558,85	R\$ 106.906,81	R\$ 22,81	R\$ 10.327,85
			R\$ 6.500,00				R\$ 6.727,00	R\$ 15.205,22	R\$ 19.849,07	R\$ 13.226,00	
			R\$ 15.144,00					R\$ 2.619,00	R\$ 4.620,00		
			R\$ 17.984,00					R\$ 23.065,00			
			R\$ 3.846,00								
Total/Campus	R\$ 16.608,00	R\$ 0,00	R\$ 95.822,94	R\$ 16.367,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.043,93	R\$ 57.448,07	R\$ 131.375,88	R\$ 13.248,81	R\$ 10.327,85
Total	R\$ 379.242,56										

Fonte: Portal da Transparência Pública

7.1.5. Ações de 2013

As ações do DGTI em 2013 podem ser divididas entre 5 pontos principais:

- a) Planejamento e Execução das ações;
- b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;
- c) Segurança da Informação;
- d) Desenvolvimento de Soluções de TI;
- e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Em atendimento aos 05 itens exigidos pelo relatório, o setor de Tecnologia de Informação manifesta-se:

a) Planejamento da área

Foi realizado, juntamente com o Comitê de Tecnologia da Informação, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que tem por objetivo coordenar e aplicar os recursos de Tecnologia da Informação de forma a atender os planejamentos estabelecidos em níveis estratégico, tático e operacional pelo Instituto Federal do Amazonas.

No ano de 2013 tivemos ações que constavam no PDTI que foram contempladas nas totalidades, outras ações estão parcialmente cumpridas e algumas não foram iniciadas.

Item	Ações Totalmente Contempladas
01	Participação de 100% dos cursos oferecidos pelo contrato de gestão e do Plano de Capacitação Anual do FORTI até 2013
02	Aquisições de soluções de TI estejam 50 % alinhadas com as especificações técnicas do SISP até 2013
03	Viabilizar a participação dos servidores da área de TI em todos os Cursos oferecidos
04	Elaborar o Plano de Capacitação dos Servidores de TI
05	Disseminar na rede dos servidores de TI a ferramenta egroupwhare
06	Reforma da Coordenação de Infraestrutura de Redes
07	Aquisição do Datacenter

Item	Ações Parcialmente Contempladas
01	Regularizar aquisições de TI através de Documento de Oficialização de Demanda DOD
02	Mapear 100% dos Processos de TI até 2013
03	Executar o Plano de Redimensionamento de Mão de Obra
04	Aquisição de Equipamentos conforme o PDTI
05	Aquisição de Serviços de TI conforme o PDTI
Item	Ações Não Iniciadas
01	Realizar 80% dos processos do domínio COBIT de Planejamento e Organização até 2013
02	Realizar 100% dos processos do domínio COBIT de Aquisição e Implantação até 2013
03	Realizar 30% dos processos do domínio COBIT de Entrega e Suporte até 2013
04	Execução do Plano de Capacitação de TI

Em relação às tarefas não iniciadas, podemos relatar uma dificuldade de capacitação em COBIT no mercado, para resolver essa questão a ESR vai ministrar um curso voltado para essa demanda e visando facilitar a logística de treinamento o DGTI criou um laboratório para que apenas seja necessário contratar o instrutor.

Sobre o Plano de Capacitação de TI, não foi possível organiza-lo devido o mesmo ter sido montado em 2013 e não houve tempo hábil para contratar a empresa de capacitação. Na época não possuíamos um espaço dedicado para as capacitações no DGTI.

b) Perfil dos recursos humanos envolvidos

Campus – Servidores Efetivos	Quantitativo
Reitoria	5
Campus Manaus Centro	6
Campus Manaus Distrito Industrial	4
Campus Manaus Zona Leste	3
Campus Coari	4
Campus São Gabriel da Cachoeira	2
Campus Maués	1
Campus Lábrea	3
Campus Parintins	1
Campus Presidente Figueiredo	2
Campus Tabatinga	1

Campus – Terceirizados	Quantitativo
Reitoria	0
Campus Manaus Centro	2
Campus Manaus Distrito Industrial	1
Campus Manaus Zona Leste	0
Campus Coari	0
Campus São Gabriel da Cachoeira	0
Campus Maués	1
Campus Lábrea	0
Campus Parintins	1
Campus Presidente Figueiredo	0
Campus Tabatinga	0

Nosso quadro total é de 39 funcionários, desses 34 são servidores efetivos do IFAM e outros 5 são funcionários terceirizados. Dessa maneira podemos afirmar que no nosso quadro de pessoal possuímos 12 % de terceirizados.

Na questão de capacitação o CONIF possui um acordo com o Escola Superior de Redes, que disponibiliza pelo menos 2 vagas por campus. No ano de 2013 foram disponibilizadas 26 vagas e todas foram utilizadas.

c) **Segurança da Informação**

O IFAM possui o Comitê Formalmente constituído e já possui a política de segurança da Informação homologada pelo CONSUP. Em 2013 foi criada dentro da Coordenação de Redes uma nova atribuição que é de mitigar os ataques cibernéticos ao IFAM. Essa atribuição foi passada em Setembro de 2013 e graças à aplicação de novas ferramentas os

ataques diminuíram consideravelmente, como mostra na figura 07.

Figura 8 - Quantidade de Ataques



d) Desenvolvimento de Sistemas

Tivemos em 2013 o Desenvolvimento de 3 Sistemas:

- SGD – Sistema de Gestão de Demandas
- Novo Portal dos Campi
- Sistema de Formulários

Todos os sistemas usaram o SCRUM como metodologia de Projetos, realizando sempre que possível o reaproveitamento do código e a integração dos Sistemas.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

O IFAM em 2013 teve como contratação de equipamentos o valor de R\$ 1.811.116,53 e com custeio R\$ 379.249,76. No ano de 2013 o IFAM não destinou um orçamento específico para uso dos Recursos de Tecnologia da Informação, mesmo o IFAM possuindo um Plano Diretor de Informação.

Isso causou diversos problemas, tínhamos estimado investir com a TI o valor de R\$ 9 milhões de reais. Mas pelo fato da instituição não possuir um planejamento orçamentário alinhado causou a defasagem no Planejamento, dessa maneira a instituição decidiu priorizar algumas ações, que são:

- Implantação do Datacenter
- Manutenção dos Sistemas de Tecnologia da Informação
- Atualização Parcial dos Equipamentos

O quadro a seguir está organizado de forma a apresentar um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral analisar a estrutura de governança corporativa e de TI do IFAM. Para leitura do quadro, deve-se levar em consideração a seguinte legenda:

(1) **nunca:** significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) **às vezes:** significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.

(3) **usualmente:** significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.

(4) **sempre:** significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Tabela 79 Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
4	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
3	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
3	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
2	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
4	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
4	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
4	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
2	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
4	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
4	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
3	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
2	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
3	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
4	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
3	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
3	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.

4	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
3	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
2	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
1	Auditoria de governança de TI.
1	Auditoria de sistemas de informação.
1	Auditoria de segurança da informação.
1	Auditoria de contratos de TI.
1	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
4	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
1	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
4	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
3	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
3	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
2	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
3	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
4	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
4	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
4	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
2	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
4	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
2	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
3	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
2	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
2	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
1	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
2	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
2	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(3)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.

	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
4	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
4	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A gestão do uso de recursos renováveis e a sustentabilidade ambiental podem ser verificadas através da aquisição de bens e produtos e da contratação e obras e serviços, bem como através de medidas adotadas pelas organizações que estimulem a redução do consumo de papel, energia e água.

Este capítulo está dividido em duas partes para demonstrar a gestão do IFAM acerca do assunto em pauta.

A primeira parte trata das informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

A segunda parte apresentara as informações sobre as medidas adotadas pelas unidades que compõe o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.

8.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

O quadro a seguir está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permitem analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental no que diz respeito a licitações sustentáveis. As afirmações estão avaliadas de 1 a 5, onde 1 é uma afirmação totalmente inválida e 5 é uma afirmação totalmente válida.

Tabela 80 Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
Item 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. A UJ realizou o Pregão Eletrônico 01/2013, que teve por objeto a “Aquisição de Materiais de Expediente” em que incluiu itens sustentáveis (ex. lápis, material corpo de madeira de manejo sustentável).				X	
Item 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
Item 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
Item 4 Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
Item 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		

Item 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). A UJ realizou o Pregão Eletrônico 01/2013, que teve por objeto a “Aquisição de Materiais de Expediente” em que incluiu vários itens reciclados (ex.: almofada para carimbo, caixa plástica para arquivo morto, envelopes, livro de protocolo, lápis, lapiseira, notas autoadesivas, porta-lápis/clipes/lembrete conjugado, prancheta, pasta arquivo, pasta tipo suspensão, papel reciclado, régua comum).			X	
Item 7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X			
Item 8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13). Sim (ex.: no caso de suprimentos (toners) vazios, a licitante vencedora deverá apresentar declaração se responsabilizando pela coleta de cartuchos e toners inservíveis através de 0800 ou Via Web em parceria com o Fabricante, sem qualquer ônus para o IFAM).			X	
Item 9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.			X	
Item 10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	X			
Item 11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levam à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X	
Item 12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X	

8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados.

No ano de 2013 algumas ações foram tomadas foi iniciado projeto esplanada sustentável e as unidades foram orientadas a construir seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos com base em um modelo disponibilizada pela Diretoria de Planejamentos que pode ser acessado no link abaixo:

[http://200.129.168.182:4030/attachments/download/2163/Orienta%C3%A7%C3%B5es_para_Elabora%C3%A7%C3%A3o_do_Plano_de_Gest%C3%A3o_de_Res%C3%ADduos_S%C3%B3lidos_do_IFAM_\(1\)\(1\).docx](http://200.129.168.182:4030/attachments/download/2163/Orienta%C3%A7%C3%B5es_para_Elabora%C3%A7%C3%A3o_do_Plano_de_Gest%C3%A3o_de_Res%C3%ADduos_S%C3%B3lidos_do_IFAM_(1)(1).docx).

Já começamos a receber notificações das prefeituras para nos adequarmos as novas políticas. O Campus Manaus Centro logrou êxito na aquisição de materiais de sinalização e lixeiras apropriadas para seleção dos resíduos ainda precisamos avançar no envolvimento de empresas que trabalham no recolhimento da coleta pois não adianta

apenas selecionar se no final eles não forem destinados para um local apropriado. O Campus de São Gabriel e Distrito Industrial concluíram seus planos, continuamos incentivando todas as unidades a se alinharem a esse novo contexto.

Tabela 81 Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Programa Esplanada Sustentável	2013			Ainda não mensurados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	6.417,00	4.264	3.644	52.421,95	37.437,92	32.435,56
Água	0	28	4.912	-	353,16	62.918,12
Energia Elétrica	4.967.340,82	4.404.324,00	5.627.900	2.714.120,00	2.406.491,58	3.075.045,40
			Total	2.766.541,95	2.444.282,66	3.170.399,08

Fonte: SUAP – Sistema de Administração Pública – IFAM
SIAFI – Sistema de Administração Financeira

8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água

Neste item serão apresentadas as políticas do IFAM para a redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.

8.3.1 Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos;

A Constituição Federal Brasileira determina no seu art 37 a eficiência como um dos princípios da Administração Pública. Frente a essa diretriz, consolidou-se o compromisso do IFAM, para equacionar os desafios das demandas e, pela limitação de recursos disponíveis, promoveu e suscitou a discussão e estudo para a adoção de ações permanentes e controle, com a finalidade de reduzir desperdícios.

Criou para isso, as medidas de forma gradativa, buscando eliminar o desperdício, buscando a melhoria contínua da gestão dos processos, melhor alocação e execução dos investimentos, ou seja, buscando alcançar os objetivos e metas programadas com o mínimo de recursos consumido e tempo empreendido.

Dessa forma devemos contribuir para a implementação do desenvolvimento sustentável em suas várias dimensões – equidade, equilíbrio ecológico e eficiência administrativa, através do estudo e da disseminação de conceitos e práticas.

O IFAM através de sua Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, com a ânsia de cristalizar as diretrizes estratégicas organizadas apresentou as seguintes políticas:

- ✓ Usar materiais sustentáveis, como materiais reciclados e produtos objeto de certificação ambiental;
- ✓ Usar materiais e técnicas adaptadas ao clima e à cultura local;
- ✓ Praticar a qualidade ambiental, incluindo redução da poluição visual, sonora, do ar, luminosidade e da água;
- ✓ Promover redução do Consumo de energia elétrica, a utilização de fontes renováveis alternativas de energia e adoção de sistemas de controle natural da temperatura e da iluminação;
- ✓ Promover o uso racional da água;
- ✓ Promover a implantação da coleta seletiva e de outros sistemas voltados ao gerenciamento sustentável dos resíduos sólidos;
- ✓ Promover a adequada implementação dos sistemas voltados à sustentabilidade do ambiente construído.

9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU.

Tabela 82 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 01

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas					100910
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC00.1546/20 13-9	-	-	-	Ofício 0185/2013-TCU/SECEX-AC Ofício 0273/2013-TCU/SECEX-AC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Reitoria					
Descrição da Deliberação					
Diligência - Saneamento de Processo - Possíveis Irregularidades nas Obras de construção do IFAC					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor PROAD PRODIN / Engenharia Procuradoria Federal					
Síntese da Providência Adotada					
<p>1 - A Audin como unidade intermediadora das demandas do TCU perante a Administração, encaminhou o MEMO. CIRCULAR N° 002 – AUDIN/2013, de 20 de maio de 2013, aos setores responsáveis pelas devidas prestações de informações;</p> <p>2 – A Audin realizou o acompanhamento da deliberação com relação a observância do prazo requerido pelo TCU-AC;</p> <p>3 – A Gestão encaminhou à AUDIN os documentos e justificativas requeridos, para que fossem encaminhados ao TCU-AC:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Documento sem número, assinado diretamente pelo Magnífico Reitor do IFAM - Respostas aos itens 1.1.1; 1.1.2 (a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, n, o) e o item 1.1.3 (a, b, c, d, e, f, g); b) Nota Técnica n° 024/2013 – Comissão de Fiscalização – Resposta ao item 1.2; c) Nota Técnica n° 025/2013 – Comissão de Fiscalização – Resposta ao item 1.3; d) Memo n° 191 – PROAD/IFAM/2013 – Resposta ao item 1.4; e) Anexo – Resposta ao item 1.5; f) Memorando n° 128-PF/IFAM/2013 – Resposta ao item 1.6. <p>4- Os documentos supramencionados foram encaminhados ao TCU através do OFÍCIO N.º - 004/AUDIN/IFAM/2013, de 28 de maio de 2013.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A Audin tem a competência de ser a intermediadora das demandas do TCU perante a Administração. Diante disso, algumas tratativas foram tomadas por essa unidade de auditoria no sentido de facilitar a interlocução entre as entidades (IFAM e TCU). Nesse sentido, segue a percepção de pontos negativos e positivos apresentados pela AUDIN:					

Ponto negativos: Dificuldades em obter contato telefônico com o TCU do AC para sanar dúvidas o que atrasou a tomada de providência pelo gestor;
Ponto Positivo: Todos os documentos requeridos foram encaminhados.

Tabela 83 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 02

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas					100910
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2.	TC016.067/20 13-4	Acórdão Nº 4569/2013-TCU - 2ª Câmara	1.7. 1.7.1	Determinação	Ofício 1027/2013-TCU/SECEX-AM Ofício 1029/2013-TCU/SECEX-AM Ofício 1425/2013-TCU/SECEX-AM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
IFAM – Campus Manaus Zona Leste					
Descrição da Deliberação					
1.7.Determinar: 1.7.1. Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM que, nas futuras licitações com recursos federais, abstenha-se de incorrer na irregularidade verificada na Tomada de Preços nº 01/2013, consistente na inobservância do procedimento regular de análise dos recursos administrativos pela Comissão Permanente de Licitação da entidade, assim como na ausência de fundamentação das decisões recursais, em desacordo com os princípios da ampla defesa, da motivação, da vinculação ao instrumento convocatório e com o item 8.4 do Edital do Certame;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
IFAM – Campus Manaus Zona Leste					
Síntese da Providência Adotada					
1 - A Audin como unidade intermediadora das demandas do TCU perante a Administração, encaminhou ao Diretor Geral do Campus Manaus Zona Leste – IFAM, através do e-mail institucional samara.santos@ifam.edu.br ao aldenir@ifam.edu.br , o referido Acórdão para a ciência e tomada de providências. 2 – A Diretoria Geral do Campus Manaus Zona Leste, encaminhou à AUDIN as providências tomadas com relação às determinações do TCU, que em ato contínuo foram enviadas ao TCU, através do expediente: MEMO Nº218/2013/GAB/CM-ZL/SETEC/MEC, Manaus, 02 de julho de 2013. Cumprimentando Vossa Senhoria, e em atendimento ao e-mail recebido, que solicita respostas ao Ofício nº. 1027/2013-TCU/SECEX-AM.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Esclarecemos que todas as informações sobre a determinação do TCU foram respondidas e acatadas as sugestões oriundas dos órgãos de controle. Estamos buscando as fundamentações legais e abrindo espaço para ampla defesa da parte contrária. O Certame licitatório foi concluído.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

<p>Fatores Positivos: Melhor análise do projeto e eficiência do erário.</p> <p>Fatores Negativos: Reduzido número de servidores, grande demanda de licitação para um numero pequeno de servidores;</p> <p>Quanto ao profissional da área de engenharia este Campus possui somente um servidor;</p> <p>Paralisação do processo licitatório.</p> <p>Facilitaram/Prejudicaram: Não se aplica</p>
--

Tabela 84 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 03

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas					100910
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3.	TC028.911/2013-0	-	-	-	Ofício 1817/2013-TCU/SECEX-AM Ofício 2054/2013-TCU/SECEX-AM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
IFAM – Campus Coari					
Descrição da Deliberação					
Diligência - Esclarecimentos/Informações sobre o Contrato 3/2012, GAD/IFAM-COARI Diligência/Reiteração - Esclarecimentos/Informações sobre o Contrato 3/2012, GAD/IFAM-COARI					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PROAD PRODIN CAMPUS COARI					
Síntese da Providência Adotada					
1 - A Audin como unidade intermediadora das demandas do TCU perante a Administração, encaminhou os seguintes expedientes: MEMO Nº 116-AUDIN/IFAM/2013, ao setor da PROAD para conhecimento e providências quanto ao Contrato 3/2012 e MEMO Nº 117-AUDIN/IFAM/2013, ao setor da PRODIN para conhecimento e providências;					
2 - A Gestão encaminhou à AUDIN, como resposta, os expedientes: MEMO Nº449-DE/DIPLAN/PRODIN/IFAM/2013, com Parecer Técnico nº 066-DE/DIPLAN, MEMO Nº 507/2013-PROAD/IFAM, MEMO Nº 84/DAF/PROAD/IFAM/2013, MEMO Nº. 003/DAF/PROAD/IFAM/2014, DE 16 DE JANEIRO DE 2014, para encaminhamento ao TCU;					
4 - Os documentos supramencionados foram encaminhados ao TCU através do Ofício N.º Ofício Nº 026/AUDIN/IFAM/2013, Ofício Nº 030/AUDIN/IFAM/2013 e Ofício Nº 036/AUDIN/IFAM/2013, reencaminha as justificativas requeridas pelo TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Aguardando posicionamento do TCU.					

Tabela 85 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 04

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas					100910
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4.	TC004.505/20 11-5	Acórdão N° 5816/2013-TCU-2ª Câmara	9.1	-	Ofício 1705/2013-TCU/SECES-AM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
IFAM/AM-Campos Centro					
Descrição da Deliberação					
9.1 Com fulcro nos arts. 48; 32 e 33 da Lei n° 8.443/1992, conhecer dos pedidos de reexame interpostos, para, no mérito, dar-lhes provimento, de forma a tornar insubsistentes os itens 9.2, 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão 3.787/2012 – 2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
REITORIA / GABINETE					
Síntese da Providência Adotada					
<p>a) O Acórdão em questão foi encaminhado à Auditoria, através do Despacho n° 1512/GR/IFAM, subscrito pelo Magnífico Reitor, para conhecimento, análise e orientações cabíveis;</p> <p>b) A AUDIN se manifestou, através do MEMO N° 108-AUDIN/IFAM/2013, nos seguintes termos: <i>“Em observância ao DESPACHO N° 1512/GR/IFAM, de 02 de outubro de 2013, que encaminha o Ofício 1705/2013-TCU/SECEX-AM, de 27.09.2013 e o Acórdão n° 5816/2013-TCU-2ª Câmara, passamos a ORIENTAR:</i> <ol style="list-style-type: none"> <i>Seja dada a devida ciência aos Senhores Juarez Alvez Ehm, Maria Helena Oliveira Nogueira, Ana Fátima Motta de Vasconcelos, Paulo Rodrigues de Souza Filho, Pérciles Teixeira Veiga e Jucimar Oliveira Macedo da Silva, com relação ao teor do Acórdão n° 5816/2013-TCU-2ª Câmara;</i> <i>Havendo qualquer dúvida, necessidade de defesa ou de revisão sejam observadas as informações complementares, anexo ao Ofício 1705/2013-TCU/SECEX-AM;</i> <i>Qualquer das partes interessadas poderá se manifestar nos autos, seja pessoalmente ou por meio de procurador pré-estabelecido;</i> <i>Diante aos pedidos de reexame interposto em tempo pretérito com relação aos itens 9.2, 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão 3.787/2012 – 2ª Câmara, verificamos que houve provimento quanto ao solicitado pelos, ora, recorrentes. Sendo, desta forma, arquivado o processo sem a necessidade do cumprimento dos referidos itens.”</i> </p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
No intuito de atender o disposto no Memo n° 108-AUDIN/IFAM2013, foi expedido pelo gabinete da Reitoria o Memorando Circular n° 09, de 11 de outubro de 2013, conforme comprovante anexo					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>No que tange aos pontos negativos podemos salientar a dificuldade de localização o senhor Jucimar O. Macedo da Silva, pois o único contato que conseguimos, no caso o número do celular, não obtivemos êxito. Quanto aos pontos positivos podemos mencionar a receptividade dos interessados, bem como seu fácil acesso, pois se trata de servidores ativos, com exceção do servidor Juarez Cohen, que aposentou em julho/2013. Toda a documentação foi reproduzida e entregue as interessados conforme Memorando Circular n° 09, de 11 de outubro de 2013</p>					

Tabela 86 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 05

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas					100910
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5.	TC022.010/2013-0	Acórdão N° 5839/2013-TCU-2ª Câmara	9.2	Determinação	Ofício 1449/2013-TCU/SECEX-AM Ofício 1698/2013-TCU/SECEX/AM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
IFAM – Campus Manaus Zona Leste					
Descrição da Deliberação					
9.2. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Ifam que exclua dos próximos editais licitatórios a exigência de vínculo do responsável técnico com o quadro permanente da empresa, uma vez que contraria o comando do art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993, bem como a jurisprudência desta Corte;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
IFAM – Campus Manaus Zona Leste					
Síntese da Providência Adotada					
1 - A Audin como unidade intermediadora das demandas do TCU perante a Administração, encaminhou ao Diretor Geral do Campus Manaus Zona Leste – IFAM, através do MEMO. N° 111 – AUDIN/IFAM/2013, de 10 de outubro de 2013, o referido Acórdão para a ciência e tomada de providências;					
2 - A Gestão do Campus Manaus Zona Leste, encaminhou à AUDIN as providências tomadas com relação às determinações do TCU, que em ato contínuo foram enviadas ao TCU, através dos expedientes:					
MEMO N°245/2013/GAB/CM-ZL/SETEC/MEC, Manaus, 22 de agosto de 2013. Cumprimentando Vossa Senhoria, e em atendimento ao Ofício nº. 1449/2013-TCU/SECEX-AM, datado em 19 de agosto de 2013, especificamente quanto aos seguintes pontos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Esclarecemos que todas as informações sobre a determinação do TCU foram respondidas e acatadas as sugestões oriundas dos órgãos de controle. Contexto em que, comunicamos a esse órgão que a Comissão Permanente de Licitação – CPL deste CMZL, já efetuou as alterações nos editais expedidos, referentes à exclusão da exigência do vínculo do Responsável Técnico com o quadro permanente da Empresa Licitante, conforme decisão do TCU. O Certame licitatório foi concluído.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Positivos: Melhor análise do projeto e eficiência do erário.					
Fatores Negativos: Reduzido número de servidores, grande demanda de licitação para um número pequeno de servidores;					
Quanto ao profissional da área de engenharia este Campus possui somente um servidor;					
Paralisação do processo licitatório.					
Facilitaram/Prejudicaram: Não se aplica					

Tabela 87 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 06

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas					100910
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6.	TC028.078/20 13-6	-	-	-	Oficio 1764/2013-TCU/SECEX-AM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
IFAM – Campus Manaus Zona Leste					
Descrição da Deliberação					
Diligência – Saneamento de processo de Representação que trata sobre Irregularidades na Tomada de Preços 03/2013-IFAM/Zona Leste					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
IFAM – Campus Manaus Zona Leste					
Síntese da Providência Adotada					
1 - A Audin como unidade intermediadora das demandas do TCU perante a Administração, encaminhou ao Diretor Geral do Campus Manaus Zona Leste – IFAM, o Ofício em referência, através do MEMO. N° 141 – AUDIN/IFAM/2013, de 16 de outubro de 2013, para ciência e tomada de providências; 2 - A Gestão do Campus Manaus Zona Leste, encaminhou à AUDIN os documentos e justificativas requeridas, para que fossem encaminhados ao TCU, através do MEMO N° 310/2013/GAB/CM-ZL/SETEC, de 17 de outubro de 2013; 3- O documento supramencionado foi encaminhado ao TCU através do Ofício n 024/AUDIN/IFAM/2013, de 21 de outubro de 2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Aguardando retorno do TCU.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Tabela 88 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 07

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas					100910
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7.	TC025.068/20 13-0	-	-	-	Ofício 2762/2013-TCU/Selog
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
IFAM - Reitoria					
Descrição da Deliberação					
Diligência - Levantamento de informações sobre governança e gestão de aquisições nas organizações da Administração Pública.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PROAD					
Síntese da Providência Adotada					
1 - A Audin como unidade intermediadora das demandas do TCU perante a Administração, encaminhou o MEMO. N° 129 – AUDIN/2013, de 28 de novembro de 2013, ao Pró-Reitor de Administração – IFAM, para a devida prestação de informações; 2 – A Audin reiterou o encaminhamento da demanda, através do MEMO. N° 003 – AUDIN/2014, de 08 de janeiro de 2014, ao Pró-Reitor de Administração – IFAM; 3 - A Gestão encaminhou à AUDIN, como resposta, o MEMO N°. 003/DAF/PROAD/IFAM/2014, DE 16 DE JANEIRO DE 2014, para encaminhamento ao TCU; 4 - O documento supramencionado foi encaminhado ao TCU através do OFÍCIO N.º - 001/AUDIN/IFAM/2014, de 20 de janeiro de 2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não se aplica.					

Tabela 89Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 08

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas					100910
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8.	TC023.414/20 13-8	-	-	-	Ofício nº 0476/2013-TCU/Sefti
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Reitoria IFAM PRODIN/ DGTI					
Descrição da Deliberação					
Comunicação de Fiscalização – Realização de diagnóstico da situação de pessoal de TI nas instituições da Administração Pública Federal / Indicação de um interlocutor					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRODIN/DGTI					
Síntese da Providência Adotada					
<p>a) A Audin como unidade intermediadora das demandas do TCU perante a Administração, encaminhou os seguintes expedientes: MEMO Nº 100-AUDIN/IFAM/2013, ao setor da PRODIN para conhecimento e providências quanto ao atendimento do Ofício 0476/2013 – TCU/Sefti;</p> <p>b) A PRODIN/DGTI, encaminhou, por e-mail institucional, os dados da interlocutora quanto às informações da DGTI.</p> <p>Carlos Tiago (Diretor de Gestão de TI) tiago@ifam.edu.br encaminhou para Marcelo Meireles de Souza (Auditor Federal de Controle Externo) levpessoalti2013@tcu.gov.br, em 19 de setembro de 2013, as informações solicitadas.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Solicitação atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>É sabido que com os dados coletados pelo TCU foi criado um documento, que é o Perfil da Governança de TI, mas não tem sido visto uma ação mais concreta sobre esse Perfil. Por exemplo, em relação à Estrutura de Pessoal de TI que caiu de 2010(78%) para 2012(77%). Não houve uma evolução na criação de novas carreiras e quando houve foi somente para Brasília, através da GSISP. A GSISP teve somente um edital e que foi designado somente para Brasília (por isso o salto de 2007(43%) para 2010(78%)). Existe um êxodo muito grande de funcionários de TI e uma desmotivação generalizada por não existir a Carreira de TI no MEC.</p> <p>Esperávamos que diante do relatório do TCU houvesse alguma ação pratica do MPOG visando estruturar a Carreira através de mudanças estruturais e não somente pela Bolsa da GSISP.</p>					

Tabela 90 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Ordem 09

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas					100910
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9.	TC019.284/20 12-6	Acórdão N° 4913/2013-TCU- 2ª Câmara	9.3 9.3.1 9.3.2 9.3.3	Determinação	Ofício 1277/2013- TCU/SECEX/AM Ofício 1278/2013- TCU/SECEX/AM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Reitoria IFAM/AM					
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas que, antes de dar seguimento aos referidos certames:</p> <p>9.3.1. com fundamento no art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, e na jurisprudência do TCU (v.g. Acórdãos 1.854/2009, 946/2007, 549/2006, 2.385/2006, 1.939/2007 e 2.049/2008, do Plenário, e Acórdãos 374/2009 e 463/2001, da 2ª Câmara), adote providências no sentido de retificar as planilhas orçamentárias das Concorrências n 2/2013, 5/2013 e 6/2013, para que expressem, adequadamente, a composição de todos os custos unitários, notadamente aqueles não constantes dos sistemas Sinapi e Seinfra, cuja composição foi discriminada pelo Ifam;</p> <p>9.3.2. proceda ao devido recebimento e à efetiva análise da impugnação interposta pela Gad Engenharia e Construção Civil Ltda. no âmbito da Concorrência nº 5/2013, fazendo constar, do correspondente processo de licitação, a devida motivação para a decisão de provimento, ou não, da aludida impugnação;</p> <p>9.3.3. informe o TCU sobre as providências adotadas e os resultados alcançados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da notificação da presente deliberação;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Reitoria IFAM PRODIN / ENGENHARIA					
Síntese da Providência Adotada					
<p>1 - A Gestão encaminhou à AUDIN as providência tomadas com relação às determinações do TCU, que em ato contínuo foram enviadas ao TCU, através dos expedientes:</p> <p>a) Ofício N° 018/AUDIN/IFAM/2013:</p> <p><i>Com os nossos iniciais cumprimentos, encaminhamos as providências tomadas pela gestão do IFAM com relação ao acatamento das determinações constantes no Acórdão n° 4913/2013-TCU. Nesse sentido, seguem:</i></p> <p><i>a) Prestação de Informações sobre Cumprimento das Determinações do TCU, exarado pelo próprio Reitor deste IFAM;</i></p> <p><i>b) Planilhas orçamentárias retificadas, enviadas via e-mail ao endereço secex-am@tcu.gov.br;</i></p>					

<p>c) <i>Documento técnico explanando sucintamente todas as retificações executadas quando da correção das planilhas orçamentárias - Parecer Técnico nº 042-DE/DIPLAN/PRODIN/IFAM/2013;</i></p> <p>d) <i>Documento técnico justificando a utilização de fundação profunda tipo estaca raiz – Nota Técnica nº 055/2013 / Termo de compromisso da empresa vencedora do certame quanto a utilização de fundação tipo estaca raiz;</i></p> <p>e) <i>Análise da impugnação interposta pela empresa GAD - Parecer Técnico nº 044-DE/DIPLAN/PRODIN/IFAM/2013.</i></p> <p>b) Ofício Nº 029/AUDIN/IFAM/2013: <i>Com os nossos iniciais cumprimentos, encaminhamos as informações requeridas através do Ofício 1553/2013 – TCU/SECEX-AM.</i> <i>Informamos que o atendimento foi encaminhado pelo Magnífico Reitor do IFAM, via MEMORANDO Nº 427-GR/IFAM/2013, de 06 de novembro de 2013.</i></p>
<p>Síntese dos Resultados Obtidos</p>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Todas as informações sobre as determinações do TCU foram atendidas; 2. As planilha orçamentárias foram retificadas e o certame licitatório prosseguiu sem maiores transtornos; 3. Todas as dúvidas inerentes ao projeto básico foram clareadas não havendo outras solicitações de impugnação dos presentes certames licitatórios; 4. Após o pronunciamento do responsável técnico pela infraestrutura da edificação, não houveram questionamentos ou solicitações de impugnação do referido certame licitatório; 5. Após o esclarecimentos das dúvidas/questionamentos através do <i>Parecer Técnico nº 044-DE/DIPLAN/PRODIN/IFAM/2013</i> a empresa GAD engenharia acatou as respostas efetuadas não pronunciando-se novamente sobre o caso; 6. O certame licitatório foi concluído.
<p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</p>
<p>Fatores positivos - Melhor análise dos projetos, uso mais eficiente do erário; Fatores negativos: reduzido tempo de análise dos projetos, reduzido número de servidores, grande demanda de atividades no setor de engenharia, curto prazo para respostas e paralisação do certame licitatório.</p> <p>Facilitaram/Prejudicaram – não se aplica.</p>

Tabela 91 Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício Ordem 01

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas					100910
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1.	TC035.004/20 12-6	Acórdão N° 39/2013 –TCU - Plenário	9.1 9.2	Determinação	Ofício 0210/2013- TCU/SECEX-AM Ofício 045/2012- GAB/SECEX-AM Ofício de Requisição N° 418/2012-1/SECEX-AM Ofício de Requisição N° 1166/2012-5/SECEX-AM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
IFAM – REITORIA E CAMPI					
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas que, no prazo de 90 (noventa) dias:</p> <p>9.1.1. verifique a compatibilidade de horários e se não há prejuízo às atividades exercidas pelos servidores relacionados no item 7.1 do Anexo do Relatório de Auditoria, uma vez que os mesmos são ocupantes também de empregos privados, com jornada total superior a 60 (sessenta) horas semanais;</p> <p>9.1.1.1. na hipótese de se concluir, excepcionalmente, pela licitude da situação, fundamentar devidamente a decisão, anexando no respectivo processo a devida documentação comprobatória e indicando expressamente o responsável pela medida adotada;</p> <p>9.1.2. adote medidas no sentido de instaurar, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo legal visando à regularização das acumulações ilícitas dos servidores listados nos itens 7.2, 7.3, 7.4 e 7.5 do Anexo do Relatório de Auditoria, tendo em vista que foram detectados tanto casos de acumulação de cargos em desacordo com o previsto no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, como também infração ao regime de dedicação exclusiva;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
REITORIA / GABINETE PROAD / Diretoria de Gestão de Pessoas Unidade de Correição					
Síntese da Providência Adotada					
<p>1 - A Audin como unidade intermediadora das demandas do TCU perante a Administração, encaminhou à DGP, unidade sistêmica do IFAM, através do MEMO. N° 019 – AUDIN/IFAM/2013, de 04 de março de 2013, o referido Acórdão para a ciência e tomada de providências;</p> <p>2 – A Audin realizou o acompanhamento da determinação com relação a observância do prazo requerido pelo TCU, através dos seguintes expedientes:</p> <p>a) MEMO. N° 071 – AUDIN/IFAM/2013, de 25.06.2013, ao Pró-Reitor de Administração: Em resposta MEMO. N° 183-DGP/PROAD/GR/IFAM/2013, de 26.06.2013, informando que “a</p>					

documentação a nós encaminhada...foi reencaminhada a Reitoria através do MEMO. N.º 046-DGP/PROAD/GR/IFAMM, de 14.03.2013, com a sugestão de que a Unidade de /correição/UNICOR, tomasse as devidas providências em relação ao Acórdão n.º 39/2013-TCU-PLENÁRIO”;

- b) MEMO. N.º 072 – AUDIN/IFAM/2013, de 26.06.2013, ao Gabinete da Reitoria: Em resposta Memorando n.º 33/2013/2013-UNICOR, de 28.06.2013, informando que “*foi instaurado o Processo Administrativo Disciplinar n.º 23443.000525/2013-64 (rito ordinário), com o fito de apurar indícios da ocorrência de acúmulo ilegal de cargos apontados no referido Acórdão, envolvendo servidores do IFAM*”.

Justificativa

O processo de apuração em questão foi instaurado mediante a publicação da Portaria N.º 400-GR/IFAM, de 20 de março de 2013, no DOU n.º 56, de 22 de março de 2013, cujo objeto é a apuração de irregularidades referentes a casos de acúmulos de cargos com indícios de violação da permissibilidade constitucional prevista pelo **inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal**, bem como por violação da proibição tipificada pelo **inciso XVIII do art. 117 da Lei n.º 8.112/90**, referente ao impedimento inerente ao regime de dedicação exclusiva, preconizado pelo **inciso I do art. 15 do Anexo ao Decreto n.º 94.664/87**.

É de suma relevância destacar que o IFAM hoje, além da estrutura da Reitoria possui 10 (dez) Campus em funcionamento e mais 04 (quatro) Campus da fase III da expansão em construção. Em função dessa expansão o número de ocorrências que demandam a instauração de procedimentos apuratórios aumentou consideravelmente, em desproporção à evolução do quadro funcional que, ao ser renovado com novos ingressos, tem desfalcado a instituição em termos de experiência e habilitação nos quadros para a participação nas comissões.

Destes novos Campus em atividade, 06 (seis) deles possuem um quadro de funcionários com quase a totalidade ainda em estágio probatório, inabilitados, portanto, a participarem de comissões por não satisfazerem à exigência preconizada pelo **art. 149 da Lei n.º 8.112/90**. Em função dessa realidade, a Unidade de Correição tem encontrado muita dificuldade para fazer indicação de servidores para atuarem como membros de Comissões de procedimentos apuratórios, tendo em vista a carência de habilitados para comporem as Comissões com a incumbência de conduzirem a fase do Inquérito dos Processos Administrativos Disciplinares.

Especificamente no caso do processo em tela, inicialmente um dos integrantes da Comissão, Professor IVAMILTON DE SOUZA ARAÚJO, removido do Campus Tabatinga para a Reitoria, em virtude de problemas de saúde em pessoa da família, não teve condições de participar dos trabalhos da comissão, desfalcando-a e inviabilizando a continuidade dos trabalhos, até a sua remoção para o IFAM Campus Parintins no mês de junho de 2013.

Através da Portaria n.º 930-GR/IFAM, de 02 de julho de 2013, publicada no DOU n.º 126, de 03 de julho de 2013, foi designada uma nova comissão para dar continuidade aos trabalhos relativos à condução do inquérito do citado processo. Inicialmente foi feita apenas a autuação do processo, no entanto, os trabalhos novamente não puderam avançar, tendo em vista a inviabilidade de reunir a comissão para deliberações e ações pertinentes à continuidade dos mesmos, tendo em vista que um dos membros que se encontrava participando do desenvolvimento de um projeto institucional ficou impossibilitado de reunir-se com a comissão, restando frustrada a tentativa de reencaminhar as ações para o andamento da instrução do processo.

Mediante manifestação da UNICOR, o prazo para a conclusão dos trabalhos foi prorrogado através da Portaria n.º 1.168-GR/IFAM, de 30 de agosto de 2013, publicada no DOU n.º 169, de 02 de setembro de 2013; no entanto, os trabalhos pouco avançaram, limitando-se apenas à designação do secretário e a realização de um levantamento de dados cadastrais dos envolvidos junto à DGP, os quais serviriam de referência para a promoção da notificação dos acusados, bem como intimá-los a apresentarem documentação probatória da compatibilidade dos acúmulos detectados, para, num segundo momento, adotar as medidas aplicáveis a cada caso. Em virtude de diversas tentativas frustradas de reunir a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

comissão, bem como diante da inviabilidade de substituir membros da mesma, em função da falta de servidores habilitados para participação em comissões e, ainda, tendo em vista que os servidores disponíveis e habilitados já estavam sobrecarregados por estarem fazendo parte de mais de uma comissão, alguns em 04 (quatro) e até em 06 (seis) comissões, excetuando-se alguns declínios, novamente restou frustrado o esforço para dar andamento aos respectivos trabalhos.

Recentemente, com a disponibilidade de 02 (dois) servidores estáveis e que são advogados, a UNICOR está solicitando uma nova Portaria de designação de Comissão, com o fito de dar prosseguimento aos trabalhos já iniciados, objetivando concluir o referido processo até o mês de julho de 2014. Esse prognóstico está sendo concebido em função da experiência dos integrantes da comissão mas, em contrapartida, levando em consideração o tempo demandado para fazer o levantamento dos estipêndios auferidos indevidamente durante períodos de acumulação ilegal de cargos com violação do impedimento imposto aos optantes do regime de dedicação exclusiva.

9.2 Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.

Tabela 92 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 01

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação das Solicitações	Item do RA	Comunicação Expedida
1.	SA Nº 201208125/001 e 002	-	Ofício Nº 16.021/2013/CGU-Regional/AM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria IFAM			
Descrição da Solicitação			
Informar todas as dispensas de Licitação realizadas no exercício de 2013; Encaminhamento de processos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			
Síntese da Providência Adotada			
MEMO Nº 057-AUDIN/IFAM/2013, ao setor da PROAD para conhecimento e devidas providências. MEMO Nº 058-AUDIN/IFAM/2013, ao setor DAP para conhecimento e devidas providências. MEMO Nº 077-AUDIN/IFAM/2013, ao setor DAP encaminhando termo de devolução. MEMO Nº 109-AUDIN/IFAM/AM/2013, ao setor da PROAD para conhecimento e devidas providências. MEMO Nº 198-PROAD/Reitoria/IFAM, em resposta ao MEMO Nº 057-AUDIN/IFAM/2013. MEMO Nº 158-DAP/CMC/IFAM/2013, em resposta ao MEMO Nº 058-AUDIN/IFAM/2013. MEMO Nº 77-DAF/PROAD/IFAM/2013, em resposta ao MEMO Nº 109-AUDIN/IFAM/AM2013			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ofício Nº 005-Audin/IFAM/2013, encaminhando os processos licitatórios e as devidas informações suscitadas. Ofício Nº023-AUDIN/IFAM/2013, encaminhando Processo requerido à CGU/AM.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando retorno da CGU.			

Tabela 93 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 02

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2.	SA Nº 201216951/001	-	Ofício Nº 32149/2013CGU-Regional-AM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
PROAD CAMPUS CMC CAMPUS SGC CAMPUS COARI			
Descrição da Recomendação			
Análise dos processos de aquisição de telescópios.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD Gabinete dos Diretores Gerais			
Síntese da Providência Adotada			
MEMO Nº 116-AUDIN/IFAM/2013, ao setor da PROAD. MEMO Nº 1226-AUDIN/IFAM/2013, ao setor da PROAD. MEMO Nº 632-PROAD/IFAM/2013, a AUDIN solicita abertura de processo administrativo de sindicância MEMO Nº 591-PROAD/IFAM/2013, a Reitoria/IFAM solicita abertura de processo administrativo de sindicância. MEMO Nº 87- DAF/PROAD/IFAM/2013, em resposta ao MEMO Nº 116-AUDIN/IFAM/2013. MEMO Nº 97- DAF/PROAD/IFAM/2013, em resposta ao MEMO Nº 116-AUDIN/IFAM/2013. MEMO Nº 648-PROAD/IFAM/2013, em resposta as informações requeridas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ofício Nº 025-AUDIN/IFAM/2013, encaminha a CGU/AM os devidos processos requeridos. Ofício Nº 028-AUDIN/IFAM/2013, encaminha a CGU/AM as devidas informações requeridas			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando retorno da CGU.			

Tabela 94 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 03

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.	SA 201215313/001, 002 e 003	-	Ofício Nº 26249-CGU-Regional/CGU-PR/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Campus São Gabriel da Cachoeira - IFAM			
Descrição da Recomendação			
Fiscalização Regular dos Contratos de Terceirização.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Diretor Geral			
Síntese da Providência Adotada			
MEMO Nº 096-AUDIN/IFAM/2013, ao Campus São Gabriel da Cachoeira para conhecimentos e devidas providências. MEMO Nº 128-AUDIN/IFAM/2013, ao setor da PROAD para conhecimento e as devidas providências. MEMO Nº 154-IFAM/CAMPUS-SGC/2013, a Reitoria em resposta do MEMO Nº 096-AUDIN/IFAM/2013. MEMO Nº 160/IFAM/GAB-DG/2013, em resposta a informações requeridas pela Reitoria/IFAM. MEMO Nº 114-DAF/PROAD/IFAM/2013, encaminha as informações requeridas. MEMO Nº 204-CAUMPUS-SGC/IFAM/2013, em resposta ao MEMO Nº 128-AUDIN/IFAM/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ofício Nº 020-AUDIN/IFAM/2013, encaminha as respostas a CGU/AM requeridas. Ofício Nº 021-AUDIN/IFAM/2013, encaminha as respostas a CGU/AM requeridas. Ofício Nº 034-AUDIN/IFAM/2013, encaminha informações requeridas pela CGU/AM.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando retorno da CGU.			

Tabela 95 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 04

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.	SA 201317686/001 002	-	Ofício Nº 36649-CGU-Regional/AM/GCU-PR/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria IFAM			
Descrição da Recomendação			
Auditoria de Acompanhamento de Gestão 2013			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROEN PROEX PPGI PROAD / DGP			
Síntese da Providência Adotada			
MEMO CIRCULAR Nº 008-AUDIN/2013, aos setores da PROEN, PROEX E PPGI, para conhecimento e devidas providências. MEMO Nº 137-AUDIN/IFAM/2013, ao DGP para conhecimento e devidas providências. MEMO Nº 141-AUDIN/IFAM/2013, a Pró-Reitoria de Ensino para conhecimento e as devidas providências. MEMO Nº 142-AUDIN/IFAM/2013, ao DGP para conhecimento e devidas providências. MEMO Nº 143-AUDIN/IFAM/2013, ao PROEN e PPGI para conhecimento e devidas providências. MEMO Nº 0560-PROEN/IFAM/2013, a AUDIN em resposta a Solicitação de Auditoria Nº 2013/7686/001. MEMO Nº 375-DGP/PROASD/GR/IFAM/2013, em resposta ao MEMO CIRCULAR Nº 008-AUDIN/2013. MEMO Nº 001-PROEN/PROEX/PPGI/IFAM/2013, em resposta ao MEMO CIRCULAR Nº 008-AUDIN/2013. MEMO Nº 0583-PROEN/IFAM/2013, a AUDIN em resposta a Solicitação de Auditoria Nº 2013/7686/002 MEMO Nº 202-PR PPGI/IFAM/2013, em resposta ao MEMO Nº 143-AUDIN/IFAM/2013 MEMO Nº 387-DGP/PROAD/IFAM/2013, em resposta ao MEMO Nº 142-AUDIN/IFAM/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ofício Nº 035-AUDIN/IFAM/2013, encaminha a CGU/AM as informações requeridas. Ofício Nº 038-AUDIN/IFAM/2013, encaminha a CGU/AM as informações requeridas. Ofício Nº 039-AUDIN/IFAM/2013, encaminha a CGU/AM as informações requeridas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando retorno da CGU.			

Tabela 96 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 05

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5.	SA 201313100/001	-	Ofício Nº 29349/2013-CGU-Regional/AM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Campus Manaus Zona Leste IFAM			
Descrição da Recomendação			
Realização dos trabalhos de Acompanhamento Permanente da Gestão – 2º Semestre/2013 Informações referentes ao Termo de Convênio de Cooperação Técnico Pedagógica firmado entre o Campus Manaus Zona Leste IFAM e a Cooperativa de Alunos do Campus Manaus Zona Leste do IFAM (COOPEAFAM).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Diretor Geral do Campus			
Síntese da Providência Adotada			
MEMO Nº 107-AUDIN/IFAM/2013, ao Diretor Geral do Campus Zona Leste para conhecimento e devidas providências. MEMO Nº 119-AUDIN/IFAM/2013, a PROAD devidas providências. MEMO Nº 290-GAB-CM-ZL/SECET/MEC/2013, em resposta a SA Nº 201313100/001. MEMO Nº 291-GAB-CM-ZL/SECET/MEC/2013, em resposta a SA Nº 201313100/001. MEMO Nº 363-DGP/PROAD/GR/IFAM/2013, a AUDIN em resposta a 201313100/002. MEMO Nº 389-DGP/PROAD/GR/IFAM/2013, em resposta ao MEMO Nº 137-AUDIN/IFAM/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ofício Nº 022-AUDIN/IFAM/2013, encaminha a CGU/AM as informações requeridas. Ofício Nº 031-AUDIN/IFAM/2013, encaminha a CGU/AM as informações requeridas. Ofício Nº 040-AUDIN/IFAM/2013, encaminha a CGU/AM as informações requeridas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando retorno da CGU.			

Tabela 97 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 06

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6.	SA 201313100/001	-	Ofício Nº 29349/2013-CGU-Regional/AM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Campus Manaus Zona Leste IFAM			
Descrição da Recomendação			
Realização dos trabalhos de Acompanhamento Permanente da Gestão – 2º Semestre/2013 Informações referentes ao Termo de Convênio de Cooperação Técnico Pedagógica firmado entre o Campus Manaus Zona Leste IFAM e a Cooperativa de Alunos do Campus Manaus Zona Leste do IFAM (COOPEAFAM).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Diretor Geral do Campus			
Síntese da Providência Adotada			
MEMO Nº 107-AUDIN/IFAM/2013, ao Diretor Geral do Campus Zona Leste para conhecimento e devidas providências. MEMO Nº 119-AUDIN/IFAM/2013, a PROAD devidas providências. MEMO Nº 290-GAB-CM-ZL/SECET/MEC/2013, em resposta a SA Nº 201313100/001. MEMO Nº 291-GAB-CM-ZL/SECET/MEC/2013, em resposta a SA Nº 201313100/001. MEMO Nº 363-DGP/PROAD/GR/IFAM/2013, a AUDIN em resposta a 201313100/002. MEMO Nº 389-DGP/PROAD/GR/IFAM/2013, em resposta ao MEMO Nº 137-AUDIN/IFAM/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ofício Nº 022-AUDIN/IFAM/213, encaminha a CGU/AM as informações requeridas. Ofício Nº 031-AUDIN/IFAM/2013, encaminha a CGU/AM as informações requeridas. Ofício Nº 040-AUDIN/IFAM/2013, encaminha a CGU/AM as informações requeridas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando retorno da CGU.			

Tabela 98 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 07

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7.	SA 201211566/001	-	Ofício Nº 528/2013-CGU-Regional/AM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria			
Descrição da Recomendação			
Avaliação da atuação da Auditoria Interna em 2012			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Federal de Controle Interno			
Síntese da Providência Adotada			
Todos os itens solicitados pela CGU foram respondidos através do Ofício nº 001/AUDIN/IFAM/2013, de 16 de fevereiro de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando retorno da CGU.			

Tabela 99 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 08

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituição Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8.	S.F 201113394/ 001/002/003/004/005/006 /007/008/009/010/011/01 2/013/014/015/016/017/0 18	-	Ofício N° 4.658/2013-CGU-AM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Campus Presidente Figueiredo - IFAM			100910
Descrição da Recomendação			
Fiscalização – RDE/Fiscalização Regular/Desenv. Ed. Prof. E Técn.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Campus Presidente Figueiredo - IFAM AM/AM – Campus Centro			
Síntese da Providência Adotada			
Todos as S.A. foram encaminhadas diretamente pela CGU ao Campus de Presidente Figueiredo; O Campus de Presidente Figueiredo efetivou o encaminhamento das respostas à AUDIN para que via Ofício fossem encaminhadas à CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ofício N° 003/AUDIN/IFAM/2013, encaminhou documentos solicitados pela S.F 201113394/001; Ofício N° 004/AUDIN/IFAM/2013, encaminhou documentos pendentes da S.F 201113394/001; Ofício N° 006-AUDIN/IFAM/2013, encaminhou justificativas e documentos requeridos na S.F 201113394/012. As demais respostas foram encaminhadas por e-mail à CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando retorno da CGU.			

Tabela 100 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 09

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituição Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9.	S.F 201300116/001	-	Ofício Nº 16.815/2013-CGU-AM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria			100910
Descrição da Recomendação			
Fiscalização Regular do IFAM – Campus Presidente Figueiredo/AM.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD - DGP			
Síntese da Providência Adotada			
MEMO Nº 062-AUDIN/IFAM/2013, à PROAD			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ofício Nº 003/AUDIN/IFAM/2013, encaminhou documentos solicitados pela S.F 201113394/001;			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando retorno da CGU.			

Tabela 101 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI Ordem 10

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10.	Nota Técnica nº 37/2014/CGU-Regional/AMCGU	2.1.1.2 / 2.1.1.5 / 2.2.1.1 / 2.2.1.4 / 2.2.1.5 / 2.2.1.13 2.2.1.16 / 2.2.1.17 / 2.2.1.18 / 2.2.1.19 / 2.2.1.22 / 2.2.1.30 / 2.2.1.33.	Ofício Nº 453/2014/CGU-Regional/AMCGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria			
Descrição da Recomendação			
<p>Plano de Providência Permanentes do IFAM – 2º semestre de 2013</p> <p>2.1.1.2 - Submeter o Edital da licitação e seus anexos à apreciação técnica e jurídica, conforme as exigências da Lei nº 8.666/93.</p> <p>2.1.1.5 – Dar ao certame licitatório a publicidade exigida pela lei nº 8.666/93.</p> <p>2.2.1.1 – Realize a liquidação das despesas somente após a verificação da idoneidade dos documentos fiscais comprobatórios, em especial quanto à verificação da data de validade das notas fiscais.</p> <p>2.2.1.4 – Elaborar planilha eletrônica a ser implementada como rotina no setor responsável, contendo os atos de Admissão, Desligamento, Aposentadoria e Pensão editados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme disposto no art. 7º da IN TCU nº 55/2007, na qual conste coluna identificando se houve o efetivo cadastramento no SISAC legalmente exigido e se este foi feito dentro do prazo.</p> <p>2.2.1.5 – Nas entregas de Declarações de Bens e Rendas a partir do exercício de 2012, elaborar planilha eletrônica contendo os nomes dos servidores que exercem cargos comissionados ou funções de confiança, com base na lei nº 8.730/93, na qual conste coluna identificando se houve a efetiva entrega do documento legalmente exigido.</p> <p>2.2.1.13 - Implementar mecanismos de controle a fim de garantir, por ocasião da assinatura dos contratos, que todas as cláusulas editalícias estão sendo respeitadas, em especial quanto à apresentação da garantia de execução contratual.</p> <p>2.2.1.16 - Doravante, cumpra o disposto na Súmula TCU nº 248, repetindo o certame licitatório nos casos em que não se obtenham, no mínimo, três propostas aptas à seleção.</p> <p>2.2.1.17 - Recomenda-se ao IFAM que promova o treinamento da comissão de acompanhamento de contratos, a fim de que se realize o efetivo acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos avançados, garantindo que os serviços sejam atestados por intermédio de comissão designada somente quando efetivamente realizados.</p> <p>2.2.1.18 - Recomenda-se ao Instituto que mantenha Diário de Obra ou Livro de Ocorrências onde serão anotadas por representante da Administração formalmente designado (fiscal do contrato) todas as ocorrências relacionadas com os contratos, em especial, os de vigilância, limpeza e conservação, e os de serviços e obras de engenharia, em cumprimento ao parágrafo 1º, art. 67, da Lei 8.666/93. Ademais, conscientize os servidores designados para acompanhamento desses contratos a efetivamente realizarem o uso desse expediente.</p> <p>2.2.1.19 - Elabore normas internas, regulamentando a relação entre o IFAM e a Fundação de Apoio, de acordo com a legislação e jurisprudência existentes sobre o tema.</p> <p>2.2.1.22 - Deve o gestor estabelecer, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), critérios de sustentabilidade ambiental para aquisições em geral, em conformidade com os artigos 5º e 7º da IN nº 01/2010 da SLTI/MP.</p> <p>2.2.1.30 - Formalizar o modelo proposto pela SLTI que está balizando as licitações realizadas no ano de 2012 a fim de adotar mecanismos necessários para o atendimento da Portaria SLTI/MP nº 02, de 16 de março de 2010.</p>			

2.2.1.33 - Faça constar, em todos os processos de dispensa de licitação, pesquisas de preços de mercado que justifiquem o valor contratado.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Reitoria IFAM/AM	

Síntese da Providência Adotada

2.1.1.2 – No caso em tela, tratava-se de licitação no fim do mês de dezembro fim do exercício no Órgão, datado de 23/12/2008 e em atenção ao Princípio da Economicidade além do Princípio da Moralidade, tratando-se de Concorrência com as empresas privadas, podemos dizer que foi concretizado o Princípio da Eficiência Constitucional, e que somente nessa licitação não foi anexado o Parecer Jurídico. Porém a Comissão de Licitações disponibiliza suas minutas de editais requerendo manifestação da Procuradoria Jurídica junto ao IFAM, tendo em vista das peculiaridades de cada caso concreto. (MEMO Nº 257/2012)

2.1.1.5 – Anexamos as publicações do Aviso de Licitação no jornal local e no D.O.U dos Editais das Concorrências realizadas em 2012. (MEMO Nº 257/2012).

2.2.1.1 – Em atendimento a recomendação solicitada, segue as cópias dos documentos fiscais conforme MEMO Nº 24-DAO/DAF/PROAD/IFAM/2012 do dia 11 de dezembro de 2012.

2.2.1.4 – Solicitação atendida, conforme pode ser observado na planilha anexa. (MEMO Nº 474/2012)

2.2.1.5 – Solicitação atendida, conforme pode ser observado na planilha anexa. (MEMO Nº 474/2012)

2.2.1.13 - Informamos que foi providenciado o levantamento das garantias pendentes resposta da empresa conforme MEMO Nº 107 - CCC/DAF/PROAD/IFAM/2012.

2.2.1.16 - Neste ano de 2012 só foi realizado 01 (um) Convite que foi Revogado foi falta de Empresas habilitadas. (Ata de Realização de Credenciamento do Convite 01/2012 anexa). (MEMO Nº 257/2012)

2.2.1.17 - Diversos servidores participaram de cursos/treinamentos sobre constatações no Serviço Público Federal, conforme pode ser observado na planilha eletrônica elaborada pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas, cópia anexa. (MEMO Nº 474/2012)

2.2.1.18 - A unidade enviou os comprovantes do Manual Técnico "Orientações para execução obras e serviços de engenharia", Check-list de fiscalização - Gerência de Obras e o Modelo do RDO (Relatório Diário de Obras), atendendo em parte a recomendação. Solicita-se ainda enviar a frequência dos participantes dos cursos que foram realizados.

2.2.1.19 - As Normas que visam disciplinar o relacionamento entre o IFAM e a FAEPI, ainda foram aprovadas ad referendum do Conselho Superior, conforme Resolução nº 34-CONSUP/IFAM/2012. (MEMO Nº 367/2012)

2.2.1.22 - Em atendimento as Constatações apresentadas, apresentamos o MEMO Nº 105 - DGTI/IFAM/2012 de 29/11/2012 encaminhando informações referentes as Constatações, conforme ANEXO II. (MEMO Nº 975/2012)

2.2.1.30 - Em atendimento as Constatações apresentadas, apresentamos o MEMO Nº 105 - DGTI/IFAM/2012 de 29/11/2012 encaminhando informações referentes as Constatações, conforme ANEXO II. (MEMO Nº 975/2012)

2.2.1.33 - Ofício 061 AUDIN/IFAM/2012: Conforme solicitado, seguem os processos a fim de comprovar as pesquisas de preço de mercado, porém o processo 23042.146/2012-14 estamos providenciando..

Ofício 062 AUDIN/IFAM/2012: Segue o processo referente à Cotação Eletrônica 04 de 2012 – UASG 158142.

Síntese dos Resultados Obtidos

Recomendações atendidas. Melhorias no controle da gestão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Falta de estrutura adequada. Falta de capacitação.

Reflexão sobre os pontos fortes e fracos.

Tabela 102 Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas			100910
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1.	Nota Técnica nº 37/2014/CGU-Regional/AMCGU	2.1.1.1 / 2.1.1.3 / 2.1.1.4 / 2.2.1.1 / 2.2.1.2 / 2.2.1.3 / 2.2.1.6 a 2.2.1.12 / 2.2.1.14 / 2.2.1.15 / 2.2.1.23 a 2.2.1.25 / 2.2.1.27 / 2.2.1.28 / 2.2.1.32 / 2.2.1.34 e 2.2.1.35.	Ofício Nº 453/2014/CGU-Regional/AM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria			
Descrição da Recomendação			
<p>Plano de Providência Permanentes do IFAM – 2º semestre de 2013</p> <p>A presente Nota Técnica apresenta um sumário das principais constatações evidenciadas por auditoria, relativo ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM.</p> <p>A partir da análise das constatações e causas consignadas nos relatórios 201108737, 201203345, 241333, 241454, 241531 e 244003, esta CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS apresenta a seguir proposta de ações corretivas com o objetivo de contribuir para eliminar ou reduzir os problemas evidenciados.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria IFAM/AM			
Síntese da Providência Adotada			
<p>1- As cobranças de acompanhamento foram feitas pela a AUDIN/IFAM, através do MEMO. CIRCULAR Nº 001 – AUDIN/IFAM/2014, de 28 de janeiro de 2014.</p> <p>2- A AUDIN convocou uma reunião com todos os envolvidos no processo, visando a sensibilização quanto à importância do atendimento as recomendações e discussão sobre a responsabilidade de cada providência a ser tomada.</p> <p>3- A Gestão está tomando as providências para atender as recomendações, conforme o prazo estabelecido pela CGU 31.03.204.</p>			
Justificativa			
Em andamento.			

9.3 Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.

Tabela 103 Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.

Trabalhos	Principais Constatações
<p>Auditoria Preventiva Nota Técnica n.º 01/2013 – AUDIN/IFAM - Controle Interno e Avaliação de Riscos</p>	<p>Falta de implantação da “Coordenação de Avaliação e Controle Interno”, conforme o item 7 do art. 35 , inciso II - Órgão de Controle e Assessoramento, da Resolução n.º 02 – CONSUP/IFAM de 28 de março de 2011, para que seja competente e responsável pela avaliação de risco periódica e permanente do IFAM Reitoria e pela elaboração dos documentos pertencentes ao controle interno do IFAM Reitoria, assim como organização, supervisão e publicidade de tais controles internos.</p>
<p>Auditoria Preventiva Nota Técnica n.º 02/2013 – AUDIN/IFAM - Projeto Básico para contratação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura.</p>	<p>1. Falha na observância da legislação vigente quando da elaboração de Projetos Básicos;</p> <p>2. Falta de equipes de planejamento de contratação para que elaborem os “Estudos técnicos preliminares” e o “Plano de Trabalho” da contratação almejada, funcionando, portanto, como subsídios de informações para a elaboração do próprio PROJETO BÁSICO.</p>
<p>Auditoria de Conformidade Relatório de Auditoria de Conformidade n.º 001/2013 – Gestão Patrimonial Campus Manaus Centro</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Requisições de Materiais de consumo rasuradas. 2. Divergência de quantitativos nas Requisições de Materiais de consumo. 3. Ausência de aposição de carimbo, de assinatura, e/ou de data nas Requisições de Materiais de consumo. 4. Ausência de Nota de Fornecimento para materiais de consumo. 5. Ausência de organização física dos materiais na Coordenação de almoxarifado. 6. Ausência de utilização efetiva de instrumento de controle de materiais pela Coordenação de Almoxarifado. 7. Gêneros alimentícios armazenados em local inapropriado dentro do almoxarifado. 8. Ausência de local adequado para estocagem de material inflamável. 9. Logística inadequada da copa, localizada próximo aos laboratórios de Química e ao lado do depósito de gases da Central Analítica (atualmente possui armazenado 01 cilindro de gás hélio). Ao lado da copa também encontram-se armazenadas as botijas de gás GLP – gás liquefeito (gás de cozinha). 10. Ausência de organização física dos materiais na Coordenação de Patrimônio. 11. Material permanente armazenado e disposto de forma inadequada no espaço físico da Instituição. 12. Armazenagem inadequada de material: Tubos e conexões em PVC. 13. Depredação de bens permanentes (armários para guarda de material dos alunos). 14. Bens permanentes em estado de deterioração armazenados em local inapropriado, ao lado da copa e perto das botijas de gás liquefeito. 15. Bens permanentes em bom estado de conservação armazenados junto a bens para descarte. 16. Material para descarte armazenado em local inadequado e de forma incorreta. 17. Ausência de segurança na porta principal do Auditório Jorge Alberto Furtado.

	<p>18. Cadeiras para o Auditório Jorge Alberto Furtado com o quantitativo acima da real necessidade.</p> <p>19. Bem permanente, piano vertical marca Yamaha, localizado no Auditório Jorge Alberto Furtado, sem manutenção adequada e em estado de deterioração.</p> <p>20. Material da biblioteca Professor Paulo Sarmento disposto na Coordenação de Multimeios e Audiovisuais.</p> <p>21. Bens permanentes para descarte armazenados na Sala de Refrigeração.</p> <p>22. Acondicionamento de gás GLP (gás de cozinha) e de gás nitrogênio na Sala de Refrigeração, cujo risco observa-se em função do atual estado de insalubridade da mesma.</p> <p>23. Ausência de fiscalização da execução do contrato da empresa Cool Refrigeração dentro dos parâmetros legais: A fiscalização está adstrita apenas a realização de chamadas de ordem de serviço para os aparelhos de refrigeração. Não está sendo realizada a elaboração de relatórios mensais acerca das atividades desempenhadas pela empresa, assim como não está havendo a aferição de eventuais problemas.</p> <p>24. Bens permanentes avariados e pendentes de baixa armazenados em local inapropriado.</p> <p>25. Necessidade de adequação das prateleiras, reforma das bancadas e sinalização obrigatória dos laboratórios de química que atenda às normas de segurança.</p> <p>26. Instalação inadequada de gás GLP (gás de cozinha) no Laboratório de Química Analítica.</p> <p>27. Bens permanentes em bom estado de conservação (02 geladeiras para guarda de substâncias) que não estão sendo utilizados em virtude de problemas na instalação elétrica do Laboratório de Química Analítica.</p> <p>28. Ausência de instalação da capela de exaustão do Laboratório de Química Analítica.</p> <p>29. Ausência de troca do exaustor da capela de exaustão do Laboratório de Química Inorgânica e Físico-Química.</p> <p>30. Ausência de espaço físico para atender ao almoxarifado dos laboratórios de química que atenda às recomendações técnicas. Ausência de sistema de exaustão. Ausência de ventilação. Aparelho de ar refrigerado (necessário para a conservação de determinadas substâncias) inoperante.</p> <p>31. Ausência de descarte para resíduos químicos.</p> <p>32. Ausência de manutenção das Portas dos armários das bancadas dos Laboratórios de Química.</p> <p>33. Presença de animais daninhos no ambiente (<i>Periplaneta americana</i>, popularmente conhecida como “barata”), bens permanentes sem uso empilhados acumulando poeira, lixo acumulado em lixeiras e pelo chão do Laboratório de Pesquisa e Produção.</p> <p>34. Tanque, utilizado por alunos e professores para manipulação de produtos e substâncias, apresentando rachaduras e com presença de fungos no Laboratório de Pesquisa e Produção.</p> <p>35. Infiltração no teto e nas paredes e presença de fungos no Laboratório de Pesquisa e Produção.</p> <p>36. Projeto de Implantação da Central Analítica do IFAM, com equipamentos já adquiridos, parado por ausência da adaptação da sala para a saída dos gases a serem utilizados.</p> <p>37. Bem permanente, piano de cauda, marca ilegível, localizado no Museu Moacir Andrade, sem manutenção adequada e em estado de deterioração (caixa do móvel danificada, teclas manchadas, sem afinação).</p>
--	---

	<p>38. Deterioração de documentos iconográficos (fotografias com suporte em madeira) pertencentes ao acervo do museu Moacir Andrade.</p> <p>39. Deterioração de livros diversos e deterioração de livros e de álbuns de fotografia da história do IFAM no Museu Moacir Andrade.</p> <p>40. Escada de acesso ao piso superior do Museu Moacir Andrade com infestação de <i>Cryptotermes brevis</i>, popularmente conhecido como “cupim”.</p> <p>41. Deterioração de telas do pintor Moacir Andrade, pertencentes ao acervo do Museu Moacir Andrade, com presença de lacunas de camada pictórica e deformação de suporte.</p> <p>42. Infiltração no teto do museu Moacir Andrade.</p> <p>43. Expositores de documentos com vidro trincado e/ou necessitando de restauração no móvel.</p> <p>44. Deterioração de documentos iconográficos (fotografias acondicionadas em painéis de vidro).</p> <p>45. Instrumentos musicais em estado de deterioração avançado dentro do banheiro do segundo piso do museu Moacir Andrade, que também encontra-se em estado de abandono e sem condições de uso.</p> <p>46. O segundo piso do museu Moacir Andrade está sem ar refrigerado devido ao não funcionamento do aparelho.</p> <p>47. Banheiro do museu Moacir Andrade sem limpeza e manutenção.</p> <p>48. Ausência de integração do museu às atividades do IFAM.</p> <p>49. Bens permanentes (computadores e periféricos) para conserto e para baixa do patrimônio armazenados indevidamente na Coordenação de Informática.</p> <p>50. Gabinete Odontológico sem funcionamento há mais de 01 (um) ano.</p> <p>51. Gabinete Médico operando com estoque mínimo de medicamentos.</p> <p>52. Fragilidade na endocomunicação (comunicação interna), tanto no sentido vertical - da Instituição para os setores, como na horizontal - dos setores entre si.</p> <p>53. Fragilidade em relação aos riscos encontrados no ambiente.</p>
<p>Auditoria de Conformidade</p> <p>Relatório de Auditoria de Conformidade nº 002/2013 – Execução do PNAE no IFAM – Exercício 2011.</p>	<p>1. Utilização dos recursos repassados pelo FNDE ao Campus Manaus Centro como fonte de pagamento de outro programa executado pela instituição – <i>Programa Alimentando o Saber</i>.</p> <p>2. Ausência de acompanhamento técnico do programa pela Nutricionista. Exigência básica da legislação.</p> <p>3. Não utilização dos recursos na compra EXCLUSIVA de alimentos adequados ao estágio de desenvolvimento dos alunos, conforme prescrição que deveria ser dada pela nutricionista.</p>

Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

Tabela 104 Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES		
	Feitas	Implementadas	Andamento
Auditoria Preventiva - Nota Técnica n.º 01/2013 – AUDIN/IFAM - Controle Interno e Avaliação de Riscos	5	1	Apenas o Campus Distrito Industrial atendeu a recomendação. Em fase de acompanhamento quanto aos demais atendimentos.
Auditoria Preventiva - Nota Técnica n.º 02/2013 – AUDIN/IFAM - Projeto Básico para contratação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura.	8	-	8
Auditoria Preventiva - Pareceres Técnicos 001 ao 024.	71	31	40
Auditoria de Conformidade - Relatório de Auditoria de Conformidade n.º 001/2013 – Gestão Patrimonial Campus Manaus Centro.	53	-	Relatório emitido final do ano 2013. A AUDIN ainda está em fase de monitoramento das implementações. Coleta dos dados.
Auditoria de Conformidade - Relatório de Auditoria de Conformidade n.º 002/2013 – Execução do PNAE no IFAM – Exercício 2011.	5	-	Relatório emitido final do ano 2013. A AUDIN ainda está em fase de monitoramento das implementações. Coleta dos dados.
Total	142	32	

a) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

A Auditoria do IFAM, em suas atividades de assessoramento da alta gestão, emitia as suas recomendações por meio de expedientes administrativos denominados Relatórios de Auditoria, Notas Técnicas, Pareceres e Despachos.

O acompanhamento gerencial da implementação dessas recomendações é feito por meio do Plano de Atendimento às Recomendações / AUDIN. Esse plano é encaminhado aos agente públicos com competência legal para executar as recomendações provenientes da realização das manifestações técnicas da Auditoria Interna.

Posteriormente, todas as anotações de acompanhamento são tabeladas em uma planilha de monitoramento.

b) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Com relação aos trabalhos de auditoria que resultam em economia ao erário, há sistematicamente a apuração dos valores economizados em cada trabalho realizado, e os mesmos são evidenciados nos próprios relatórios produzidos em decorrência de cada atividade.

Com relação aos trabalhos realizados que resultam em manifestações de natureza qualitativa, informamos que em 2013 não havia mecanismo de controle e acompanhamento.

c) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

Com relação à certificação e a aceitação dos riscos de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações exaradas pela AUDIN, essa se dá por meio de expedientes internos assinados pelo Agente Público responsável pela ação a ser executada.

d) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Em 2013 não foi consolidada essa prática, no entanto, existem estudos e normativos visando regulamentar tal sistemática.

9.4 Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Tabela 105 Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº. 8.730/93	Momento de Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º. Da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança)	Obrigados a entregar a DBR	314	0	0
	Entregaram a DBR	294	0	0
	Não cumpriram a obrigação	22	0	0
Fonte: CGGP/DGP-2012				

9.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno e também.

Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Durante o exercício de 2013, apenas dois casos ensejaram danos ao Erário, a saber:

Processo Administrativo Disciplinar nº 23443.000525/2013-64, instaurado através da Portaria nº 400-GR/IFAM, de 20/03/2013, publicada no DOU nº 56, de 22/03/2013, para apurar acúmulos de cargos denunciados através do Acórdão nº 39/TCU-PLENÁRIO, de 23/01/2013. Em virtude do desfalque da Comissão por um dos membros que, posteriormente, foi removido para o IFAM – Campus Parintins, os trabalhos só puderam ser reiniciados através da Portaria nº 930-GR/IFAM, de 02/07/2013, publicada no DOU nº 126, de 03/07/2013. No entanto, a instrução do referido processo foi novamente interrompida em função do surgimento de novas ocorrências, dentre as quais destaca-se um caso de estupro de vulnerável no IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira, assédio sexual por docente envolvendo alunas menores no IFAM Campus Maués e, também, outro caso de assédio sexual envolvendo aluna menor no IFAM Campus Tabatinga. Em justificativa apresentada recentemente acerca do citado processo, foi estimado o prazo para conclusão, inclusive com o levantamento dos estipêndios auferidos indevidamente até o final de julho de 2014.

Processo de Sindicância nº 23443.002417/2013-26, instaurado pela Portaria nº 1.476-GR/IFAM, de 13/11/2013, publicada no DOU nº 222, de 14/11/2013, com o fito de apurar o paradeiro de 01 (uma) Estação Total de Topografia, no valor de R\$ 17.390,00 (dezesete mil, trezentos e noventa reais) e de 01 (um) Teodolito Eletrônico, no valor de R\$ 6.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta reais), ambos pertencente ao acervo patrimonial do IFAM Campus Tabatinga. Durante os trabalhos investigativos a Comissão não conseguiu localizar o paradeiro dos equipamentos; no entanto, foi possível determinar a responsabilidade de quem deu causa ou facilitou para que os equipamentos fossem subtraídos. Como há indício de dolo, foi solicitada a instauração de PAD para apurar a responsabilidade do agente público envolvido.

9.6 Demonstração, com a identificação do gestor responsável, da correção e tempestividade da inserção das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012.

Tabela 106 Quadro A.9.6 - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.

DECLARAÇÃO

Eu, Adonias de Sá Portela, CPF nº 960.580.302-00, Coordenador de Convênios e Contratos, exercido na Reitoria do IFAM declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão totalmente disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Manaus, 30 de Janeiro de 2014.

Adonias de Sá Portela
940.30.682-91
Coordenador de Convênios e Contratos
Reitoria do IFAM

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

O cidadão poderá ter acesso à instituição por meio da Ouvidoria, tendo sua Ouvidoria Geral estabelecida junto à Reitoria do IFAM, na Avenida Ferreira Pena, Centro. As reclamações, denúncias, sugestões e elogios podem ser encaminhados pessoalmente, por meio de formulário padronizado, ou por meio de e-mail (ouvidoria@ifam.edu.br), onde o cidadão receberá uma confirmação do recebimento, juntamente com o número de protocolo da demanda enviada.

No ano de 2013, a Ouvidoria do IFAM recebeu 22 (vinte e duas) demandas, sendo 15 classificadas como “reclamações”, 04 (quatro) denúncias, 02 (duas) sugestões e 01 (uma) solicitação. Desse total, 14 (quatorze) eram relativas à gestão administrativa, 02 (duas) relativas ao atendimento ao público e 06 (seis) era do tipo “outros assuntos”; perfazendo um percentual de 63,63 % (sessenta e três vírgula sessenta e três por cento), 9,09% (nove vírgula zero nove por cento) e 27,27% (vinte e sete vírgula vinte e sete por cento), respectivamente.

Divididas pela localidade/alvo, 10 (dez) demandas diziam respeito ao Campus Manaus Centro do IFAM, representando um percentual de 45,45% (quarenta e cinco vírgula quarenta e cinco por cento); 04 (quatro) diziam respeito à Reitoria do IFAM, representando um percentual de 18,18% (dezoito vírgula dezoito por cento); Os Campus Lábrea, Parintins e Manaus Distrito Industrial do IFAM, cada um, contaram com 02 (duas) demandas, perfazendo um percentual de 9,09% (nove vírgula zero nove por cento); Por fim, a FAEPI (Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Interiorização do IFAM) e o Campus Maués do IFAM detiveram, cada um, 01 (uma) demanda, representando cerca de 4,54% (quatro vírgula cinquenta e quatro por cento) do total apurado no período.

Cabe relatar que, além das demandas registradas no período, a Ouvidoria do IFAM atuou ao lado do cidadão como interlocutora em diversas outras causas que não entraram para as estatísticas, haja vista termos conseguido suas resoluções sem a necessidade da expedição de documentos, como reflexo da adoção de uma postura mais dinâmica e menos formal.

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Em razão da Ouvidoria do IFAM ainda está em fase de implantação, não pudemos realizar no ano em referência a elaboração de mecanismos onde se possa medir o grau de satisfação dos nossos clientes em relação aos nossos produtos e serviços; no ano que se apresenta, entretanto, vislumbramos a possibilidade de já está contando com tais mecanismos de avaliação periódica.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Ainda com base nas justificações supra, não pudemos obter os resultados cobrados. Contudo, no presente ano esperamos estar com os referidos resultados, segmentados por classes (discentes, docentes, técnicos administrativos e sociedade em geral).

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

A NBC T 16.9 ainda não está sendo aplicada, devido a insuficiência de recursos humanos e de sistema informatizado que demonstre os registros dos valores a serem lançados mensalmente no SIAFI.

O IFAM utiliza o SUAP para registrar os bens móveis, todavia, a versão que o Ifam possui desse sistema não emite relatório de depreciação e amortização.

Quanto aos bens imóveis, em 2013 a reavaliação deles utilizou um método misto para o valor do terreno e para o valor de mercado conforme registro na Procuradoria Geral do Município de Manaus. E ainda para as benfeitorias, o método da Secretaria de Patrimônio da União –SPU. A vida útil dos bens imóveis não é estimada, porém é um

consenso na contabilidade que bens imóveis tenham vida útil de 25 anos, podendo ser reavaliados de acordo com o estado de conservação.


11.2 Declaração do contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contresponsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Patrimônio, pois não há controle fiel dos bens o que impede o cálculo e lançamento da depreciação e amortização. Com isso os valores constantes no ativo não refletem a situação patrimonial real.</p> <p>b) Almoxarifado, os almoxarifados da instituição possuem controles ineficientes, não sendo informado mensalmente as saídas de mercadorias.</p> <p>c) Os restos a pagar relativos ao Campus Coari não foram inscritos devido á ausência de indicação do ordenador de despesas.</p> <p>d) Os campi Lábrea e Tabatinga não possuem contador, sendo colocado como responsável o contador da Reitoria para que estes funcionem, todavia não há controle dessa situação devido a situação geográfica (distancia entre a capital e o campi) e também ás atribuições diárias do contador na Reitoria do Ifam.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Manaus	Data	21/03/2014
Contador Responsável	Anderson Carlos Lima Bentes	CRC nº	013722/O-0
Assinatura:			

Figura 9 Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Patrimônio, pois não há controle fiel dos bens o que impede o cálculo e lançamento da depreciação e amortização. Com isso os valores constantes no ativo não refletem a situação patrimonial real.</p> <p>b) Almoxarifado, os almoxarifados da instituição possuem controles ineficientes, não sendo informado mensalmente as saídas de mercadorias.</p> <p>c) Os restos a pagar relativos ao Campus Coari não foram inscritos devido á ausência de indicação do ordenador de despesas.</p> <p>d) Os campi Lábrea e Tabatinga não possuem contador, sendo colocado como responsável o contador da Reitoria para que estes funcionem, todavia não há controle dessa situação devido a situação geográfica (distancia entre a capital e o campi) e também ás atribuições diárias do contador na Reitoria do Ifam.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Manaus	Data	21/03/2014
Contador Responsável	Anderson Carlos Lima Bentes	CRC n°	013722/O-0
Assinatura:			

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação PPGI

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação PPGI, fomenta e acompanha as atividades e políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações e intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia do IFAM.

Principais ações ligadas às atividades fim da PPGI pertinentes a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica realizadas em 2013 serão apresentadas:

12.1.1. Programas de Iniciação Científica – PIBICJr/FAPEAM, PAIC/FAPEAM, PIBIC CNPq, PIBIC/IFAM, PIBICJr/IFAM e PIBIT CNPq.

A instituição desenvolve pesquisa científica e tecnológica realizada por seu quadro profissional e por estudantes do ensino profissional, técnico, tecnológico e licenciatura, com a consequente difusão desse conhecimento, por meio dos cursos de nível técnico, tecnológico, licenciatura e pós-graduação.

Como forma de possibilitar aos servidores pesquisadores que ainda não possuem titulação suficiente para concorrer a financiamento em órgãos de fomento como a FAPEAM e o CNPq, O IFAM por meio da PRPPGI criou os Programas de Iniciação Científica PIBIC /IFAM e PIBIC Jr/IFAM disponibilizando em 2013 **noventa e oito (98) bolsas (Tabela) para os Campi do IFAM, com o objetivo de:**

- Contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País, e
- Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.

✓ **PIBIC/IFAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino de Graduação (PAIC-IFAM) visa o desenvolvimento de projetos científicos tecnológicos aprovados pela Diretoria/Coordenação de Pesquisa do Campus com estudantes do Ensino de Graduação e não obtiveram bolsas de órgãos de fomento como FAPEAM e CNPq.

✓ **PIBICJR/IFAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio e Técnico**

O PIBIC-IFAM visa o desenvolvimento de projetos científicos tecnológicos aprovados pela Diretoria/Coordenação de Pesquisa de seu Campus com estudantes do Ensino médio que não obtiveram bolsas de órgãos de fomento como FAPEAM e CNPq.

Outros programas de Iniciação Científica financiados por agencias de fomentos são disponibilizados para os usuários ou clientes do IFAM como:

✓ **PIBITI/CNPq - Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica e de Inovação**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.

✓ **PIBIC/CNPq – Programa de Bolsas de Iniciação Científica**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. A cota de bolsas de IC é concedida diretamente às instituições, estas são responsáveis pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores.

✓ **PAIC/FAPEAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica**

O programa consiste em apoiar, com recursos financeiros e bolsas institucionais, estudantes de graduação interessados no desenvolvimento de pesquisa em instituições públicas e privadas do Amazonas.

✓ **PIBIC JR/FAPEAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio Técnico**

O programa consiste em apoiar, com recursos financeiros e bolsas institucionais, estudantes de ensino médio e técnico no desenvolvimento de pesquisa em instituições públicas e privadas do Amazonas.

Assim a instituição fortalece o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos e desenvolve atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes.

A tabela abaixo apresenta os valores para descentralização de recursos para os campus referente ao pagamento das bolsas dos Programas PIBIC Jr e PAIC por campus do IFAM.

Quadro 3 **PAIC** – Programa de Apoio de Iniciação Científica na Graduação; **PIBIC Jr**- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica junior – Ensino Técnico

ampus	Programa de IC	Nº Bolsas IC	Valor Unit. (R\$)	V.Total por mês (R\$)	Duração da Bolsa 12 meses (R\$)
CC	PIBICJr	03	120,00	360,00	4.320,00
CL	PIBIC Jr	12	120,00	1.440,00	17.280,00
CMC	PIBICJr	10	120,00	1.200,00	14.400,00
CMZL	PIBICJr	15	120,00	1.800,00	21.600,00
CM	PIBIC Jr	10	120,00	1.200,00	14.400,00
CP	PIBICJr	10	120,00	1.200,00	14.400,00
CPF	PIBICJr	03	120,00	360,00	4.320,00
CSGC	PIBIC Jr	15	120,00	1.800,00	21.600,00
CT	PIBICJr	10	120,00	1.200,00	14.400,00
CMC	PAIC	10	400,00	4.000,00	48.000,00
		98			174.720,00
TOTAL				R\$ 174.720,00	

Fonte: PPGI

Quadro 4 - Número de bolsas dos programas IFAM, CNPq e FAPEAM

CAMPUS	FAPEAM		CNPq		IFAM		TOTAL BOLSAS
	PAIC	PIBIC Jr	PIBIC	PIBIT	PIBIC	PIBIC Jr	
CMC	14	4	1	1	10	10	40
CMZL	14	20	1	-	-	15	50
CMDI	10	10	1	1	-	-	22
CC	-	13	-	-	-	3	16
CL	-	10	-	-	-	12	22
CM	-	10	-	-	-	10	20
CP	-	-	-	-	-	10	10
CPF	-	12	-	-	-	3	15
CSGC	-	-	-	-	-	15	15
CT	-	15	-	-	-	10	25
TOTAL	34	98	3	2	10	88	235

O número de bolsas corresponde o número de projetos de pesquisa, portanto, 235 projetos (um por aluno).

12.1.2. Programa de Auxílio aos Projetos de Iniciação Científica - Custeio

Auxílio ao custeio de projetos de pesquisa com bolsas para alunos da graduação e médio/técnico concedido pelo CNPq e pelo IFAM, visando o objetivo estratégico definido pela instituição para **Consolidar Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica** e o apoio no sentido de descentralizar recurso financeiro para cada campus é a principal ação a fim de que possamos viabilizar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa.

Informamos que os valores especificados por campus na tabela anexa referem-se a:

1. 40% do valor anual de bolsa recebida para cada aluno que executa um projeto do programa PIBIC-Jr IFAM e PIBIC EM (R\$ 480,00 por projeto);
2. 20% do valor anual de bolsa recebida para cada aluno que executa um projeto do PIBIC CNPq, PIBITI CNPq e PAIC IFAM (R\$ 864,00 por projeto).

Quadro 5 - Auxílio ao custeio de projetos de pesquisa com bolsas para alunos da graduação e médio/técnico

Campus	Programa de IC	Valor Unitário (R\$)	Valor recebido em 12 meses	Auxílio ao projeto (40% do valor)	Número de Projetos	Valor total do auxílio ao projeto
CMC	PIBIC Jr	120,0	1440,00	576,00	10	5.760,00
CMC	PAIC	400,0	4800,00	960,00	10	9.600,00
CC	PIBIC Jr	120,0	1440,00	576,00	03	1.728,00
CL	PIBIC Jr	120,0	1440,00	576,00	12	6.912,00
CMZL	PIBIC Jr	120,0	1440,00	576,00	15	8.640,00
CM	PIBIC Jr	120,0	1440,00	576,00	10	5.760,00
CP	PIBIC Jr	120,0	1440,00	576,00	10	5.760,00
CPF	PIBIC Jr	120,0	1440,00	576,00	03	1.728,00
CSGC	PIBIC Jr	120,0	1440,00	576,00	18	10.368,00
CT	PIBIC Jr	120,0	1440,00	576,00	10	5.760,00
TOTAL						61.016,00

Fonte: PPGI

12.1.3 Projetos de Pesquisa Desenvolvidos no IFAM 2012/2013 que não estão inclusos nos Programas de Iniciação Científica

O Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica (PI-IPCIT) do IFAM está focado no apoio aos projetos de pesquisa e aos servidores interessados no desenvolvimento de Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica.

O investimento total do PCIT é de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) financiados pelo IFAM para o período de 2012-2013. O recursos por projeto aprovado no Edital PI-IPCIT 2012/PPGI/IFAM foi disponibilizado para o coordenador do projeto em 3 cotas, sendo duas pagas no ano 2012 e a 3ª. Cota em 2013, conforme apresentado na Tabela abaixo. O recurso visa fomentar projetos de pesquisa, com base nos critérios de seleção estabelecidos.

Quadro 6 – Investimentos em PCIT no ano de 2013

Nome do	Projeto de Pesquisa	Total R\$	Execução (a partir de)	
Jackson Pantoja Lima	Padrões de uso do solo nos anos 2002 e 2012 e sua relação na estruturação das comunidades de peixes de igarapés no município de	8.000,00	4.000,00	28/08/2012
			3.000,00	27/12/2012
			1.000,00	27/06/2013
Lucilene da Silva Paes	Inter-relação entre aspectos estruturais e a microbiótica fúngica endofítica nas folhas de plantas utilizadas na medicina popular	8.000,00	4.000,00	28/08/2012
			3.000,00	27/12/2012
			1.000,00	27/06/2013
Paulo Henrique R. Aride	Preferência alimentar de pescado na alimentação dos moradores de Presidente Figueiredo	8.000,00	4.000,00	28/08/2012
			3.000,00	27/12/2012
			1.000,00	27/06/2013
Joiada M. da Silva Linhares	Geoprocessamento aplicado ao diagnóstico do uso e cobertura da terra no trecho inicial da rodovia transamazônica (BR-230) no	5.000,00	2.000,00	28/08/2012
			2.000,00	27/12/2012
			1.000,00	27/06/2013
Andréa B. L.. Silva	Autômato celular: um estudo do fluxo dos rios Amazônicos	5.000,00	2.000,00	28/08/2012
			2.000,00	27/12/2012
			1.000,00	27/11/2013
Aline C. de Freitas	Estudo da qualidade da água de Coari-AM através de análises físico-químicas e microbiológicas e correlação com doenças causadas por	5.000,00	2.000,00	28/08/2012
			2.000,00	27/12/2012
			1.000,00	27/06/2013
TOTAL			6.000,00	

Fonte PPGI

12.1.4. Apoio, Promoção e Participação em Evento Científico

- Dez propostas de Plano de Trabalho foram submetidos ao **EDITAL SNCT N°003/2012 – PR PPGI/IFAM**. A seleção de propostas de plano de trabalho teve como **objetivo apoiar a realização da 10ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no IFAM, sob o Tema: Ciência, Saúde e Lazer**. O edital previu a concessão de recursos para despesas de custeio relacionados à organização do evento. O investimento total para o referido evento foi de R\$ 95.636,50 financiados pelo IFAM e distribuídos de acordo com a Tabela a baixo.

Quadro 7 – Investimento em apoio a promoção em evento científico em 2013.

Campus	Coordenador do Evento	Valor R\$
CMC	Josias Cariolano de Freitas	10.000,00
CMDI	Luiz Henrique Claros Junior	10.000,00
CC	Vlamir do Nascimento Seabra	7.000,00
CL	Ricardo Bento	10.000,00
CMZL	Eliana Pereira Elias	9.000,00
CM	Fredy Veras dos Santos	10.000,00
CP	Vera Lúcia da Silva Marinho	9.637,00
CPF	Jackson Pantoja Lima	9.999,50
CSGC	Vinicius Rematoso Mayer	10.000,00
CT	Ercivam Gomes de Oliveira	10.000,00
Total		95.636,50

Fonte: PPGI

- Participação de Alunos da iniciação científica com trabalho aceito no VII Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica-CONNEPI 2013.

O VI Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (CONNEPI 2013) é um evento anual promovido pela Rede Norte Nordeste de Educação Profissional e Tecnológica e pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação. Reconhecendo a importância do evento na consolidação da pesquisa e da publicação científica no IFAM. Os alunos e professores que aprovaram trabalhos no evento foram selecionados por meio do Edital N° 003/2013 PRPPGI/IFAM VIII CONNEPI. A Tabela a baixo especifica o número de professores e alunos selecionados por campus, além da distribuição do recurso por campus.

Quadro 8 – Participação de Alunos no VII Congresso de Pesquisa e Inovação em 2013

Campus	Valor Unitário (R\$)	Participantes	Total (R\$)
CMC / CMDI	2.490,00	14 alunos	34.860,00
	2.986,00	3 professores	8.958,00
CM	2.860,00	3 alunos	8.850,00
	3.570,00	2 professores	7.140,00
CP	2.990,00	3 alunos	8.970,00
	3.610,00	2 professores	7.220,00
CPF	2.690,00	1 alunos	2.690,00
	3.310,00	1 professor	3.310,00
PC	2.790,00	1 aluno	2.790,00
	3.410,00	1 Professor	3.410,00
CSGC	5.190,00	4 alunos	20.760,00
	5.8410,00	2 Professores	11.620,00
CMZL	2.490,00	1 aluno	2.490,00
	2.986,00	2 Professores	5.972,00
CL	4.810,00	1 Professor	4.810,00
Sub Total			4.810,00
Total Geral			133.850,00

Fonte PPGI

- Participação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, na 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – 65ª SBPC.

A Pró-reitoria de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação com o intuito de fomentar a participação de docentes e estudantes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas com trabalhos de pesquisa de reconhecido valor promoveu a participação de 19 estudantes e 3 professores dos *Campi* da Capital e do Interior na 65ª SBPC, no período de 21 a 26.07.2013, que ocorreu na cidade de Recife estado de Pernambuco, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, conforme especificado na Tabela a baixo.

Quadro 9 – Participação de docentes e discentes na 65ª SBPC

CAMPUS	Alunos	Valor Unitário	Total R\$
CMC	6	R\$ 1350,00	11.100,00
	Diárias	6	
	Passagem Aérea Mao-Recife-Mao	5	
CMDI	2	R\$ 1350,00	3.700,00
	Diárias	6	
	Passagem Aérea Mao-Recife-Mao	2	
CMZL	2	RS 1350,00	3.700,00
	Diárias	6	
	Passagem Aérea Mao-Recife-Mao	2	
CC	2	R\$ 1850,00	4.900,00
	Diárias	7	
	Passagem Aérea (Co-Mao-Co)	2	
	Passagem Aérea Mao-Recife-Mao	2	
CM	2	R\$1850,00	5.100,00
	Diárias	8	
	Passagem Fluvial (Barco) Maués-Manaus-Maués	2	
	Passagem Aérea Mao-Recife-Mao	2	
CP	2	R\$ 2850,00	5.100,00
	Diárias	8	
	Passagem Aérea – Parintins-Manaus-Parintins	2	
	Pass. Aérea – Mao-Recife-Mao	2	

CSGC	2	R\$ 2850,00	3.550,00
	Diárias	8	
	Passagem Aérea – Parintins- Manaus-Parintins	1	
	Passagem Aérea Mao- Recife-Mao	1	
CT	2	R\$ 1350,00	6.500,00
	Diárias	8	
	Passagem Aérea – Tabatinga-Manaus Tabatinga	2	
	Passagem Aérea- Mao- Recife-Mao	2	
DOCENTES PARTICIPANTES DA PR-PPGI e CMDI			
Ana Mena Barreto Bastos			
Gyovanni Augusto Aguiar Ribeiro			
Diego Câmara Sales			
Diárias – Qtd: 6 / Valor Unitário: R\$ 224,00			
Passagem Aérea (Mao – Recife-Mao) Qtd:3 / Valor Unitário R\$ 1250,00			
Total Docentes R\$ 7.782,00			
Total Geral R\$ 51.432,00			

Fonte: PPGI

12.1.5. Publicação da Produção Científica, Acadêmica do IFAM/2013

- Revista Igapó

Publicação da Revista Igapó edição 6 com artigos que são resultados de trabalhos dos servidores do Programa de Mestrado de Engenharia de Produção da UFAM em convênio com o IFAM

12.1.6. Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu

O IFAM oferece 200 vagas para cursos de Especialização em PROEJA, na modalidade EAD com as linhas de estudo em Educação do campus, em Educação Indígena em Educação para a Indústria.

22 vagas no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Física e 12 no Programa de Mestrado em Ensino Tecnológico.

No ano de 2013, o IFAM liberou por meio de Portaria dez (10) servidores para participação em programa de Doutorado e dezesseis (16) para a participação em programa de Mestrado em Instituições de Ensino fora da cidade de Manaus.

12.1.7. Monitoramento das ações implementadas pela PPGI

Os bolsistas da Iniciação Científica do IFAM são selecionados a partir da submissão de projeto de pesquisa ao edital específico de cada campus. Cada bolsista é orientado por um professor/pesquisador que ao final dos 6 meses de bolsa apresenta relatório parcial e ao final, apresenta o resultado da pesquisa para avaliação do Comitê Técnico Científico do Campus. Os resultados são avaliados na Jornada Técnico Científico que ocorre todos os anos nos *campi* do IFAM, coordenado pela Coordenadoria de Pesquisa do campus.

Todas ações de PRPPGI relacionadas a financiamento para a participação de evento são avaliadas e controladas pela entrega de relatórios individuais de professores e alunos, onde os mesmos anexam certificados de participação e de apresentação de trabalhos.

As parcerias estabelecidas entre as instituições para capacitação de servidores em nível de Mestrado e Doutorado são acompanhadas por meio de relatórios parciais e final.

12.2 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

São competências da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

- I. Implementar ações visando ao constante aprimoramento do processo de captação e de atualização de dados institucionais;
- II. Coletar, analisar, disponibilizar e manter atualizados os indicadores de desempenho, dados e estatísticas do IFAM;
- III. Elaborar e dar ampla publicidade aos produtos que retratem e possibilitem uma análise do desenvolvimento institucional do IFAM;
- IV. Coordenar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, de forma participativa e em consonância com a política estabelecida pelos órgãos superiores;
- V. Orientar e apoiar os Campi na elaboração dos seus Planos de Gestão;
- VI. Orientar em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração a elaboração do orçamento dos Campi, em conformidade com o Plano de Ação/Plano Estratégico;
- VII. Coordenar a execução das políticas de recursos humanos em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração;
- VIII. Elaborar o Plano de Ação/Plano Estratégico de sua Pró-reitoria, de acordo com as diretrizes gerais do IFAM;
- IX. Coordenar e controlar o orçamento de sua Pró-reitoria, contida no Plano de Ação/Planejamento Estratégico;

- X. Apresentar a Reitoria o relatório anual das atividades desenvolvidas pela sua Pró-Reitoria;
- XI. Coordenar, superintender e exercer as atividades e funções que lhe forem delegadas pela Reitoria;
- XII. Representar o IFAM nos fóruns específicos e quando se fizer necessário;
- XIII. Atuar na articulação da Reitoria com os Campi;
- XIV. Atuar no planejamento estratégico do Instituto Federal, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos Campi;
- XV. Colaborar com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os Campi, quanto aos planos de investimentos do Instituto Federal;
- XVI. Propor alternativas organizacionais, visando o constante aperfeiçoamento da gestão do Instituto Federal;
- XVII. Supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição;
- XVIII. Zelar pelo cumprimento das metas definidas nos planos do Instituto Federal;
- XIX. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Além de buscar fomentar o desenvolvimento sustentável da Instituição através da política de articulação entre os campi, o que visa facilitar a socialização das normatizações para a execução da inserção de dados nos sistemas, multiplicando o conhecimento para o desempenho das atividades, e garantia de maior confiabilidade das informações, por meio de ferramentas fundamentadas na legislação vigente.

Quadro 11 - Matriz de projetos e ações

Projeto	Ações	Sistema e
Racionalização de processos administrativos	1 - Análise de processos e redesenho de modelos.	SUAP Redmine Portal do IFAM
Aperfeiçoamento e gestão do Sistema Integrado de Administração do IFAM	1-Gestão de informações orga-nizacionais. 2-Memória das demandas admi-nistrativas 3-Estabelecer um procedimento de registro,	SUAP Redmine
Modelo de gestão de TI	1-Fortalecimento da Gestão para Governança de TI para apoiar Planos Estratégicos de Gestão e Planejamento.	Soluções de T.I Equipamentos Serviços
Avaliação Institucional	1-Descrição detalhada e análise crítica de todo o processo de avaliação interna e/ou externa.	Indicadores Parâmetros
Organização Institucional	1-Planejamento Estratégico 2-PDI 3-Plano de Ação Anual 4-PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da	Geplanes Portal do IFAM SUAP
Sistemas Integrantes	1 - Mapeamento Fluxo de processos. 2 - Automatização de processo.	Portal do IFAM. SUAP (automatiza processos).
Divulgação	1- Divulgação de Manuais de Instrução, Cartilhas, etc. 2- Prestar informações, esclarecimentos e orientações.	Portal do IFAM.
Gestão Ambiental	1- Racionalização dos gastos. 2 - Apresentação de melhores práticas de gestão do gasto público. 3 - Boas práticas dos servidores.	Termo de Referência para implantação da coleta seletiva dos Campi.

Fonte: PRODIN

12.2.1. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Durante o ano de 2013 basicamente trabalhou-se na execução das ações a partir de definições das unidades executoras em conjunto com os setores administrativos e acadêmicos.

Trabalhou-se no atendimento as necessidades latentes das unidades. Essas necessidades basicamente relacionaram-se à infraestrutura para as atividades finalísticas e meio. Nesse sentido foram elencadas prioridades, nos campi, e a partir delas, autorizada a execução. Neste contexto foram definidas as ações a serem implementadas nos campi e Reitoria.

A tomada de decisão se deu geralmente em processo democrático a partir das demandas levantadas pelos setores envolvidos no processo. Deve-se ressaltar que a grande maioria dessas demandas oriundas do dia-a-dia nos campi, principalmente no que tange ao gasto com despesas de custeio, sem um planejamento detalhado de médio e longo prazo contundente, apesar das ações macros estarem em evidência no PDI.

É importante frisar que o Instituto Federal do Amazonas está em fase de reestruturação e expansão, o que geram constantes demandas não previstas no planejamento prévio das ações.

Outro fator está relacionado à forte readequação de pessoal e mobilidade dos mesmos no âmbito do Instituto, o que acaba gerando demora e entraves na concepção e execução de ações específicas para atender as atividades macros.

Desta forma, o IF Amazonas, consolida-se como Instituição multicampi e garante a interiorização da educação profissional, sobretudo pela sua inserção em diversos territórios de identidade que compõem o Estado.

Quadro 12 - Modificações implantadas em processo de trabalho

Pró-Reitoria / Diretoria/	Processo de Trabalho	Alterações Implantadas	Impactos Resultantes
PRODIN	Avaliação do Plano de Desenvolvimento Anual.	Mediação e Articulação da avaliação por GT do próprio Campus a partir das orientações da DIPLAN/PRODIN.	Menor custo para realização do Planejamento, maior autonomia e responsabilidade p/os campi.
	Construção do Plano de Desenvolvimento Anual.	Manual para elaboração dos Planos de Desenvolvimento sob a orientação da DIPLAN/PRODIN.	Menor custo para realização do Planejamento, maior autonomia e responsabilidade p/os campi.
	Coleta de dados e informações para o relatório de gestão.	Construção de instrumentos e metodologia para a coleta de dados e informações institucionais.	Informações e dados consolidados de forma mais eficaz e garantindo mais consistência ao Relatório

Fonte: PRODIN

Durante o ano de 2013, a PRODIN logrou êxito em várias frentes, destacando-se, principalmente:

12.2.2. Proposição de Políticas de Gestão

- Consolidação da Política de Tecnologia da Informação e Comunicação de dados
- Fortalecimento da Política de Segurança da Informação
- Política de Responsabilidade Socioambiental
- Política de Infraestrutura
- Política de Gestão do Conhecimento e da Informação

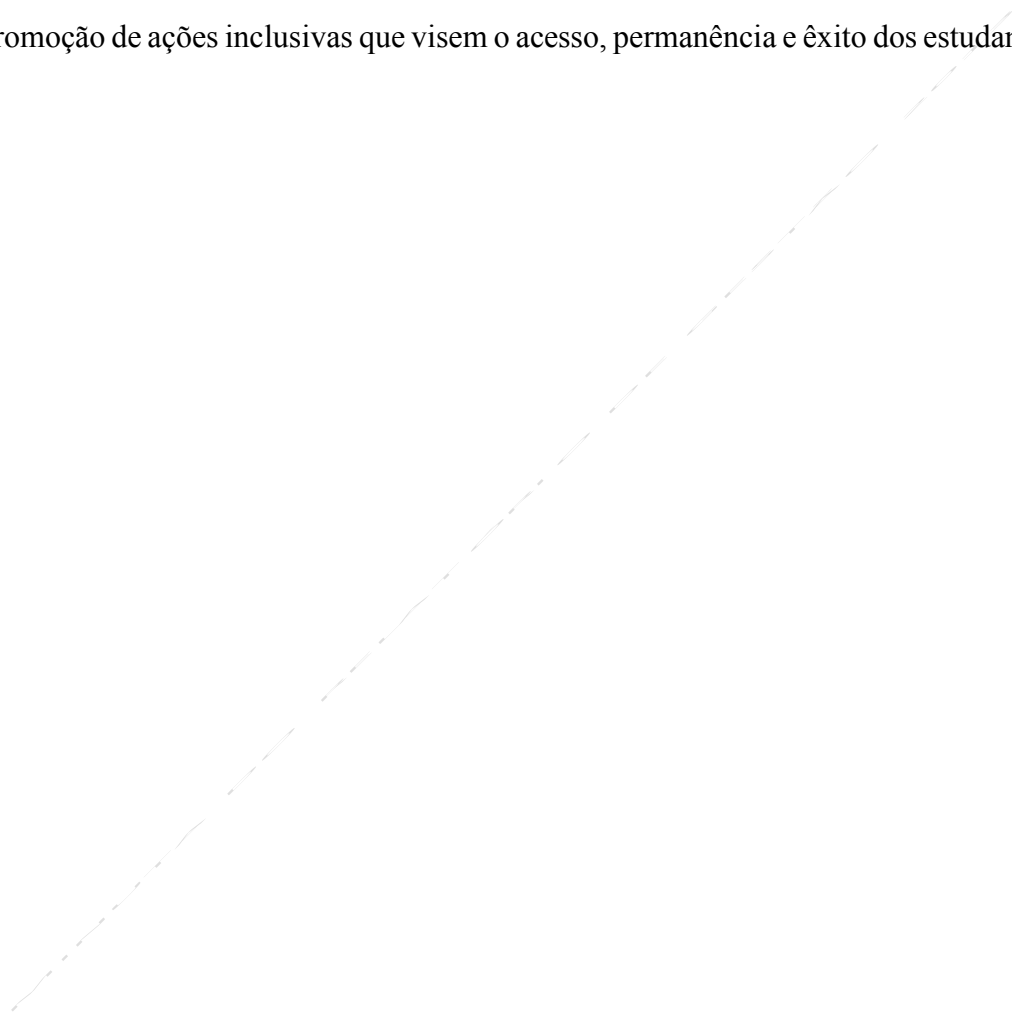


12.2.3. Proposição de Diretrizes de Gestão

- “Tratar o ensino como atividade central em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos campi”.

“Avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão”.

- “Promoção de ações inclusivas que visem o acesso, permanência e êxito dos estudantes”.





12.2.4. Departamento de Engenharia

Através da Portaria nº 668-GR/IFAM, de 15/05/2013 o Departamento de Engenharia passou para a PRODIN.

O Departamento de Engenharia no ano de 2013 emitiu 90 Notas Técnicas, 70 Pareceres Técnicos, realizou 42 visitas técnicas, emitiu 05 Termos de Recebimento Provisório, 01 Termo de Recebimento definitivo e logrou êxito em um habite-se.

Quadro 13 – Demandas do Departamento de Engenharia em 2013

ITEM	DATA ENTRADA	DATA SAÍDA	DOC.	ASSUNTO	RESP.	STATUS			OBS.
						A EXE.	AND.	CONC.	
1		30/04/2013	ord. Serv.	Fiscalização da obra de Construção da Piscina do IFAM-Campus Lábrea	Péricles Veiga		X		Acompanhamento dos serviços
2			ord. Serv.	Fiscalização da obra de Construção dos Laboratórios	Péricles Veiga		X		Acompanhamento dos serviços
3			ord. Serv.	Obra de reforma dos alojamentos	Péricles Veiga		X		Acompanhamento dos serviços
4			ord. Serv.	Adequação do projeto da subestação junto a Amazonas Energia	Péricles Veiga		X		Recolher informações dos projeto para aprovação na Concessionária
5			ord. Serv.	Fiscalização da obra de construção da Garagem do CMC	Péricles Veiga			X	Conclusão da Obra
6			ord. Serv.	Fiscalização da obra de reforma do Ginásio Elias Jacob Benzecry	Péricles Veiga		X		Acompanhamento dos serviços - Respondendo a Procuradoria



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

									sobre paralização da obra
7			ord. Serv.	Obra de reforma do Gabinete Médico odontológico	Péricles Veiga			X	Conclusão da Obra
8			ord. Serv.	Acompanhamento do piso da sala de dança do IFAM CMC	Péricles Veiga	X			Início do projeto básico
9			ord. Serv.	Obra de construção da Piscina, arquibancada e vestiários	Péricles Veiga		X		Acompanhamento dos serviços
10			ord. Serv.	Fiscalização dos projetos expansão fase III	Péricles / Ana Dias		X		Acompanhamento dos serviços
11			ord. Serv.	Fiscalização da obra de construção do CDI	Péricles Veiga		X		Acompanhamento dos serviços
12			ord. Serv.	Acompanhamento do processo de aplicação de sanções a empresa RCM	Péricles / Ana Dias		X		Recolhimento de informações para instrução do processo de punição
13			ord. Serv.	Acompanhamento das atividades executadas pela empresa Souza Neto	Péricles / Ana Dias		X		Acompanhamento dos serviços
14			ord. Serv.	Fiscalização da obra de Reforma da Reitoria	Péricles Veiga		X		Acompanhamento dos serviços
15	01/01/2011		ord. Serv.	Fiscal de obra Campus Rio Branco	Fernando /Marcelino		X		
16	12/02/2013			Relatorio obra Ariquemes (fiscal de obra-cont. vencido)	Fernando /Marcelino			X	
17	01/01/2010		ord. Serv.	Fiscalização Obra Porto Velho	Fernando /Marcelino		X		em andamento
18	01/01/2010		ord. Serv.	Fiscal de obra - Cruzeiro do Sul	Fernando /Marcelino		X		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

19	01/02/2011		ord. Serv.	Fiscalização das obras em São Gabriel da Cachoeira	Fernando		X		
20	01/02/2012		ord. Serv.	Fiscalização de Obra - Reitoria	Fernando		X		
21	01/10/2010		ord. Serv.	Fiscal de obras no Campus Sena Madureira	Fernando /Marcelino		X		
22	01/10/2012		ord. Serv.	Fiscal da obra de Maués	Fernando		X		
23	01/10/2012		ord. Serv.	Fiscal da obra de Lábrea	Fernando		X		
24	01/02/2013			Relatorio fotografico e recomendações - re-serviço Campus Rio Branco	Fernando /Marcelino		X		
25	06/12/2012			Contratação de Projeto e tramite no RBTRANS-AC	Fernando		X		Ver como está o projeto basico.
26	28/01/2013			Visita e Relatorio da obra emergencial Campus Presidente Figueredo	Fernando /Marcelino	X			
27	01/04/2011			Apoio técnico na obra do CDI do CMDI	Fernando		X		
28	01/12/2012			Campus Rio Branco - Arquitetura as biult	Fernando		X		
29	01/12/2012			Ajuste no projeto de Ar-condicionado	Fernando			X	
30	04/03/2013			Verificação diário de obras de CSGC	Fernando / Ana Dias			X	
31	01/06/2012			Desenvolvimento Projeto Auditório CSGC	Fernando	X			
32	01/06/2011			Desenvolvimento projeto Cine/Teatro	Fernando	X			
33	01/06/2011			Projeto CDI - CMDI	Fernando			X	
34	01/06/2012			Ante-projeto Predio nanotecnologia - CMDI	Fernando			X	
35	01/04/2012			Campus Rio Branco - Prefeitura	Fernando/ Ana Dias		X		
36	01/04/2011			Campus Rio Branco - IMAC	Fernando		X		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

37	01/01/2013			Quantificação de área para percianas e insulfime - reitoria	Fernando	X			
38	01/10/2012			Carta de compromisso e pedido de regularização e habite-se campus Rio Branco	Fernando/ Ana Dias	X			
39	01/11/2010			Membro equipe de Segurança do Trabalho	Fernando/ Carla Dias		X		Solicitação de saída - 2013
40	12/11/2012		MEMO	Elaboração de projeto arquitetônico de “depósito central” para coleta seletiva para os campi	Ana Kalina		X		
41	27/02/2013		despacho-prodin	Adequação do projeto arquitetônico de “depósito central” para coleta seletiva do campus IFAM/CMC	Ana Kalina		X		
42	16/11/2012			Viabilizar a mudança de layout da biblioteca do IFAM do CMC	Ana Kalina		X		
43	24/09/2012			Projeto arquitetônico dos sanitários do setor de artes do IFAM CMC	Ana Kalina	,	X		
44	24/09/2012			Elaboração de projeto arquitetônico de serviços de construção, inclusive serviços não concluídos no setor de artes (parte do mesmo projeto básico)	Ana Kalina		X		
45	25/05/2012			Elaboração de projeto arquitetônico de duas rampas para cadeirantes ligando a biblioteca à ala administrativa e a ala administrativa ao bloco paralelo à av. Visconde de Porto Alegre	Ana Kalina		X		
46	01/03/2012			Encaminhamento à comissão de fiscalização da entrega definitiva da obra de reforma e ampliação da reitoria IFAM CMC	Ana Kalina		X		
47	01/12/2012		informal	Elab. de projeto de ampliação arquitetônica do prédio anexo e sol. de visita p/ opinar sobre mudança na impl. - Coari	Ana Kalina	X			

Por fim, deve-se acrescentar que, durante o ano de 2013, a PRODIN encontrou alguns obstáculos à plena execução de seus objetivos. Nesse sentido, as principais dificuldades decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários para despesas com diárias e passagens, novos investimentos para modernização administrativa.

12.3 Pró-Reitoria de Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena e supervisiona as estratégias, diretrizes e as políticas de extensão, inovação e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e a pesquisa, junto com os diversos segmentos sociais ligados ao IFAM. (*Art. 2º da Resolução nº 35 de 17/12/2012*)

Nesse sentido, tem sido realizado um sólido e intenso trabalho de integração do IFAM com as empresas regionais, com as instituições de ensino públicas e privadas, prefeituras e governo estadual, além das relações internacionais, para que a Instituição possa constituir-se num pólo de referência no ensino profissionalizante de nível básico, técnico e tecnológico no estado e na região.

Destacamos o desenvolvimento das ações sistêmicas de extensão, no ano de 2013:

12.3.1. Incentivo e fomento às ações de extensão

Compreende-se a ação extensionista como a prática acadêmica que interliga o IFAM com as demandas da comunidade, possibilitando à formação de discentes no exercício de sua plena autonomia.

Pelo **Programa de Incentivo ao Desenvolvimento de Programas e Projetos de Extensão** foram concedidas **75(setenta e cinco) bolsas**, para estudantes de nível superior e médio, distribuídas entre os dez Campi. Foram financiados pelo IFAM **54(cinquenta e quatro) projetos**. Desses projetos, foram selecionados **75 bolsistas**, sendo **20(vinte) alunos do Ensino Superior** e **55(cinquenta e cinco) alunos do Ensino Técnico de Nível Médio**. Os recursos do orçamento institucional destinado à PROEX, para custear as bolsas de extensão até dezembro de 2013, foram no valor de **R\$ 71.600,00(Setenta e Hum Mil e seiscentos Reais)**, assim distribuídos: Bolsas para alunos do Ensino Técnico de Nível Médio **R\$ 39.600,00(Trinta e Nove Mil e Seiscentos Reais)** e Bolsas para alunos do Ensino Superior, no valor de **R\$ 32.000,00(Trinta e Dois Mil Reais)** mais **R\$ 64.800,00(Sessenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais)**, referente à Auxílio Financeiro

ao pesquisador. O total do valor de investimento nos Projetos de extensão do IFAM até dezembro de 2013 foram **R\$ 136.400,00(Cento e Trinta e Seis Mil e Quatrocentos Reais)**.

Tabela 107 Indicadores dos Projetos de Extensão

CAMPUS	Nº de Projetos	Nº DE SERVIDORES Professores e/ou Técnico- Administrativo	Nº de Alunos	Nº de Beneficiários
Coari	05	13	08	3.030
Lábrea	01	01	02	130
Manaus Centro	11	25	31	10.883
Manaus Zona Leste	07	19	09	1.840
Manaus Distrito Industrial	-	Não teve projeto aprovado	-	-
Maués	03	09	08	1.389
Parintins	05	08	09	3.650
Presidente Figueiredo	16	33	21	7.500
São Gabriel da Cachoeira	03	05	06	550
Tabatinga	03	03	06	1.390
TOTAL	54	121	100	30.362

Fonte: PROEX

12.3.2. Fortalecimento da cultura empreendedora.

A prática do empreendedorismo tem se destacado com a falta de emprego e estágios em empresas privadas, sendo um dos fatores motivacionais para o aumento do número de pessoas com disposição de assumir riscos e abrir seu próprio negócio. A Incubadora de Empresas – AYTY do IFAM, que faz parte do Programa Nacional de Empreendedorismo do MEC em parceria com o SEBRAE, objetiva divulgar a cultura empreendedora, com a finalidade de formar docentes e discentes com visão empresarial, de negócio por na aquisição de conhecimentos práticos e administrativos.

Resultados do ano de 2013:

Tabela 108- Indicadores da AYT

EMPRESAS			Procura por Incubação (empresas e Pessoas físicas)	Projetos	Palestras Educativas			Participação em Eventos
					Quant	Beneficiários		
						Aluno	Externo	
Incubadas	Graduadas	Associadas	20	12	02	40	50	47
00	00	03						

12.3.3. Formação Profissional, com ênfase à certificação, formação inicial e continuada e à relevância social.

No conjunto de princípios expressos na Lei 11.892, de 30 de dezembro de 2008 que criou os Institutos Federais deu ênfase a importância da Extensão e sua indissociabilidade do Ensino e da Pesquisa. Neste sentido, a Pró-Reitoria de Extensão vem atuando com o objetivo nortear e ampliar as ações de extensão desenvolvidas pelo IFAM, nos seus diversos Campi. Priorizou-se aqui a consolidação do PRONATEC.

12.3.3.1. Formação Inicial e Continuada

Concretiza o compromisso da comunidade acadêmica em contribuir para o desenvolvimento da região, a sustentabilidade das famílias e a diminuição da vulnerabilidade social. Compreende a oferta de cursos de capacitação, qualificação e atualização em todos os níveis de escolaridade. Os cursos de FIC são flexíveis quanto aos conteúdos formativos ministrados e a carga horária.

Tabela 109- Cursos de Qualificação Profissional (fora do PRONATEC)

Campus	Nº de Cursos	Nº de Matriculados	Nº de Concluintes	%
Coari				
Lábrea				
Manaus Centro		2.954	2.723 *	92%
Manaus Zona Leste				
Manaus Distrito Industrial	01**	257	Em andamento	
Maués	15	1.000	838	83%
Parintins	03	70	64	91%
Presidente Figueiredo	01	38	38	100%
São Gabriel da Cachoeira				
Tabatinga	01	24	24	100%
TOTAL	21	7.227	3.687	

Fonte:PROEX (*) Em parceria com a FAEPI (**) CMDI IDIOMAS em parceria com a FAEPI

Outras parcerias:

Realizado através da parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, o Projeto MULHERES NA CONSTRUÇÃO CIVIL – REVESTIMENTO CERÂMICO E PINTOR DE OBRAS visa o processo de capacitação profissional das mulheres em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo habilidades, aptidões e saberes teóricos e práticos da área da construção civil, integrados com os conhecimentos e questões de gênero e raça, além de dar oportunidade de exercerem sua cidadania, contribuindo para melhoria de sua qualidade de vida, de toda família e da comunidade em que vivem. No ano de 2013 foram certificadas 95(noventa e cinco) mulheres, do total de 100(cem) mulheres inscritas.

Os cursos do PROMIMP da parceria entre IFAM e PETROBRÁS realizados em 2013 foram matriculados 180 pessoas e foram certificadas 176 pessoas, perfazendo o total de 97% o índice de aproveitamento.

O projeto SMS PETROBRÁS realizados em 2013 obtiveram 3.841 matriculados, sendo certificados 3.742 pessoas, perfazendo o total de 97% o índice de aproveitamento.

12.3.3.2. PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) criado por meio da Lei nº. 12.513, de 26/10/2011, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. A pactuação 2013 foi realizada no SISTEC pelos seus 10 (dez) *campi* envolvidos e validada pela Coordenação Geral do Pronatec/PROEX/Reitoria.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em 2013, apresentou os seguintes resultados:

Tabela 110 - Pactuação e Conclusão em Curso do Pronatec

MODALIDADE DE CURSO	Nº de Turmas	Alunos Matriculados	Desistentes Evadidos	Alunos Concluídos	%
FIC	127	4.935	2.050	2.885	58%
TÉCNICO CONCOMITANTE	46	1.705		856 *	50%
TOTAL	300	6.640	2.050	3.741	56%

(*) Turmas concluídas, mas ainda possuem turmas em andamento.

Tabela 111 - de Pactuação e conclusão em cursos do PRONATEC, por campus.

Campus	Modalidade de Curso	Qtd.	Alunos Matriculados	Desistentes Evadidos	Alunos Concluídos	% (índice de aproveitamento)
COARI	FIC	07	175	48	127	72,6%
	TÉCNICO CONCOMITANTE	06	230		98 *	43%
	TOTAL	13	405	48	225	55,5%
LÁBREA	FIC	16	650	160	490	75,4%
	TÉCNICO CONCOMITANTE	03	120		62 *	52%
	TOTAL	19	770	160	552	72%
MANAUS CENTRO	FIC	19	720	173	547	54%
	TÉCNICO CONCOMITANTE	09	340		132 *	39%
	TOTAL	26	1.060	173	679	64%
MANAUS ZONA LESTE	FIC	14	505	238	267	53%
	TÉCNICO CONCOMITANTE	05	190		64 *	34%
	TOTAL	19	695	238	331	48%
MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	FIC	08	600	390	210	35%
	TÉCNICO CONCOMITANTE	06	230		58 *	25%
	TOTAL	14	830	390	268	32%
MAUÉS	FIC	09	222		222	100%
	TÉCNICO CONCOMITANTE	03	110		48 *	44%
	TOTAL	12	332		270	81%
PARINTINS	FIC	17	900	681	219	24%
	TÉCNICO CONCOMITANTE	04	120		103 *	86%
	TOTAL	21	1.020	681	322	31,5%

PRESIDENTE FIGUEIREDO	FIC	15	570	218	352	62%
	TÉCNICO CONCOMITANTE	04	150		26 *	17%
	TOTAL	19	720	218	378	52,5%
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	FIC	12	318		318	100%
	TÉCNICO CONCOMITANTE	03	105		55 *	52%
	TOTAL	15	423		373	88%
TABATINGA	FIC	10	275	142	133	48%
	TECNICO CONCOMITANTE	03	110		50 *	45%
	TOTAL	13	385	142	183	47,5%

(*) Turmas concluídas, mas ainda possuem turmas em andamento.

12.3.4. A responsabilidade social da Instituição

12.3.4.1. Fortalecimento das relações com a comunidade/parcerias e cooperação com instituições e empresas.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), por meio dos Setores de Extensão, em 2013 obteve um quantitativo de **520 (Quinhentos e Vinte) instituições públicas e privadas nacionais e 02 (duas) instituições internacionais**, para a efetivação de capacitação profissional, estágios, visitas técnicas, projetos de extensão, dentre outros, fortalecendo assim as relações do IFAM com a sociedade no que concerne a responsabilidade social.

Com vistas às ações de inclusão social, nos últimos anos tem sido uma prática, no IFAM, deliberar e discutir acerca da inclusão de pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social e de diversidade étnico-cultural.

Em 2013, o IFAM desenvolveu as seguintes ações de assistência comunitária e inclusiva:

12.3.4.2 Programa “Mulheres Mil”

Está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do IFAM, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. A meta é garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica dos municípios do Amazonas.

Por meio de Edital, nos **sete Campi** – Manaus Centro, Presidente Figueiredo, Parintins, Tabatinga, Lábrea, Maués e Coari, foram selecionadas **660 (seiscentos e sessenta) mulheres** em situação de vulnerabilidade social para participarem de cursos de qualificação profissional e geração de renda, em atendimento as especificidades do mundo do trabalho local, das quais **525 (quinhentos e vinte e cinco) mulheres foram certificadas**, perfazendo o total de 79,5% das alunas matriculadas nos cursos. Abaixo, o demonstrativo estatístico por campi:

Tabela 112 - Programa Mulheres Mil

CAMPUS	Nome do Curso	C.H	Nº de Alunas Matriculadas	Nº de Alunas Concluintes	%	Nº de Evasão	%	Evento	Visitas Técnicas/Culturais
Manaus Centro	Pintura e Texturização	160	100	75	75%	25	25%	03	02
Parintins	Auxiliar de Cozinha	280	50	40	80%	10	20%	02	01
	Artesanato de Biojóias	200	50	40	80%	10	20%	02	01
Presidente Figueiredo	Cuidadora Infantil	290	78	43	55%	31	41%	02	01
Maués	Artesanato	200	100	90	90%	10	10%	02	01
Lábrea	Agricultura Orgânica	160	25	25	100%			01	01
	Cuidador de Idoso	160	24	24	100%			01	01
	Manicure e Pedicure	160	25	25	100%			01	01
	Confecção de Bijuteria	160	24	24	100%			01	01
Tabatinga	Horticultura	200	91	71	78%	20	22%	02	01
Coari	Auxiliar Administrativo	180	100	86	86%	29	29%	02	01
TOTAL			659	543	79,5%	135	20,5%	19	12

Fonte: PROEX

12.3.4.3 Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE.

O Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que em seu artigo 2º preceitua que cabe aos órgãos e às entidades do poder público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos a educação, e de outros que, decorrentes da constituição e das Leis, propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico. Para tanto, o IFAM possui seis NAPNEs, assim distribuídos: Campus Manaus-Centro, Campus Zona Leste, Campus Manaus Distrito Industrial, Campus Parintins, Campus Presidente Figueiredo, Campus Tabatinga e Campus Coari.

Tabela 113 - Atividades dos NAPNEs/Projeto Curupira

AÇÃO	Quant	Nº de Beneficiários Não PCD's	%	Nº Beneficiários PCD's	%	Total
Cursos de Qualificação Profissional	08	114	79%	63	21%	177
Pessoas atendidas no Espaço Curupira, ações diversas	327	-	-	-	-	327
Eventos (Palestras, Seminários, etc.)	05	1094	-	-	-	1.094
Total Geral						1598

Curso de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
Nível: **APERFEIÇOAMENTO - 180 h/a**

Tabela 114 - Atividades dos NAPNEs/Projeto Arumã

Público Alvo	Período	Nº DE PARTICIPANTES, POR MUNICÍPIO.										Total
		Iranduba		Itacoatiara		Presidente Figueiredo		Manaus		Urucará		
		Início	Final	Início	Final	Início	Final	Início	Final	Início	Final	
Professores da Rede Municipal, Educação Básica 2ª e 3ª Edição	06/05 a 09/08/13	71	71	62	62	63	63	-	-	-	-	196
	12/08/13 a 30/01/14	71	71	-	-	43	43	30	30	62	62	206
Total Geral												402

Fonte: PROEX

12.3.5. Curso de Qualificação Profissional em Informática

Em 14 de novembro de 2012, foi instituído no IFAM o **Núcleo de Tecnologia Assistiva** através da Portaria nº 1219-GR/IFAM, com a finalidade de elaboração de projetos de pesquisa, desenvolvimento ou inovação voltados para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Produções:

- **Minha Tabuada em Libras**, tem por objetivo facilitar a aprendizagem e também promover uma educação voltada integralmente para o atendimento da pessoa surda;
- **Direitos no Trânsito – Manual da Pessoa com Deficiência**, tem como objetivo disponibilizar a pessoa com deficiência, seus familiares, pessoas que trabalham ou atuam com eles e demais interessados, os instrumentos legais existentes e que amparam no que se refere aos objetos e ambientes necessários a sua locomoção no trânsito;
- **Manual de Acessibilidade**, é um instrumento de consulta para aplicação de recursos acessíveis na televisão para pessoa com deficiência auditiva e visual;
- **Negrinho e Solimões**, é o primeiro livro da Coleção Curupira de Literatura Inclusiva, é portanto uma proposta de experiência de inclusão;

- **Super dicas de Bolso**, é uma coletânea que nasce com o propósito de subsidiar o ato de lidar, abordar e conviver com a pessoa com deficiência;
- **Passo a Passo Para a Construção de Materiais Pedagógicos**, é o primeiro livro da Coleção Curupira: Educação para a Convivência, voltado para os profissionais, pais e sociedade em geral que se interessam pela temática.

- **Projeto de Voluntariado**

Visando desenvolver a responsabilidade social, o IFAM desenvolve anualmente projetos de voluntariado visando a promoção humana, onde os servidores e alunos se dedicam às atividades de palestras, oficinas de capacitação, atendimento de orientação médica, odontológica, jurídica e lúdica em bairro carente nos diversos Campi. Abaixo destacamos algumas ações:

1. Campus Lábrea-Am

No dia 23 de outubro de 2013, ocorreu a doação de 300 quilos de alimentos e brinquedos arrecadados durante a realização da IV Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFAM Campus Lábrea. Foram beneficiados pela ação comunitários do ramal do Tauaruã, Dona Maróca moradora do Bairro São José e o Centro Esperança, instituição tradicional do município de Lábrea que oferece apoio à juventude local. Participaram da entrega o Diretor Interino do Campus Lábrea Valdecir dos Santos Nogueira, o Coordenador de Pesquisa e Inovação, Prof. Ricardo Bento e o Coordenador de Extensão Prof. Rodrigo Ferreira de Lima.

• TELECENTRO

O Telecentro funciona com a participação de alunos dos cursos Técnico em Informática e Tecnologia em Desenvolvimento de Software, que são capacitados pela Coordenação do Telecentro Comunitário para ministrar as aulas. Realiza inclusão digital de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, e dentre esse público, também são atendidas pessoas com deficiência, pessoas na 3ª idade, dentre outros.

O curso de Informática Básica e Internet têm a carga horária de 40 horas e o material didático foi todo elaborado para este fim. Em 2013 foram inscritas 197 pessoas, das quais 82 pessoas foram certificadas, perfazendo 41% do total de pessoas inscritas.

12.3.5 .Políticas de Atendimento aos discentes.

12.3.5.1 Programa de Estágio Curricular

No Programa de Estágio Curricular do IFAM no ano de 2013, temos:

Tabela 115 - Indicadores de Atividades de Estágio

Campus	Nº de Empresas conveniadas em vigor	Nº de Novas Empresas Conveniadas	Nº de Alunos Encaminhados para Estágio	Nº de Alunos Estagiários	Nº de Alunos em Projetos	Nº de Alunos Diplomados	Nº Atividades Orientação de Estágio
Coari	30	10	80	80	10	52	02
Lábrea	05	05	77	77	15	80	01
Manaus Centro	170	31	622	622	21	507	01
Manaus Distrito Industrial	126	25	39	136	80	NI	02
Manaus Zona Leste	03	03	18	18	NI	NI	NI
Maués	05	12	165	165	15	37	03
Parintins	13	8	301	301	33	164	02
Presidente Figueiredo	24	03	150	137	05	249	01
São Gabriel da Cachoeira	27	NI	219	219	06	106	02
Tabatinga	12	08	257	145		81	02
TOTAL	415	105	1.928	1.900	185	1.276	16

Fonte: PROEX

12.3.5.2. Projeto de Visitas Técnicas e Acompanhamento de Egressos

Essa ação também tem a finalidade de integralizar o ensino a realidade do mundo produtivo, fazendo-se presente na realidade socioeconômica do Município. No IFAM em 2013 foram realizados:

Tabela 116 - Indicadores de Visitas, Encontros, etc.

Campus	Nº de Visitas Técnicas	Nº de Participantes	Nº de Encontros de Egressos	Nº de Participantes	Nº de Encontros de Escola e Empresa
Coari	03	150	01	50	01
Lábrea	03	90			02
Manaus Centro	42	812	01	150	0
Manaus Distrito Industrial	07	85	01	70	0
Manaus Zona Leste			01	50	02
Maués	06	140			02
Parintins	11	244	02	46	04
Presidente Figueiredo	10	215	0	0	0
São Gabriel da Cachoeira	01				
Tabatinga	01	34			
TOTAL	84	1.770	06	366	11

12.3.6. Relações Internacionais

12.3.6.1. Cooperação Internacional

A cooperação internacional é umas das ações que vem se fortalecendo a cada dia no âmbito institucional do IFAM. O Instituto por meio da Assessoria de Relações Internacionais - ARINT procede à transferência de conhecimento e estabelece parcerias educacionais com outros países, promovendo a interação com organismos e instituições de ensino internacionais.

Tabela 117 - Convênios celebrados

INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	PERÍODO	DURAÇÃO
Serviço de Cooperação e Ação Cultural da embaixada da França no Brasil Objeto: Contrato de Estágio	A cooperação se refere ao Contrato de Estágio Master 2 – Engenharia de Ensino e Formação de formadores FLE/FLS, que o estagiário realizará no âmbito de seu programa de formação universitária, junto ao IFAM.	15/09/2012 a 14/06/2013	9 meses
Memorando de Entendimento entre College of the Rociés Internacional – COTR no Canadá e o IFAM	Estabelecer uma aliança estratégica com o objetivo de promover iniciativas de interesse comum, explorar as oportunidades, facilitar a troca de materiais, facilitar as atividades de desenvolvimento profissional, explorara as oportunidades de pesquisa aplicada em colaboração; desenvolver atividades de formação e materiais adequados para as Empresas, Instituições e Departamentos governamentais	19/09/2013 a 19/09/2018	60 meses (cinco anos)
Total	02 (dois) acordos		

Tabela 118 - Outras Atividades

Cursos	Local	Nº de participantes				TOTAL
		Período	Servidores	Alunos	Externo	
Curso Básico de Francês, ministrado pelo estagiário francês David Bodin Hullin.	IFAM-Campus Manaus Centro	10/10/12 a 10/03/13		44	01	45
	IFAM-Campus Lábrea	30/04 a 07/06/13		28	01	29
Aplicação de Exames TOEFL ITP	IFAM-Campus Manaus Centro	20 a 22/07/13	04	16	01	21

Fonte PROEX

12.3.7. EVENTOS

Tabela 119 - Realização e Participação em Eventos de Extensão, por Campus

CAMPUS	Quantidade		Nº de participantes		
			Servidores	Alunos	Externo
	Interno	Externo			
Coari	06	03	68	1497	
Lábrea	03	-	53	480	-
Manaus Centro	04	03		-	-
Manaus Distrito Industrial	02	02	35	135	41
Manaus Zona Leste	03	-	100	400	12000
Maués	05	04	82	2002	5000
Parintins	09	04	177	1808	1404
Presidente Figueiredo	14	05	302	1820	400
São Gabriel da Cachoeira	10	03	268	2202	690
Tabatinga	03	-	300	300	-

12.4 Pró-Reitoria de Ensino

12.4.1. Programas e Projetos

Escola Técnica Aberta do Brasil – e-TEC Brasil

O Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC Brasil), no âmbito da política de expansão da educação profissional do IFAM, se consubstancia como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação da Secretaria de Educação a Distância e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. O objetivo central do e-TEC Brasil no IFAM é possibilitar o acesso por parte das populações amazônidas aos cursos técnicos deste sistema de ensino, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio com uma formação profissional que os capacite a ingressar no mundo do trabalho. Desta feita, os seguintes Cursos de EaD foram ofertados nos municípios do Amazonas pela Rede e-Tec Brasil/IFAM no 1º semestre de 2013 em Manaus (*Campus* Manaus Centro e *Campus* Manaus Zona Leste), Iranduba, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Nhamundá, Parintins, Maués, Tefé, Eirunepé e Tabatinga: Técnico em Agente Comunitário de Saúde, Técnico em Agropecuária, Técnico em Comércio, Técnico em Eventos, Técnico em Recursos Pesqueiros e Técnico em Redes de Computadores. No tocante ao 2º semestre de 2013 foram atendidos os municípios de Manaus (*Campus* Manaus Centro e Secretaria Municipal de Manaus), Rio Preto da Eva, Tefé e Eirunepé com os cursos: Técnico em Secretaria Escolar, Técnico em Alimentação Escolar, Técnico em Infraestrutura e Técnico em Mídias Didáticas.

Universidade Aberta do Brasil – UAB

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, municípios e do Distrito Federal. O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem



como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas. Assim, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades. O IFAM, na qualidade de Instituição Pública de Ensino Superior integrante do Sistema UAB, possui três cursos aprovados pela CAPES para a oferta na modalidade a distância: o Curso de Formação Pedagógica de Docentes, o Curso de Licenciatura em Física e o Curso de Especialização em Gestão Pública. Dentre os cursos citados, o único que está ativo é o de Formação Pedagógica com 104 cursistas. Os demais ainda estão em processo de articulação das ofertas para 2013 junto aos Polos de Apoio Presencial da UAB nos Estados do Amazonas e Roraima.

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA

Atendendo às diretrizes nacionais do programa, o PROEJA no IFAM pretende contribuir para a superação do atual quadro da educação brasileira, em particular no Amazonas, ao contribuir com oferta de cursos na perspectiva da integração da educação profissional à educação básica a partir de metodologia específica. Em 2013, o IFAM ofertou cursos de Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos *campi* Coari, Lábrea, Maués, Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial, Manaus Zona Leste, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga.

Programa Nacional de Assistência Estudantil (PAES)

A Política de Assistência Estudantil do IFAM constitui-se em um dos pilares que vem atender o processo de consolidação da nova relação entre estrutura organizacional e gestão com bases inclusivas, tendo como um de seus instrumentos legais o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados na Rede Pública Federal de Educação ao dispor sobre a democratização das condições de acesso, permanência e êxito, bem como a redução das taxas de retenção e evasão.

Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica e ao Emprego – PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pela Lei 12.513/2011, tendo como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contribuindo para a melhoria da qualidade do Ensino Médio público, por meio da Educação Profissional, e ampliando as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional. Aos alunos é concedida uma Bolsa-Formação: a “Estudante” e a “Trabalhador”. Na Bolsa-Formação Estudante, os **cursos técnicos** partir de são destinados aos alunos das redes públicas de ensino médio com carga horária a partir de 800 horas. Já a Bolsa-Formação Trabalhador oferece **cursos de qualificação** a pessoas em vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis.

Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO)

O Profucionário é um programa que visa ofertar a formação continuada de servidores das unidades de ensino de diferentes sistemas, formação esta compatível com a atividade que exerce na escola. No ano de 2012, o IFAM foram ofertou 1.000 vagas à comunidade, abrangendo os Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente na Modalidade de Educação a Distância em Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar. As turmas atendidas compreenderam a capital do Amazonas (*Campus* Manaus Centro do IFAM e as unidades escolares da Secretaria Municipal de Manaus) e os municípios do Rio Preto da Eva, Eirunepé e Tefé.

Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND)

O PROLIND é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, estimulando o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. O objetivo é formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das comunidades indígenas. No IFAM, está sendo ofertado no *Campus* São Gabriel da Cachoeira o Curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Rio Negro com Formação em Física para 45 professores indígenas em processo de formação da área. Dentre os grupos étnicos atendidos, estão: Tukano, Baniwa, Kuripako, Baré, Tariano, Dessano, Tuyuka, Yanomami, Werekena, Piratapuia, dentre outros.

Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR)- presencial

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, na modalidade presencial, é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e consiste no resultado da ação conjunta entre o Ministério da Educação, as instituições públicas de Educação Superior e as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios com o objetivo de induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

Em 2013 aconteceu a formatura de 15 alunos da primeira turma de segunda Licenciatura em Ciências Biológicas do PARFOR no IFAM, sendo implantadas duas turmas de segunda Licenciatura em Matemática e Física, e uma segunda em Ciências Biológicas.

13. Indicadores de Gestão das IFET nos termos do Acórdão TCU Nº 2.267/2005

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFET informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. A seguir serão apresentados os indicadores solicitados pelo acórdão.

Indicadores		Fórmula de Cálculo
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\text{Relação Candidato / Vaga} = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$
	Relação Ingressos/Aluno	$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$
	Relação Concluintes/Aluno	$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Concluintes (Manhã, Tarde, Noite, Integral, Total)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	$\text{Índice} = \frac{\Sigma \text{N}^{\circ} \text{ de concluintes}}{\Sigma \text{N}^{\circ} \text{ de Ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\text{Índice} = \frac{\text{Número de Alunos Retidos (Reprovação + Trancamento)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\text{Gastos Correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos TOTAIS}} \times 100$
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\text{Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$

	Percentual de Gastos com Investimentos	$\frac{\text{Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$
Sócioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	$\frac{\text{Número de Alunos na Faixa}}{\text{Total de Alunos}} \times 100$
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$

Tabela 120 Relação Candidato por Vaga 2013

Campus	Vagas	Inscritos	Índice
Campus Manaus Centro	3305	18455	5,58
Campus Manaus Zona Leste	338	1.025	3,03
Campus São Gabriel da Cachoeira	280	1.156	4,13
Campus Lábrea	580	1208	2,08
Campus Presidente Figueiredo	450	1193	2,65
Campus Coari	600	2120	3,53
Campus Manaus Distrito Industrial	600	600	1,00
Campus Tabatinga	250	684	2,74
Campus Parintins	400	2259	5,65
Campus Maués	391	377	0,96
Campus Humaitá	160	160	1,00
IFAM	7.194	29.077	4,04

Fonte: Relatório do Sistec, em 17/03/2014

Tabela 121 Relação ingressos x alunos 2013

Campus	Ingressantes	Matriculados	Índice
Campus Manaus Centro	2714	8340	32,54
Campus Manaus Zona Leste	332	2.680	12,39
Campus São Gabriel da Cachoeira	271	1.358	19,96
Campus Lábrea	549	1013	54,20
Campus Presidente Figueiredo	397	995	39,90
Campus Coari	613	956	64,12
Campus Manaus Distrito Industrial	610	2508	24,32
Campus Tabatinga	205	1.122	18,27
Campus Parintins	384	1353	28,38
Campus Maués	373	1003	37,19
Campus Humaitá	160	160	100,00
IFAM	6.608	21.488	30,75

Fonte: Relatório do Sistec, em 17/03/2014

Tabela 122 Relação Concluintes X Alunos 2013

RELAÇÃO CONCLUINTE X ALUNOS

Campus	Concluintes	Integralizados	Matriculados	Índice
Campus Manaus Centro	345	45	8340	4,68
Campus Manaus Zona Leste	81	2	2.680	3,10
Campus São Gabriel da Cachoeira	241	0	1.358	17,75
Campus Lábrea	105	156	1013	25,77
Campus Presidente Figueiredo	195	88	995	28,44
Campus Coari	81	57	956	14,44
Campus Manaus Distrito Industrial	107	0	2508	4,27
Campus Tabatinga	71	0	1.122	6,33
Campus Parintins	79	181	1353	19,22
Campus Maués	126	0	1003	12,56
Campus Humaitá	0	0	160	0,00
IFAM	1.431	529	21.488	9,12

Fonte: Relatório do Sistec, em 17/03/2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Tabela 123 Relação Eficiência Acadêmica 2013

Campus	Concluintes	Integralizados	Evadidos	Desligados	Transferidos	Índice
Campus Manaus Centro	345	45	273	56	9	53,57
Campus Manaus Zona Leste	81	2	1	0	22	78,30
Campus São Gabriel da Cachoeira	241	0	111	0	43	61,01
Campus Lábrea	105	156	26	11	44	76,32
Campus Presidente Figueiredo	195	88	61	10	9	77,96
Campus Coari	81	57	22	127	35	42,86
Campus Manaus Distrito Industrial	107	0	191	34	44	28,46
Campus Tabatinga	71	0	0	0	25	73,96
Campus Parintins	79	181	0	0	3	98,86
Campus Maués	126	0	19	0	32	71,19
Campus Humaitá	0	0	0	0	0	0
IFAM	1.431	529	704	238	266	61,87

Fonte: Relatório do Sistec, em 17/03/2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Tabela 124 Retenção do Fluxo Escolar 2013

Retenção do Fluxo Escolar

Campus	Retidos	Matriculados	Índice
Campus Manaus Centro	3962	8340	47,51
Campus Manaus Zona Leste	1.944	2.680	72,54
Campus São Gabriel da Cachoeira	744	1.358	54,79
Campus Lábrea	175	1013	17,28
Campus Presidente Figueiredo	390	995	39,20
Campus Coari	76	956	7,95
Campus Manaus Distrito Industrial	1542	2508	61,48
Campus Tabatinga	706	1.122	62,92
Campus Parintins	879	1353	64,97
Campus Maués	511	1003	50,95
Campus Humaitá	0	160	0,00
IFAM	10.929	21.488	50,86

Fonte: Relatório do Sistec, em 17/03/2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

ALUNOS MATRICULADOS EM 2013 NO IFAM

CAMPUS	PROGRAMAS														TOTAL
	INT		SUB		EJA		LIC		TECN		ENG		CONC		
	LOA (Lei Orçamentária Anual)														
	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	
MANAUS CENTRO	594	594	1071	1037	181	174	438	335	1213	465	145	136	260	283	6926
DISTRITO INDUSTRIAL	510	510	213	149	27	25	0	0	381	264	97	93	122	123	2514
ZONA LESTE (*)	426	426	174	203	109	109	0	0	85	64	0	0	66	140	1802
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (*)	338	338	212	212	96	96	45	60	0	0	0	0	107	74	1578
COARI	227	227	186	232	73	42	0	0	0	0	0	0	116	274	1377
PRESIDENTE FIGUEIREDO	158	158	291	277	0	0	0	0	0	0	0	0	38	114	1036
TABATINGA	231	231	102	235	43	43	0	0	0	0	0	0	120	111	1116
MAUÉS	259	259	76	237	24	24	0	0	0	0	0	0	51	90	1020
PARINTINS	309	309	223	214	0	0	0	0	0	0	0	0	116	79	1250
LÁBREA	287	287	159	271	42	0	0	0	0	0	0	0	62	103	1211
*HUMAITÁ	0	0	0	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160
TOTAL GERAL	3339	3339	2707	3227	595	513	483	395	1679	793	242	229	1058	1391	19990

Fonte: Q-Acadêmico; Coord. Controle Acadêmico dos Campi; Diretoria EAD - Em: 5.09.2013

Legenda

INTEGRADO: Matrícula realizada em 2013/1 (para 2013/2 informado o mesmo quantitativo, pois não houve

***HUMAITÁ - Total de matrícula de edital**

(*) Matrículas Anual



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

ALUNOS MATRICULADOS EM 2013 NO IFAM

CAMPUS									TOTAL
	EAD		MULHERES		PÓS-		FIC		
	PROGRAMAS								
	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	
MANAUS CENTRO	644	1050	70	100	0	251	161	278	2554
DISTRITO INDUSTRIAL	0	0	0	0	0	0	90	166	256
ZONA LESTE (*)	450	948	0	0	0	0	25	108	1531
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (*)	0	0	0	0	0	50	135	175	360
COARI	0	184	0	100	0	25	50	172	531
PRESIDENTE FIGUEIREDO	66	66	55	0	0	0	60	0	247
TABATINGA	126	148	0	0	0	25	132	119	550
MAUÉS	73	273	0	100	0	25	110	145	726
PARINTINS	140	49	100	100	0	0	104	55	548
LÁBREA	0	529	0	0	0	25	210	403	1167
*HUMAITÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	1499	3247	225	400	0	401	1077	1621	8470

Fonte: Q-Acadêmico; Coord. Controle Acadêmico dos *Campi*; Diretoria EAD - Em: 25.09.2013

PÓS-GRD: GESTÃO PÚBLICA (EAD) = 201 + PROEJA = 200 (CCO=25 + CLAB=25 + CMAU=25 + SGC=50 + CTAB=25 + CMC=50)

Observação: Os cursos EAD inclui os da Rede E-Tec Brasil e Profucionário



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Tabela 125 Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Exercícios				
		2013	2012	2011	2010	2009
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	4,04	4,21	5,27	4,40	7,19
	Relação Ingressos/Aluno	30,98	31,08	29,01	51,84	33
	Relação Concluintes/Aluno	9,12	8,6	3,52	9,34	13,72
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	61,87	44,9	12,14	18	13,72
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	51,24	50,1	20,83	17,56	29,51
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	36,66	35,12	28,02	20,86	18,32
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	8.056,97	6.604	7.467,5	7.408,0	8.583
	Percentual de Gastos com Pessoal	55,01	55,49	56,40	50,65	62,65
	Percentual de Gastos com outros Custeios	22,60	24,21	26,50	18,16	17,48
	Percentual de Gastos com Investimentos	22,39	17,55	19,38	26,42	18,84
Sócioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar (0 – 0,5SM)		53,43	7,42	11,98	-
	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar (0,5 – 1SM)		30,99	13,09	23,21	-
	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar (1 – 1,5SM)		11,01	27,15	22,26	-
	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar (1,5 – 2,5SM)		3,05	22,66	21,29	-
	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar (2,5 – 3SM)		0,96	8,20	23,20	-
	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar (Acima de 3SM)		0,57	21,48	8,95	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	3,27	3,24	3,30	3,19	3,04

Fonte: Relatório de Gestão 2012. PROEN e PROAD

Análise da relação candidato por vaga

No tocante aos índices da relação número de candidatos inscritos por vagas ofertadas para o ano letivo de 2013, observa-se que a demanda por escolarização no *Campus* Manaus Centro se mostra a mais elevada (5,58 candidatos por vaga) em contraposição à demanda numérica do *Campus* Manaus Distrito Industrial, com apenas 0,96 candidatos por vaga ofertada. Tanto estes extremos contrapostos quanto os outros quantitativos acima enquadrados sinalizam a necessidade de melhor redistribuição da disponibilidade de vagas para o ano letivo de 2014.

No que se diz respeito ao número geral do IFAM considera-se razoável o índice de 4,04 na relação candidato/vaga; contudo há de se considerar a discrepância de inscrições efetivadas no *Campus* Manaus Centro, a saber, 18.455 (dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) em comparação aos nove *campi* deste IF, que totaliza o número de 10.622 inscrições.

Vale ressaltar que o *Campus* Manaus Centro para além da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio também oferta a Educação Superior de Graduação e Pós-Graduação em todos os níveis e modalidades.

Outra questão a ser frisada consiste na abertura de vagas no *Campus* Humaitá.

Análise da relação Ingresso x Aluno

Neste indicador, observa-se na série histórica a partir de 2011 um certo equilíbrio quantitativo no tocante ao efetivo ingresso do alunado no IFAM frente ao número de inscritos.

Análise da relação Concluintes x Aluno

Estes dados apontam para uma relação distante entre o quantitativo de alunos matriculados em 2013 frente aos alunos concludentes e em situação de integralização no mesmo ano. Esta realidade encontra-se mais aguçada nos *Campi* Manaus Centro, Manaus Zona Leste, Manaus Distrito Industrial e Tabatinga conforme tabela. Cabe ressaltar que o *Campus* Humaitá, por ser ingressante em termos de estrutura e oferta no ano de 2013 não apresenta dados para tal indicador.

Contudo, ao considerar a série histórica do indicador no tocante ao ano anterior (2012) há uma variação acima de mais de um ponto percentual.

Análise da eficiência acadêmica

Na relação exposta na tabela 123 acima o que se mostra mais expressivo é o índice de eficiência acadêmica do Campus Parintins que alude aos 98,86 pontos percentuais em contraposição direta ao índice do Campus Manaus Distrito Industrial que apresenta, apenas, 28,46 (vinte e oito vírgula quarenta e seis por cento). Tanto este último quanto o Campus Manaus Centro e o Campus São Gabriel da Cachoeira apresentam números expressivos de evasão.

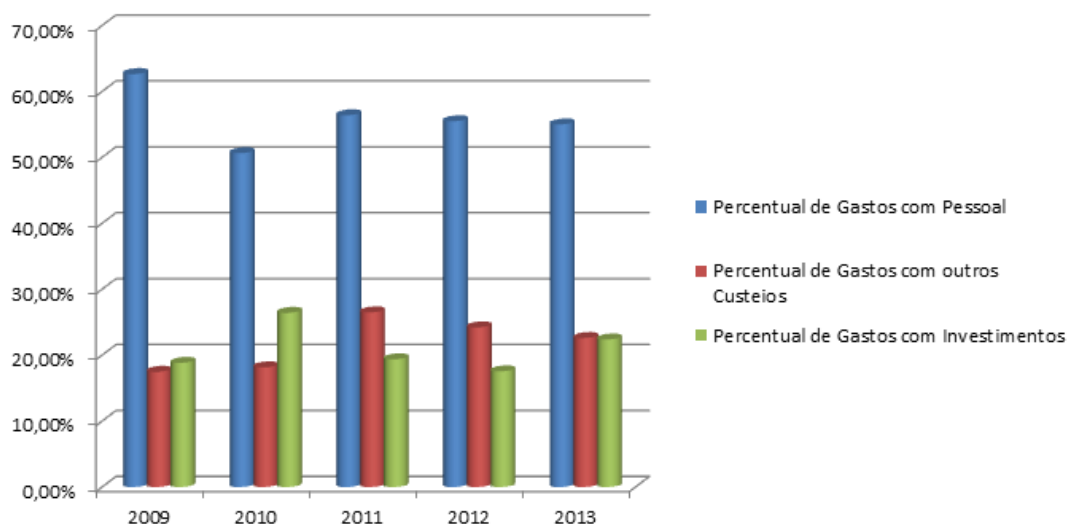
Contudo, na série histórica, o índice apresenta uma alta de mais de vinte pontos percentuais ao visualizar o todo dos campi do IFAM.

Análise da retenção escolar

No indicador em questão ainda permanecem números acima de cinquenta pontos percentuais de retenção do fluxo escolar, principalmente nos Campi Manaus Zona Leste, Manaus Distrito Industrial, Tabatinga, Parintins, São Gabriel da Cachoeira e Maués, sendo que o Campus Coari apresenta o mais baixo índice desta relação, apenas com 7,95% (sete vírgula noventa e cinco pontos percentuais).

Análise de gasto com pessoal, com outros custeios e investimentos

Figura 10 Gastos com pessoal, outros custeios e investimentos



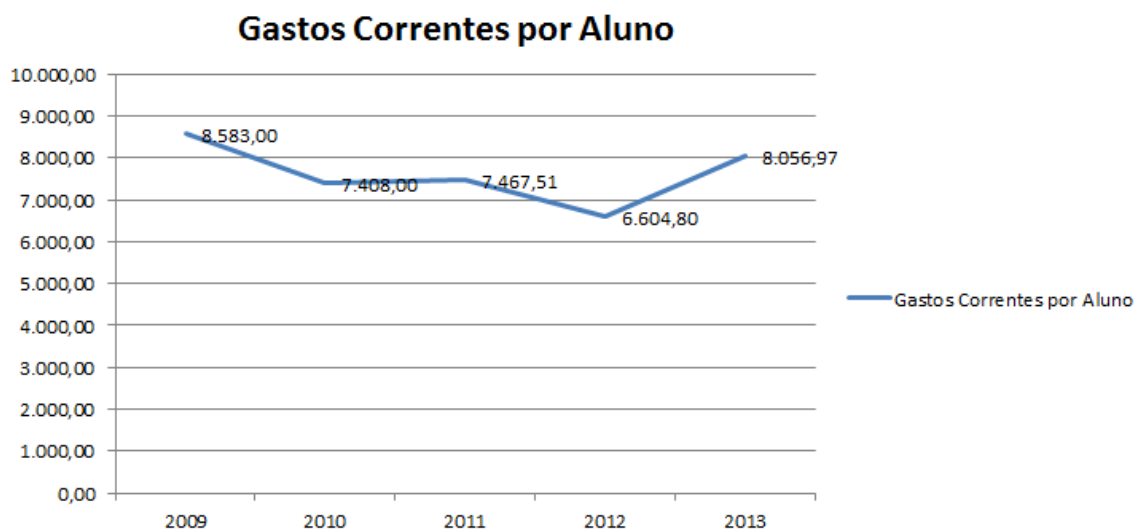
Fonte: PROAD

O gráfico acima demonstra uma leve queda dos gastos com pessoal nos últimos 3 anos em relação ao exercício 2009, e um razoável equilíbrio nos anos 2011-2013.

Em relação aos gastos com custeio e capital verifica-se um grau de investimento em 2010 na casa de 26,42% relativo ao início da expansão fase 3 decrescendo nos próximos anos, ao contrário dos gastos com custeio que em relação a 2009 e 2010 tiveram crescimento contínuo.

Análise de gastos correntes com aluno

Figura 11 Análise de gastos correntes com aluno



Fonte: PROAD

Na comparação observa-se o comportamento dos gastos correntes por aluno a partir de 2009, de R\$ 8.583,00 para casa de R\$ 6.000,00 em 2012, e voltando à casa dos R\$ 8.000,00 em 2013 devido ao aumento dos gastos com pessoal aliado à queda em 2013 do número de ingressos de alunos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Tabela 126 Quadro B.6.3 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

QUADRO B.6.3 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Valores em R\$ 1,00

Fundação de Apoio								
Nome: Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM – FAEPI							CNPJ: 04.623.300/0001-88	
Instrumento Contratual					Vigência		Valor	
Item	Tipo	Instrumento	Nº	Objeto	Início	Fim	Bruto	Repassado
1		Contrato	S/Nº	PROJETO ARUMÃ I - PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES.	05/12/2011	Andamento	236.320,00	236.320,00
2		Contrato	02/2013	PROJETO ARUMÃ II - PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES.	14/01/2013	Andamento	122.786,34	122.786,34
3		Contrato	07/2013 – REITORIA	PROJETO ARUMÃ III - Execução do curso de formação em Educação Inclusiva, com ênfase na Educação especial, de 180h, distribuídos em 5 módulos.	19/08/2013	31/01/2014	36.720,00	36.720,00
4		Contrato	S/Nº	CURUPIRA - Promoção da Acessibilidade e Educação Inclusiva nos Campi do IFAM	03/10/2011	Andamento	105.300,00	105.300,00
5		Contrato	10/2012-REITORIA	CURUPIRA APOEMA - Implementação do Núcleo de Tecnologia Assistiva do Instituto Federal do Amazonas	03/12/2012	Andamento	90.282,75	90.282,75
6		Contrato	S/Nº	CURUPIRA MATERIAL DIDÁTICO - Publicação de Livro Didático de Língua Portuguesa para educação de Jovens e Adultos	14/01/2012	Andamento	83.387,13	83.387,13
7		Contrato	12/2013 – IFAM/CMC	CURUPIRA NAPNE – Nucleo de atendimento a pessoa com necessidades específicas.	29/10/2013	Andamento	26.043,75	26.043,75
8		Convênio	006-2009/ CTPIM – TVDI	Doutorado Institucional Em Engenharia Elétrica Com Concentração Em Áreas De Interesse Para Sistemas De Tv Digital	20/08/2009	Andamento	1.521,860,00	669.500,00
9		Contrato	11/2013-REITORIA	Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação de Jovens e Adultos PROEJA	30/09/2013	31/12/2014	448.000,00	448.000,00
10		Contrato	Contrato: 05/2012 Termo Aditivo: 02/2013	Formação de Recursos Humanos e Aquisição de Infraestrutura para Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura na Mesorregião do Alto Solimões	24/09/2012	20/03/2014	952.528,48	952.528,48



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

11	Contrato	09/2012-REITORIA T.A 01/2013	Execução do plano Anual de Capacitação Continuada PACC 2012/2013	07/12/2012	09/06/2014	189.909,28	189.909,28
12	Convênio	2800.006.5209.11.4	Qualificação em Segurança, Meio Ambiente e Saúde – PETROBRAS SMS UO-AM	16/08/2012	17/04/2013	450.000,00	450.000,00
13	Convênio	2800.0082937.13.4	Qualificação em Segurança, Meio Ambiente e Saúde – PETROBRAS SMS UO-AM	22/05/2013	Andamento	503.939,56	453.545,60
14	Contrato	15/2012-REITORIA	PROCESSO SELETIVO 1º SEMESTRE/2013	04/12/2013	12/2013	308.854,84	308.854,84
15	Contrato	06/2013 – FAEPI	PROCESSO SELETIVO 2º SEMESTRE/2013	01/05/2013	31/08/2013	301.894,54	301.894,54
16	Contrato	18/2013 – REITORIA	PROCESSO SELETIVO 1º SEMESTRE/2014	26/11/2013	Andamento	633.961,44	633.961,44
17	Contrato	Contrato IFAM EEE – 040/12	PROMINP 6 CICLO – Implantação e execução do Plano Nacional de Qualificação de Profissional – PNQP do PROMINP	01/04/2013	30/09/2013	326.777,59	326.777,59
18	Contrato	01/2013 T.A 01/2014	PROMULC - Mulheres na Construção Civil – Revestimento Cerâmico e Pintor	08/01/2013	Andamento	384.700,00	384.700,00
19	Contrato	11/2013	Execução da XV Semana Cultural / XI Jogos do Ensino Integrado do Campus Manaus Centro IFAM	14/10/2013	12/2013	27.410,06	27.410,06
20	Acordo	BRZ/MAO/2013/001	UNICEF Tabatinga - Oficina de Fotografia com adolescentes indígenas no Alto Rio Solimões	21/11/2013	Andamento	40.000,00	40.000,00
22	Contrato	SEBRAETEC 130/2013	Consultoria na área tecnológica para desenvolvimento de novos produtos (balas de goma com sabores de frutas amazônicas)	22/04/2013	Andamento	30.000,00	30.000,00
23	Contrato	066/2012	Elaboração do Censo Empresarial de Tabatinga, realizando um levantamento da situação Socioeconômica das empresas formais e informais dos principais setores da economia do Município de Tabatinga-AM	06/11/2012	02/2013	93.633,14	93.633,14
24	Contrato	06/2012	Serviços de apoio ao ensino destinados a atender o projeto intitulado Modelando o Futuro – Programa Mulheres Mil Tabatinga	15/10/2012	04/2013	8.736,00	8.736,00
25	Contrato	09/2012	CRO12 – Serviços Técnicos de controle tecnológico do concreto na área da Construção Civil	01/10/2012	10/2013	6.240,00	6.240,00
26	Contrato	IGAM2-CT.195/11	Prestação de serviços técnicos de Consultoria na área da Construção Civil-Obra Igarapé de Manaus	30/03/2011	03/2013	124.758,00	124.758,00
27	Contrato	AREAM-CT.087/11	Prestação de serviços técnicos de Consultoria na área da Construção Civil – Obra Arena da Amazônia	30/03/2011	03/2013	124.758,00	124.758,00
28	Contrato	15/2013	Mostra de Extensão	05/12/2013	Andamento	18.400,00	18.400,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

29	Convênio	029/2012	Implantação na AYTU – Incubadora de Empresas do IFAM, um modelo de maturidade e de capacidade de gestão, por meio da implantação orientada de acordo com o modelo do Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos – CERNE, MODALIDADE Tipo 2	08/08/2012	Andamento	120.000,00	120.000,00
30	Contrato	08/2013	Execução dos serviços do processo seletivo para tutores	18/09/2013	10/2013	11.900,79	11.900,79
31	Contrato	003/2013	Curso de Qualificação Profissional voltados para os Agentes Comunitários de Saúde do Município de Coari	10/2013	12/2013	28.331,36	14.165,68
32	Convênio	11/2011 – T.A 004/2012	Desenvolver a identificação por radiofrequencia na indústria de TV e Notebook para implementação computacional com a pesquisa e desenvolvimento da tecnologia em RFID	02/04/2012	15/10/2013	1.800.330,84	1.800.330,84
33	Convênio	11/2011 – T.A 005/2012	Pesquisa aplicada e desenvolvimento de um software para modelagem de Processos de Engenharia Industrial visando o desenvolvimento dos processos na manufatura	01/03/2012	30/08/2013	730.800,00	730.800,00
34	Convênio	11/2011 – T.A 006/2012	Pesquisa e desenvolvimento de solução inovadora para auxiliar gestores da área de importação e produção de componentes da Philco – SINF. PRODUNIMP Fase I	15/08/2012	15/06/2013	1.085.846,00	1.085.846,00
35	Convênio	11/2011 – T.A 007/2012	Pesquisa e desenvolvimento de solução inovadora que permita a área de importação da empresa efetuar o controle das informações dos produtos e gerar indicadores com maior confiabilidade e assertividade	22/12/2012	22/05/2013	565.530,00	565.530,00
36	Convênio	11/2011 – T.A 008/2013	Pesquisa e desenvolvimento do projeto Robô de verificação de infraestrutura operacional	06/05/2013	06/03/2014	1.046.659,62	1.046.659,62
37	Convênio	11/2011 – T.A 009/2013	Pesquisa e desenvolvimento de uma solução inovadora portal de Vendas Eletrônico de produtos da Philco – Fase I	02/04/2013	31/03/2014	898.200,00	898.200,00
38	Convênio	11/2011 – T.A 010/2013	Pesquisa e desenvolvimento do Projeto ENGPRO Fase II- Desenvolvimento de produtos	06/05/2013	31/03/2014	387.777,78	387.777,78
39	Convênio	11/2011 – T.A 011/2013	Pesquisa e desenvolvimento do Projeto Sistema de segurança da informação em profundidade	02/04/2013	31/03/2014	1.056.697,00	1.056.697,00
40	Convênio	11/2011 – T.A 012/2013	Pesquisa e desenvolvimento de solução inovadora para auxiliar gestores da área de importação e produção de componentes da Philco – SINF. PRODUNIMP Fase II	02/04/2013	02/11/2013	387.920,00	387.920,00
41	Convênio	11/2011 – T.A 013/2013	Pesquisa e desenvolvimento de solução inovadora para auxiliar gestores da área de importação e produção de componentes da Philco – SINF. PRODUNIMP Fase III	01/10/2013	31/03/2014	415.076,00	415.076,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

42		Convênio	11/2011 – T.A 014/2013	Pesquisa e desenvolvimento do Projeto Fluxo Engenharia na Qualidade	01/04/2013	31/03/2013	962.000,00	962.000,00
43		Convênio	11/2011 – T.A 015/2013	Pesquisa e desenvolvimento de uma solução inovadora portal de Vendas Eletrônico de produtos da Philco – Fase II	01/11/2013	31/03/2014	298.900,00	298.900,00

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico						

Fonte: FAEPI